

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

MARCELO ORDESTO RODRIGUES

**MAL-ESTAR DOCENTE, TRABALHO E ADOECIMENTO PROFISSIONAL
NOS TERRITÓRIOS DA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE SANTA ROSA/RS**

**CERRO LARGO
2021**

MARCELO ORDESTO RODRIGUES

**MAL-ESTAR DOCENTE, TRABALHO E ADOECIMENTO PROFISSIONAL
NOS TERRITÓRIOS DA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE SANTA ROSA/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas

Orientadora: Prof. Dr^a. Sandra Vidal Nogueira

CERRO LARGO

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Rodrigues, Marcelo Ordesto
MAL-ESTAR DOCENTE, TRABALHO E ADOECIMENTO
PROFISSIONAL NOS TERRITÓRIOS DA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL
DE SANTA ROSA/RS / Marcelo Ordesto Rodrigues. -- 2021.
106 f.

Orientadora: Doutora Sandra Vidal Nogueira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Políticas Públicas, Cerro Largo, RS,
2021.

1. Mal-estar. Adoecimento. Subjetividade. Trabalho.
Educação. I. Nogueira, Sandra Vidal, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

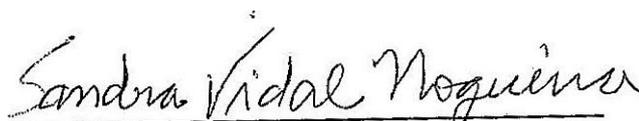
MARCELO ORDESTO RODRIGUES

**MAL-ESTAR DOCENTE, TRABALHO E ADOECIMENTO PROFISSIONAL
NOS TERRITÓRIOS DA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE SANTA ROSA/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 07/07/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Sandra Vidal Nogueira – UFFS
Orientadora



Prof. Dr. Sidinei Phitan da Silva – UNIJUI
Avaliador



Prof. Dr. Edemar Rotta – UFFS
Avaliador

Dedico este trabalho a Laiza Francielli,
que esteve sempre ao meu lado nesta
jornada e não poupou esforços para que
eu pudesse concluir meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram e tiveram importância para a realização deste trabalho.

Especialmente à minha orientadora, Professora Doutora Sandra Vidal Nogueira, pela orientação exemplar pautada num elevado e rigoroso nível científico.

Ao Professor Doutor Livio Osvaldo Arenhardt pelo apoio e motivação incondicional durante a minha caminhada no PPGDPP.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo/RS*, por todo conhecimento transmitido durante o curso de Mestrado, e pela convivência agradável no dia-a-dia.

A minha esposa, Laiza Francielli Bortolini dos Santos, pela cumplicidade, pela escuta e apoio incondicional em todos os momentos.

Aos meus pais, Adolfo Rodrigues e Alice Ordesto Rodrigues, pelo exemplo de força, luta e perseverança.

As Professoras, Tânia Beatriz Rodrigues Liell e Neiva de Fátima Bortolini dos Santos, pelo exemplo de competência, dedicação e amor à docência.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, meu muito obrigado!

Dizem que temos faltado ao nosso encontro com a história e, enfim, é preciso reconhecer que chegamos tarde a todos os encontros. Tampouco conseguimos tomar o poder, e a verdade é que, às vezes, nos perdemos pelo caminho ou nos enganamos de rumo e depois tratamos de fazer um longo discurso sobre o tema. Nós, latino-americanos, temos a má fama de charlatães, vagabundos, criadores de caso, esquentados e festeiros, e não há de ser por nada. Ensinaram-nos que, por lei do mercado, o que não tem preço não tem valor, e sabemos que nossa cotação não é muito alta. No entanto, nosso aguçado faro para negócios nos faz pagar por tudo que vendemos e comprar todos os espelhos que traem nosso rosto. Levamos quinhentos anos aprendendo a nos odiar entre nós mesmos e a trabalhar de corpo e alma para a nossa perdição, e assim estamos; mas ainda não conseguimos corrigir nossa mania de sonhar acordados e esbarrar em tudo, e certa tendência à ressurreição inexplicável. Galeano (2009, p. 329).

RESUMO

O presente trabalho investigativo consiste num estudo sobre o mal-estar docente, trabalho e adoecimento profissional nos territórios da escola pública estadual de Santa Rosa/RS. Tem como objetivo destacar suas implicações na saúde, no cotidiano escolar e na vida profissional, afetiva, física e emocional dos profissionais da Educação Básica. Fez-se uma pesquisa pautada na abordagem qualitativa, com ênfase bibliográfica, documental e registros de história oral laboral, levando em consideração narrativas de dezenove profissionais: docentes e diretores (na faixa etária entre 32 e 64 anos, sendo 15 do sexo feminino e 4 do masculino), pertencentes a duas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino no Município de Santa Rosa, Rio Grande do Sul. Para tal, foram feitas entrevistas tomando por referência um conjunto de vinte e nove questões abertas, subdivididas em blocos. A Pesquisa está organizada em introdução, desenvolvimento, considerações finais, referências bibliográficas e anexos. No que se refere ao desenvolvimento, destacam-se três partes, sob a forma de capítulos. No capítulo 2 destaca-se a compreensão das maneiras pelas quais se materializam as estruturas disruptivas na organização da ambiência profissional. Já no capítulo 3, o debate reflexivo é sobre as mudanças introduzidas na sociedade nas últimas décadas que tem produzido novas formas de subjetivação e, também, mal-estar. E, no capítulo 4, os processos de implementação das novas racionalidades e as contradições da sua inserção nos espaços educacionais, são revelados a partir das narrativas sobre a História oral laboral. À título de resultados, pode-se afirmar que a investigação explicita a emergência da individualização do sofrimento nos territórios da escola pública brasileira e gaúcha. A subjetividade sofrante desnuda as disfuncionalidades nos ambientes escolares. Uma nova racionalidade se estabelece, por meio de uma “mão invisível”, que regula e cria novos padrões de relacionamento e impõe a redução de custos, intensificação e precarização das relações de trabalho, como importantes instrumentos de gestão e controle.

Palavras-chave: Mal-estar. Adoecimento. Subjetividade. Trabalho. Educação. Intensificação.

ABSTRACT

This investigative work consists of a study on teacher malaise, work and professional illness in the territories of the state public school in Santa Rosa/RS. It aims to highlight its implications for health, daily school life and professional, affective, physical and emotional life of Basic Education professionals. A research was carried out based on a qualitative approach, with an emphasis on bibliographic, documentary and oral labor history records, taking into account narratives of nineteen professionals: teachers and directors (aged between 32 and 64 years old, 15 females and 4 students) belonging to two school units of the State Public Teaching Network of the Municipality of Santa Rosa, Rio Grande do Sul. For this purpose, interviews were conducted using as reference a set of twenty-nine open questions, subdivided into blocks. The Research is organized in introduction, development, final considerations, bibliographical references and annexes. With regard to development, three parts stand out, in the form of chapters. In chapter 2 the understanding of the ways in which disruptive structures materialize in the organization of the professional environment is highlighted. In chapter 3, the reflective debate is about the changes introduced in society in recent decades that have produced new forms of subjectivation and, also, malaise. And, in chapter 4, the processes of implementation of the new rationalities and the contradictions of their insertion in educational spaces are revealed from the narratives on the oral history of work. As a result, it can be said that the investigation explains the emergence of the individualization of suffering in the territories of Brazilian and Gaucho public schools. Suffering subjectivity lays bare the dysfunctionality in school environments. A new rationality is established, through an “invisible hand”, which regulates and creates new relationship patterns and imposes cost reduction, intensification and precariousness of work relations, as an important management and control instrument.

Keywords: Malaise. Illness. Subjectivity. Work. Education. Intensification.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de afastamentos docentes	54
---------------------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APAE	Associação de pais e Amigos dos Excepcionais
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CID	Classificação Internacional das Doenças
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CPM	Círculo de Pais e Mestres
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
ECIEL	Estudos Conjuntos para a Integração Latino-Americana
ENCCEJA	Exame Nacional de Certificação para o Ensino de Jovens e Adultos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LIEC	Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs	Organizações Não Governamentais
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PEE	Plano Estadual de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria da Educação

SEM	Sistema de Indicadores Educacionais do Mercosul
SESI	Serviço Social da Indústria
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TPL	Transtorno de Personalidade Limítrofe
WEI	Programa Mundial de Indicadores Educacionais
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	APORTES SOBRE A LÓGICA DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	17
2.1	CARACTERÍSTICAS DE REGENERAÇÃO DO CAPITAL/TRABALHO	17
2.2	NOVAS CONCEPÇÕES DE TRABALHO DECORRENTES DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	24
3	SENTIDOS DO TRABALHO DOCENTE E O ESTADO DE MAL-ESTAR...	33
3.1	VIESES DE EXCLUSÃO-INCLUDENTE NO TRABALHO ESCOLAR.....	34
3.2	MAL-ESTAR DOCENTE, FENÔMENO SOCIAL E INDIVIDUAL, ESTRUTURAL E CONJECTURAL	45
4	INDICADORES DO DESVALOR SOCIAL DO TRABALHO DOCENTE	52
4.1	APONTAMENTOS SOBRE O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO.....	53
4.2	HISTÓRIA ORAL NOS ESTUDOS SOBRE AMBIENTES PROFISSIONAIS	56
4.3	NARRATIVAS SOBRE O MAL-ESTAR PARA OS ENTREVISTADOS	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS	90
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	97
	APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO	100
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE	102
	APÊNDICE D – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA	104

1 INTRODUÇÃO

A presente Dissertação aborda o tema do mal-estar docente e algumas das interfaces existentes nas relações laborais e no adoecimento profissional. Ao tratar dos indicadores da intensificação e precarização do trabalho docente, com ênfase nos cenários das reformas estruturais na Educação Básica no Brasil, desde a Constituição de 88, objetiva destacar suas implicações e, como as mesmas afetam diretamente a saúde, o cotidiano escolar, a vida profissional, afetiva, física e emocional destes profissionais.

Na atualidade do mundo hodierno e das relações da profissão docente¹ na escola, constata-se as contradições dos meios de produção do capitalismo na atualidade e das novas formas de exploração das forças de trabalho, que, apesar das transformações, ainda se mantém numa lógica de produção quase feudal e, quiçá escravocrata, de entendimento da educação, como sendo mercadoria. A escola financiada pelo poder do capital excludente, pela mais valia extraída do trabalhador e pela teoria do capital humano², se torna a indústria privilegiada de modulação dos corpos dóceis e das mentalidades subservientes para o mundo do trabalho no chão de fábrica das qualificações.

Subjaz ao binômio capital/trabalho, nos territórios da escolarização, uma matriz de tensionamento estrutural, gerador de forte estranhamento social, ou seja, o

¹ De acordo com Oliveira (2010, p. 20) “Pode-se considerar que os estudos sobre a profissão docente são oriundos basicamente de duas vertentes. Uma primeira poderia ser descrita como aquela que se situa na tradição pedagógica humanista, que centra seu foco na formação docente, compreendida como um processo de constituição do sujeito no seu fazer pedagógico (...). Essa vertente levada ao extremo acaba por atribuir demasiado peso à formação como elemento central da profissionalização. A segunda vertente pode ser identificada nas análises sobre a profissão docente trazidas pela perspectiva sociológica, em que a identidade profissional é compreendida na relação com suas atividades laborais, com a inserção desses sujeitos na divisão social do trabalho.”

² Do ponto de vista macroeconômico, a teoria do capital humano constitui-se num desdobramento e/ou complemento, como situa Shultz, da teoria neoclássica do desenvolvimento econômico. De acordo com a visão neoclássica, para um país sair de um estágio tradicional ou pré-capitalista, necessita de crescentes taxas de acumulação conseguidas, a médio prazo, pelo aumento necessário da desigualdade (famosa teoria do bolo, tão amplamente difundida entre nós). A longo prazo, com o fortalecimento da economia, haveria naturalmente uma redistribuição. O crescimento atingido, determinaria níveis mínimos de desemprego, a produtividade aumentaria e haveria uma crescente transferência dos níveis de baixa renda do setor tradicional para os setores modernos, produzindo salários mais elevados. (FRIGOTTO, 2006, p.39).

professor apesar de oferecer uma mão de obra eminentemente intelectual no contexto do regime de acumulação, estabelece também uma relação heterogênea no conjunto de suas tarefas e atividades. A ambivalência do trabalho (prazer e sofrimento) na atualidade, estabelece a individualização do sofrimento como forma de violência simbólica de uma nova fase de regeneração desse binômio.

Em uma perspectiva humana e emancipatória, de caráter moral e intelectual, o mundo do trabalho escolar precisa se responsabilizar com o desenvolvimento da capacidade de pensar criticamente e fazer com liberdade e autonomia. Como atividade típica de homens e mulheres, o trabalho situa-se no rol dos fazeres autopoieticos³ e, portanto, não se pode dissociar o *homo faber* do *homo sapiens*, como bem diria Antonio Gramsci (1891-1937).

Reside nesse aspecto um forte elo de ligação com os papéis desempenhados na divisão social do trabalho, que se entrelaçam com as opções profissionais e com as funções exercidas e assumidas junto aos ideais democráticos da escola e de um projeto histórico e social hegemônico, com maior robustez e aderência à formação ao Magistério. Neste sentido, a comunidade, como um todo, precisa se comprometer com a proposta escolar, incluindo a aprendizagem crítica e reflexiva dos conteúdos de ensino e, também, a revisão das dinâmicas curriculares e dos processos avaliativos.

Através do comprometimento da comunidade com a escola é possível confrontar as fragmentações de ordem pedagógica e as distopias de gestão vinculadas aos interesses do capital. Este contraponto em relação a reprodução de estruturas e práxis alienantes, conectadas com a ordem empresarial, pode consolidar políticas capazes de levar o trabalhador à compreensão da historicidade e dos limites de sua práxis, e ao mesmo tempo, evidenciar a sua articulação com os modos de produção mais amplos, podendo transformá-las e ter acesso aos valores humanos e aos direitos sociais que lhe são negados pelas muitas faces da exploração capitalista.

Ao analisar as imposições do capitalismo e suas implicações no mundo do trabalho brasileiro e gaúcho, em especial, nas rotinas dos espaços de escolarização, questiona-se, na realidade, o direcionamento dado às políticas educacionais, em vigor, de avaliação externa, atreladas, exclusivamente, ao ideário das competências individuais. Tais políticas seguem, via de regra, os padrões impostos pelas

³ Ao se utilizar do termo autopoietico quer-se fazer referência a capacidade de autoprodução do ser humano.

orientações econômicas de organizações financeiras internacionais e não atendem às reais demandas sociais vinculadas à formação cidadã e suas práticas profissionais.

Defende-se, portanto, uma visão mais crítica e, igualmente, dialética face à relação estabelecida entre educação e sociedade, assim como, o conhecimento do processo de trabalho em sua totalidade e novas concepções sobre a formação dos trabalhadores da Educação. Isto quer dizer, um esforço concentrado em duas perspectivas.

A primeira delas, de maior espaço para um tipo de atuação cidadã mais transformadora dos territórios escolares e de fortalecimento do pertencimento de seus profissionais. E, a segunda, de reorganização dos trabalhadores da Educação⁴, de modo a arregimentar forças capazes de traduzir, em propostas concretas, a defesa de uma educação pública de qualidade acessível e com permanência, para toda a população brasileira.

Nesse sentido, o estudo investigativo selecionou alguns interlocutores que debatem e aprofundam o tema na comunidade científica numa dimensão interdisciplinar e são referências na literatura especializada, a saber: Pagès (1993), Frigotto (1998), Esteve (1999), Kuenzer (2002), Mészáros (2008) Antunes (2009), Sen (2010), Freitas (2018), Birman (2019), Laval (2019), Galeano (2000), Han (2019) e Braz (2021), entre outros.

Trata-se de um trabalho investigativo elaborado a partir da Linha de Pesquisa “Estado, Sociedade e Políticas de Desenvolvimento”, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo/RS*. Integra o “Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Movimentos Sociais e Instituições (DIR-SOCIAIS)” - UFFS/CNPq/CLACSO.

Fez-se o delineamento do estudo por meio de uma abordagem qualitativa de pesquisa, com ênfase bibliográfica, documental e registros de história oral⁵ sobre o exercício no magistério público.

⁴ Segundo Gadotti (1996), a denominação 'trabalhadores em educação', em vez de 'educadores', 'professores' ou 'profissionais da educação', reflete a mudança de percepção da própria categoria no conjunto dos trabalhadores em geral. Ela toma consciência de que os problemas que afetam os docentes são basicamente os mesmos de outras categorias de trabalhadores. Portanto, as lutas do magistério são consideradas, a partir de então, semelhantes às dos trabalhadores em geral.

⁵ De acordo com Queiroz (1987) e Marre (1991), o método da história oral utiliza diferentes técnicas de entrevista para dar voz a sujeitos invisíveis e, por meio da singularidade de seus depoimentos, constrói e preserva a memória coletiva. Nesta Pesquisa, interessa, de modo particular, a trajetória da carreira profissional nos espaços territoriais da escola pública, ou seja, o material empírico (narrativas sob a forma de entrevistas) das relações escolares de adoecimento que conformam os sintomas e processos

Levou-se em consideração relatórios⁶ e as narrativas de dezenove profissionais: docentes e diretores (na faixa etária entre 32 e 64 anos, sendo 15 do sexo feminino e 4 do sexo masculino)⁷, pertencentes a duas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Município de Santa Rosa, Rio Grande do Sul⁸. As instituições foram selecionadas entre as dezessete escolas públicas estaduais localizadas no Município, por atender o Ensino fundamental (Anos Iniciais e Finais), o Ensino Médio e o Ensino Técnico⁹.

Vale mencionar que a Pesquisa foi desenvolvida sob amparo da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a pesquisa em seres humanos¹⁰. Por conseguinte, o Projeto foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul, conforme determinam as Resoluções nº 466/12 e nº 510/16, obtendo parecer favorável à sua realização.

Afora isso, a Dissertação produzida resulta de um processo de múltiplas vivências e reflexões, sendo construída e influenciada por muitas vezes que compartilham o mal-estar, a partir de um sintoma social que envolve a saúde e o trabalho, nas dimensões clínicas, sociais e políticas. Minha própria vivência, em termos da trajetória profissional percorrida na educação gaúcha é, pois, parte integrante de todo esse contexto. E, como tal, pelas escolhas teóricas e de método, não poderia ser diferente! Ou seja, a Pesquisa autoral que desenvolvi tem raízes plurais em solo gaúcho. Emergiu da intensa vivência profissional na Área da Educação Física na Região do Noroeste do Rio Grande do Sul, em especial nos Municípios de Ijuí e Santa Rosa, em instituições, programas, projetos e ações educativas, pedagógicas e sociais, incluindo atividades docentes.

sociais mais amplos, foi estruturado, de acordo com Moraes e Galiazzi (2007) em torno de três componentes: unitarização, categorização e metatexto.

⁶ Sobre afastamentos decorrentes de problemas de saúde pessoal entre os anos letivos de 2015 e 2019 por períodos superiores há 15 dias, aposentadorias, exonerações e licença interesse, consultados junto a 17ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE).

⁷ Para o registro das entrevistas com roteiro semiestruturado foi utilizada gravação de áudio em MP4, por meio do aplicativo de voz gratuito: gravador de voz fácil. Todas elas foram gravadas e seguiram um roteiro (anexo A), com vinte de nove questões abertas para os professores, divididas em 4 blocos: perfil profissional e as condições de trabalho dos professores, natureza e especificidade do trabalho docente, mudanças ocorridas no processo de gestão escolar e saúde dos docentes e, ainda, dez questões abertas para os diretores.

⁸ Coletadas entre outubro de 2020 e dezembro de 2020.

⁹ Em função da situação de pandemia, advinda do COVID-19, o trabalho presencial do pesquisador foi realizado com a utilização de todos os protocolos de segurança exigidos.

¹⁰ Os participantes da pesquisa receberam uma carta detalhada (anexo B) sobre o estudo que seria realizado. Desta forma, foram integrantes desta pesquisa aqueles que decidiram participar voluntariamente com o compromisso de não identificação e sigilo das informações (TCLE – anexo C).

Há de considerar, ainda, que o trabalho se encontra estruturado em introdução, desenvolvimento, conclusão e referências. O desenvolvimento é organizado em três partes, capítulos 2, 3 e 4, conforme resumo a seguir.

O capítulo dois, intitulado “Aportes sobre a lógica de reestruturação produtiva”, é composto por dois subitens: “Características de regeneração do capital/trabalho” e “Novas concepções de trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva”. Merece destaque a compreensão das maneiras pelas quais se materializam as estruturas disruptivas na organização da ambiência profissional. Isto se torna fundamental para a construção de argumentos mais sólidos e que possibilitem, sustentar cientificamente, aportes para embasar uma teoria crítica sobre a reestruturação produtiva do mundo do trabalho na atualidade e transpor algumas das grandes contradições que envolvem esta temática, nos cenários da vida escolar brasileira, buscando alicerces para uma sociedade mais justa e igualitária.

O capítulo três, intitulado “Sentidos do trabalho docente e o estado de mal-estar”, é composto por dois subitens: “Vieses de exclusão-includente e trabalho escolar” e “Mal-estar docente, fenômeno social e individual, estrutural e conjectural”. Dá-se ênfase ao debate reflexivo sobre as mudanças introduzidas na sociedade, na atualidade, e produzido novas formas de subjetivação e mal-estar. Esses fatos, associados ao processo de democratização do ensino ao longo do século XX, trouxeram algumas implicações no campo da educação, cujos efeitos podem ser observados em aspectos relacionais e subjetivos da profissão docente.

O capítulo quatro, intitulado “Indicadores de desvalor do trabalho docente”, é composto por três subitens: “Apontamentos sobre o contexto da investigação”, “História oral e os estudos sobre ambientes profissionais” e “Narrativas sobre o mal-estar para os entrevistados”. São abordados os processos de implementação da nova racionalidade e as contradições da sua inserção nos espaços educacionais. Apresenta a estrutura de um ambiente adoecido e propício para o desenvolvimento de psicopatologias devido a sua configuração tóxica que atinge o estado, a sociedade, o sistema educacional, os professores e a comunidade escolar. Apresenta dados e narrativas que apontam para a redução dos espaços educacionais, perda da autonomia dos professores, aumento dos afastamentos dos professores que culminam na constituição de um ambiente precarizado nos aspectos materiais e imateriais.

2 APORTES SOBRE A LÓGICA DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A historicidade da expansão do poder capitalista mostra que o mesmo se reestrutura de maneira permanente, garantindo os modos de elevação dos indicadores de produtividade. Não se produz e reproduz somente mercadoria e mais-valia nas dinâmicas do capitalismo, mas a própria relação capitalista.

Como consequência, constata-se, muitas vezes, o comprometimento desse processo, expresso em indicadores de precarização das relações e intensificação desordenada da força de trabalho. É, pois, a partir desse contexto deveras contraditório e desumano, que emergem, segundo Antunes (2020), os sinais de corrosão no mundo do trabalho, tais como: exacerbação do racismo, opressões de gênero, desprezo pela ciência, entre outras. Segundo o autor, esta lógica expansiva, destrutiva, incontrolável e ilimitada, resulta na criação e consolidação de espaços absolutamente disfuncionais, que propiciam a proliferação de ambientes altamente tóxicos e nocivos para a saúde do trabalhador em várias áreas do conhecimento.

Há de se compreender melhor, portanto, as maneiras pelas quais se materializam as estruturas disruptivas na organização da ambiência profissional. Isto se torna fundamental para a construção de argumentos mais sólidos e que possibilitem, sustentar cientificamente, aportes para embasar uma teoria crítica sobre a reestruturação produtiva do mundo do trabalho na atualidade e transpor algumas das grandes contradições que envolvem esta temática, nos cenários da vida escolar brasileira, buscando alicerces para uma sociedade mais justa e igualitária.

2.1 CARACTERÍSTICAS DE REGENERAÇÃO DO CAPITAL/TRABALHO

O binômio capital e trabalho, cotejado em seus atravessamentos, nos mais variados cenários do capitalismo, ao longo dos séculos XX e XXI, tem apresentado variantes bastante conflituosas e, por vezes, antagônicas. De acordo com Bobbio; Matteucci e Pasquino (1998, p. 141),

Ao lado da racionalização técnico-produtiva, administrativa e científica promovida diretamente pelo capital, está em ação uma racionalização na inteira "conduta de vida" individual e coletiva. Esta racionalização ou modernização política culmina na formação do sistema político liberal, que historicamente coexiste com o Capitalismo. Não é possível estabelecer uma ordem de prioridade entre estes elementos que caracterizam o Capitalismo. Estes constituem uma constelação de fatores lógicos e geneticamente relacionados entre eles, que podem gerar modelos interpretativos divergentes, de acordo com a ordem de peso e valor com que são estruturados.

Deve-se considerar a presença dos fatores de alienação como sendo marcas constantes. De acordo com Bobbio; Matteucci e Pasquino (1998, p. 22), “[...] Alienação, agora, não diz respeito somente ao trabalho nas condições capitalistas, mas também ao mundo da ciência e da técnica formado no interior das relações burguesas de produção”. A esse respeito, Antunes (2020, p. 11), afirma, tratar-se

[...] de uma complexa engrenagem econômica que não possui limites para a sua expansão (pois seu foco é sempre a produção de mais capital), sua resultante é uma acentuada destrutividade. Para fazer fluir o movimento de autovalorização, os mecanismos autênticos de interação humana – e em particular a atividade laborativa – são modulados e calibrados por uma segunda natureza, tal como destacou Marx, voltada essencialmente para a expansão e a reprodução do capital.

Todo esse processo de reestruturação do trabalho ocorrido no desenvolvimento do capitalismo ocidental, o domínio da burguesia sobre as crises cíclicas e as interações com o campo da educação, se alteraram profundamente, após a crise de 1929, no que se refere à consciência burguesa sobre a própria ideia de crise e sua capacidade de exercer o controle sobre elas. Segundo Bobbio; Matteucci e Pasquino (1998, p. 142),

A irresoluta questão da chamada "crise do Capitalismo", que é parte integrante do marxismo histórico, está a demonstrar, de um lado, a exatidão de algumas análises marxistas, mas, do outro, o mal-entendido do significado e da direção das transformações internas ao próprio Capitalismo. Particularmente problemática se revelou a categoria "contradição" — verdadeira pedra angular da construção conceitual marxista — pela qual o êxito mortal do Capitalismo é logicamente antecipado como uma "necessidade natural".

Os cenários de reestruturação incitam o debate sobre a participação e o papel do estado na dinâmica das sociedades. Segundo Carnoy e Levin (1987), a autonomia do Estado está vinculada sobre quem ele representa, os autores abordam o antagonismo entre as teorias do Estado do bem comum e as teorias de uma

perspectiva de classe. Enquanto a primeira se estrutura numa dimensão acima de grupos, interesses e classes particulares, o segundo, entende que o estado é um meio essencial de dominação de classe.

A classe dominante na sociedade capitalista é uma totalidade social constituída de elementos diferentes e, por isso mesmo, potencialmente conflitantes (isso é igualmente verdadeiro em relação à classe trabalhadora); por isso, o Estado tem a função essencial de mediar e conciliar esses elementos conflitantes dentro da classe dominante. (CARNOY e LEVIN, 1987, P.58).

O modo de produção capitalista é marcado por crises e reestruturações ao longo da história. Com o intuito de manter a ordem e o controle, surgem neste período diversas teorias, entre elas, as de Friedrich August Von Haiek e John Maynard Keynes. Haiek se posicionava contra a intervenção do Estado na economia, por outro lado, Keynes pregava uma forte participação do Estado para a retomada do crescimento econômico e, que buscou, segundo Saviani (2002, p. 20)

Ao contrário de Marx, e como bom representante da burguesia, em lugar de ver nestas crises a necessidade da superação do capitalismo, procurou encontrar os antídotos, isto é, os mecanismos que, se não evitassem as crises, conseguissem, pelo menos, mantê-las sob controle. Acreditava ainda que, através de adequadas políticas governamentais, seria possível conter as crises cíclicas do capitalismo e garantir o pleno emprego e taxas contínuas de crescimento, se não para sempre, pelo menos por longos períodos.

A teoria de Keynes promoveu a retomada do crescimento econômico com forte participação do Estado e implementou um ciclo denominado de “idade de ouro”. O mesmo permaneceu vigoroso até a década de 1970, quando iniciou uma nova fase, com as teorias de Haiek. Ele foi agraciado com o prêmio Nobel de economia de 1974 e seu pensamento passou a ter destaque, principalmente nos governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, na Inglaterra.

Em ambos os ciclos houve um protagonismo dos organismos internacionais. Primeiro com a presença da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, depois, com a Comissão Trilateral, que foi sucedida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM). Saviani (2002) constata haver um processo intencional de administração de crises, alternando períodos de desenvolvimento e recessão, ou seja, crescimento em alguns países e recessão em outros, mantendo o controle da situação e dos trabalhadores nas mãos da grande burguesia.

O processo produtivo e a organização do trabalho, que compreendeu a recuperação econômica, na década de 1930, se estendeu até a crise da década de 1970. Houve, assim, o predomínio do binômio taylorismo/fordismo. Antunes (2009, p. 38) explica:

[...] expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada. Na indústria automobilística taylorista e fordista, grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças. Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração.

A economia de escala e a produção direcionada ao consumo de massa abarcou, progressivamente, um grande contingente de trabalhadores, facilitando a organização sindical e a regulação estatal nos períodos históricos subsequentes. Um processo que Antunes (2009) define como sistema de “compromisso” e de “regulação”, limitado a uma parcela dos países capitalistas, nos quais, o sistema de metabolismo social do capital ofereceu a ilusão de que este processo poderia ocorrer de forma efetiva, duradoura e definitiva através de um compromisso controlado, regulado e fundado entre o capital e o trabalho, sendo mediado pelo Estado.

Saviani (2002) avalia que esse “compromisso” estabelecido entre o Estado, as empresas e os sindicatos de trabalhadores, se manteve nas fases de crescimento da economia, assegurando relativo equilíbrio social e impulsionando o desenvolvimento das forças produtivas. O resultado tem sido um progressivo e significativo avanço tecnológico, denominado “revolução da informática” ou “revolução da automação”, atingindo proporções ilimitadas em termos de capacidade produtiva do trabalho humano.

Há de se considerar que as potencialidades desse avanço foram tomadas pela apropriação privada dos meios de produção, dificultando, em grande parte, a incorporação das tecnologias e, convertendo o avanço, em um instrumento de exploração da força de trabalho e de marginalização social, devido ao crescente desemprego. A esse respeito, Saviani (2002, p. 21) pontua,

Nessas condições o avanço tecnológico foi utilizado para alterar o padrão produtivo, introduzindo a acumulação flexível a qual substitui o taylorismo-

fordismo pelo toyotismo, com o que se deslocaram os mecanismos de controle para o interior das próprias empresas, secundarizando o papel dos sindicatos e do Estado.

As mudanças, de ordem paradigmática, segundo Antunes (2009), acabaram por enfraquecer a chamada “luta operária” pelo controle social da produção e a instituição das bases ideológicas e políticas de reestruturação do capital. Nessa perspectiva, flexibilizar e diversificar as relações são princípios frequentes nas narrativas neoliberais, contudo, o pano de fundo vai se alterando, surge o crescente desemprego que não se constitui em um fator de crise, mas num poderoso instrumento de controle da própria crise. Tal gerenciamento e direcionamento têm ocasionado o lento e contínuo desaquecimento da economia para manter ajustada as relações sociais sob o controle do sistema financeiro internacional.

O contexto descrito acima é, na verdade, parte integrante dos fatores de intensificação das relações de trabalho e que absorvem o ritmo e a velocidade que o fordismo imprimiu. A partir dele, busca-se sempre corrigir os fatores de desperdício decorrentes do seu princípio de produção em massa e em grande escala. Ou seja,

Os procedimentos pelos quais a intensidade do trabalho é aumentada são: a) a redução do número da mão-de-obra empregada; b) a implantação do sistema de um operário-diversas máquinas; c) a implantação do sistema de um operário-diversas máquinas com operações diferentes; e d) e o controle da sistemática de trabalho através do sistema kanbam. Tais instrumentos possibilitam reduzir o trabalho não produtivo ao mínimo possível e reter somente o trabalho que acrescenta valor. (DAL ROSSO, 2008, p.79).

Existe, portanto, um longo percurso histórico de transição da noção de “empregos”, marcada pelas relações estáveis de assalariamento, para o universo dos “trabalhos”, sem as características anteriores, porém com maiores exigências, graus superiores de intensidade e horários mais flexíveis, sem a jornada definida e o luxo das contribuições sociais.

O novo tipo de trabalho exigiria mais do trabalhador e que isso seria obtido pela introdução do sistema de polivalência em substituição ao de cargos com funções especificadas. A polivalência faz com que o trabalhador se desdobre em várias tarefas sucessivamente, de tal forma que lhe seja praticamente impossível trabalhar de maneira a usufruir pequenos intervalos de descanso. Em outros termos, ela seria o meio pelo qual o trabalho passaria a ganhar com intensidade, a exigir maior empenho, a consumir mais energias pessoais, físicas, emocionais e cognitivas. (DAL ROSSO, 2008, p.14).

Nessa transição conceitual, o trabalho foi incorporando em sua estrutura e condição intrínseca, a ideia de intensificação. Independentemente do tipo de energia disponibilizada pelo trabalhador, carrega as marcas, na atualidade, das mudanças ocorridas nas relações de “emprego”, vinculadas a um ambiente estável, e o de “trabalho”, conectado a uma organização mais flexível e mutável.

No discurso construído, o estatuto de “trabalhos” opõe-se ao de “empregos”. Dessa forma, no futuro não existirão mais “empregos”; apenas “trabalhos” nos quais algumas características centrais da primeira categoria não mais estariam presentes. Em seu lugar, outras condições fariam parte dos “trabalhos”. Os novos “trabalhos”, comparados aos antigos, não seriam atividades permanentes para os trabalhadores, ou poderiam ser permanentes, desde que desprovidas dos “excessos” que as lutas sociais foram introduzindo no contrato de assalariamento. No mundo dos “trabalhos”, a remuneração dependeria diretamente das tarefas concretas exercidas, não de um salário contratado, mas de um trabalho realizado. Os “empregos” garantem um posto de trabalho e atividades a ele ligadas. Os “trabalhos” não mais vinculam atividades e postos. (DAL ROSSO, 2008, p.12).

Para Saviani (2019), “empregabilidade” é o termo que melhor representa esse movimento e as relações que passam a ser estabelecidas no mercado de trabalho. A nova ordem econômica baseia-se, por um lado, na exclusão, em função da frequente dispensa de mão de obra e, por outro, na competição, fruto da corrida pelos melhores lugares. Este processo estimula ainda mais a maximização da produtividade por parte das empresas, além de incentivar a busca pela formação e qualificação individual, como meta de garantia de oportunidades.

Distinções à parte, pode-se dizer que as transformações oriundas dos vários setores: industrial, comercial, econômico e social produz, em seu bojo, novas formas de acumulação do capital e também bases de exploração. São outras práticas de submissão formal, nas quais o valor de troca da mercadoria não passa só pela quantidade de trabalho social, mas pelo conteúdo de conhecimento de informações e de inteligências gerais.

Nessa nova fase capitalista, há, pois, o reconhecimento de um modelo produtivo centrado na informação e no conhecimento e cuja base são as novas tecnologias. Surgem, então, segundo Frigotto (1998), Cassiolato (1999) e Alves (2000), os contextos educativos de formação vinculados a ideia de economia do conhecimento, a partir das décadas de 1970 e 1980. Constata-se nesse período uma profunda crise econômica, resultante da exaustão do sistema de produção em massa

e acentuada pela crise do fordismo, por razões internas e externas a cada país, tanto no nível microeconômico, quanto no macroeconômico.

Houve a partir dos anos 70 uma importante divisão na organização da produção, redefinindo os processos de trabalho. O objetivo das mudanças organizacionais era lidar com a incerteza no ambiente econômico, introduzindo o modelo da “produção enxuta”. Em seu célebre livro, “Economia do Conhecimento”, Unger (2018, p.26), trata dessa definição.

Em uma primeira aproximação, a economia do conhecimento consiste na acumulação de capital, tecnologia, capacitações tecnológicas e ciência aplicados à condução das atividades produtivas. Sua característica ideal é a inovação permanente em processos e métodos, assim como em produtos e tecnologias. Ela não pretende ser somente outra forma de produzir bens e serviços sob arranjos típicos de equipamentos e tecnologias, mas se propõe ser um paradigma de produção que continuamente reinventa a si mesma.

Nas novas relações sociais que se estruturam, o capital busca constituir arranjos institucionais próprios, que consistem na valorização dos recursos tangíveis e intangíveis na economia, em sua forma de gestão de conhecimento e aprendizado para o trabalho, ou seja, formar novos sistemas de organização em rede, que permitam captar a força de trabalho coletiva. Ou seja,

A história das práticas de produção, assim como as economias e os contextos políticos e culturais nos quais estão imersas, toldou a evolução das máquinas e modelou a divisão técnica do trabalho. Até o momento, a ideia de que o uso mais efetivo de uma máquina seja operar não como máquina, mas como antimáquina, de modo não formulaico e não algorítmico, permanece uma mera possibilidade especulativa (UNGER, 2018, p.45).

Nesse sentido, os direitos sobre a propriedade intelectual e acesso às redes constituem uma modalidade de captação de externalidades, uma forma poderosa para as hierarquias de valor e de exclusão. A esse respeito Unger (2018, p. 50) esclarece:

Uma marca da economia do conhecimento é sua tendência a transformar a cultura moral da produção, elevando o grau de confiança e discricionariedade requerido e permitido na atividade produtiva, aperfeiçoando nossa disposição e capacidade para cooperar, e atenuando o conflito, característico do conjunto da vida social, entre cooperação e inovação.

Emerge, desse modo, a perspectiva da competitividade como importante ferramenta estratégica e elemento agregador de desempenho para além das fronteiras, visto que é fundamentalmente ter capacidade para adquirir novos conhecimentos, transformando aprendizados em fator competitivo. Isto implica, a

criação da noção da gestão por competências, que se dá sempre no sentido de buscar a otimização dos recursos de modo único, seja através da criação, adaptação ou imitação de produtos e processos.

2.2 NOVAS CONCEPÇÕES DE TRABALHO DECORRENTES DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A sociedade “excludente” exige maior gasto de energia física, emocional e cognitiva dos trabalhadores para atender às novas demandas do capitalismo. Segundo Santos (2013, p. 47), “[...] na sociedade capitalista, a intensificação do trabalho se constitui como mais uma forma de exploração, ou seja, de obter mais trabalho em prol do acúmulo do capital”. Seria este, um processo que, segundo a autora, ao longo do tempo, promoveu três ondas, caracterizadas como sendo tipicamente de intensificação do mundo do trabalho.

A primeira, que ocorreu na revolução industrial com o aumento de horas trabalhadas. A segunda, no início do século XX com a implementação do Taylorismo-fordismo. E, a terceira, que se deu a partir do toyotismo e permanece até os dias atuais. O toyotismo apresenta uma estrutura que maximiza as relações entre os saberes e fazeres dos trabalhadores. Manipula as emoções dos indivíduos, seja por meio de premiações por produtividade, ou mesmo cumprimento de metas e técnicas de gestão, que introduzem a lógica de “vestir a camisa da empresa”. O objetivo é se apropriar, ao máximo, da subjetividade do trabalhador. Sobre essa questão, Antunes (2009, p. 54), pontua:

Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas, etc. utiliza-se de novas técnicas de gestão de força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semiautônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado.

O sistema fordista de produção entrou em crise nos anos 70 e talvez o “toyotismo” tenha sido uma resposta a este sistema rígido, dando ênfase ao controle

total da qualidade com um processo produtivo mais flexível e uma maior cooperação entre gerentes-trabalhadores, além de uma mão-de-obra multifuncional.

Desse ponto de vista, o toyotismo utiliza a inteligência do trabalhador para desempenhar, segundo Dal Rosso (2008), o controle de defeitos, a eliminação de perdas, o controle de diversas máquinas, o uso da criatividade em benefício da empresa para ampliar a produtividade. No entanto, não tem a intencionalidade de promover a autonomia ou a liberdade dos cidadãos, mas transferir para os trabalhadores a responsabilidade de atender as suas demandas e expandir outras formas de liberdade. Sen (2010, p. 17) esclarece a esse respeito, ao dizer que:

A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da sociedade.

Se o tempo de trabalho invade o tempo do não trabalho e, por conseguinte, afeta a vida individual e coletiva, o tempo sem liberdade invade e exclui uma geração de trabalhadores empregados, empregáveis e desempregados. Nestes contextos, Dal Rosso (2008) chama a atenção para os contornos ferozes da competição por resultados, produtividade e eficiência, que atingem os indivíduos e provocam uma pressão cada vez maior por intensificação e produtividade em todas as esferas.

Neste sentido, a atualidade é marcada por movimentos de gestão e controle dos modos de produção que levam a exclusão e a manipulação de uma parcela significativa da sociedade. Isto induz os trabalhadores a um movimento de auto exploração, causada pela pressão do desempenho, que provoca a intensificação e os adoecimentos, principalmente os psíquicos da atualidade.

De acordo com Alves (2007), ocorre a “captura” da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. É um processo que visa moldar a ação e o pensamento em todas as instâncias, por meio de uma densidade manipuladora de maior envergadura,

ou seja, o pensamento do trabalhador é “estimulado” para servir ao capital, agregando conhecimento, capacidades, atitudes e valores.

O estímulo é articulado, por meio de mecanismos de coerção, consentimento, vantagens, manipulação e pressão. As pessoas ficam profundamente estressadas! A “captura” da subjetividade se baseia na construção de um indivíduo que seja possuidor de gestos, comportamentos, valores e atitudes, que estejam de acordo com o toyotismo.

Este modelo trabalha com a lógica da superprodução e supercomunicação. Han (2019) a classifica como “a sociedade do desempenho”, na qual o trabalhador é mais rápido e produtivo. O excesso na produtividade e no consumo caracterizam o modelo hegemônico, tanto na intensificação dos modos de trabalhar, quanto nos aspectos político-econômicos.

A sociedade do desempenho produz um trabalhador que explora a si mesmo por meio do poder ilimitado, provocando a constante sensação de cansaço. Seu caráter positivo instaura o projeto, a iniciativa e a motivação para maximizar a produção, atender as demandas flexíveis e atuar de forma competitiva nos aspectos físicos, cognitivos e afetivos do indivíduo. A partir do toyotismo, segundo Alves (2007, p. 129)

O novo modelo produtivo exige uma arquitetura de controle do metabolismo social do capital de novo tipo. Primeiro, pela reordenação espaço-temporal, tanto do trabalho quanto da vida social. A extensão da produção (e do discurso da produção) para a totalidade social e, por outro lado, a redução da vida social à lógica da produção do capital são um modo de reordenação espaço-temporal do controle sócio metabólico do capital que nasce na fábrica. Segundo, pela interversão do “inspetor externo” em “inspetor interno” que manipula as instâncias da subjetividade (pré-consciência e inconsciente) por meio de valores-fetiches. A administração by panopticum, instaurada pelo toyotismo, está menos no olhar perscrutador externo do capital, que não desaparece, é claro, apesar de estar menos visível e, inclusive, pelo avesso (como o olhar perscrutador dos companheiros de trabalho) e mais no olhar perscrutador interno dos valores-fetiches e consentimentos espúrios.

O processo de “exclusão includente” implica na utilização de estratégias para excluir o trabalhador do mercado formal e reemprega-lo com salários mais baixos, reintegrando-o em empresas terceirizadas ou até mesmo, inserindo ele como prestador de serviço na informalidade para manter a competitividade, por meio do trabalho precarizado. A esse respeito, Kuenzer (2002, p. 92) argumenta:

Da mesma forma, as cadeias produtivas se alimentam, na ponta precarizada, do trabalho quase escravo, do trabalho infantil, do trabalho domiciliar ou terceirizado, que têm constituído em estratégias de superexploração do trabalho. É importante destacar que esta é a lógica das novas relações entre capital e trabalho em tempos de mundialização do capital e de reestruturação produtiva, viabilizadas por Estados de tipo neoliberal. Não se trata, portanto, de mera disfunção com efeitos passageiros, mas da própria possibilidade de acumulação do capital, posto que a reestruturação produtiva se alimenta e se dinamiza mais quanto mais produz o seu contrário: o trabalho precarizado.

A noção de intensidade está vinculada ao volume de energia físico e/ou psíquico gasto pelos trabalhadores na realização de uma atividade concreta. O aumento do gasto energético provoca a intensificação do trabalho nos aspectos físicos, de forma quantitativa e, nos aspectos intelectual ou emocional, de forma qualitativa. Dal Rosso (2008, p. 21) define melhor suas principais características:

A intensidade é, portanto, mais que esforço físico, pois envolve todas as capacidades do trabalhador, sejam as de seu corpo, a acuidade de sua mente, a afetividade despendida ou os saberes adquiridos através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização. Além do envolvimento pessoal, o trabalhador faz uso de relações estabelecidas com outros sujeitos trabalhadores sem as quais o trabalho se tornaria inviável. São levadas em conta na análise da intensificação do trabalho as relações de cooperação com o coletivo dos trabalhadores – a transmissão de conhecimentos entre si que permite um aprendizado mútuo – e as relações familiares, grupais e societárias que acompanham o trabalhador em seu dia-a-dia e que se refletem dentro dos locais de trabalho, quer como problemas quer como potencialidades construtivas.

Nesse sentido, o grau de intensidade estipulado se constitui em um campo de disputa privilegiado entre os trabalhadores e os empregadores e as assimetrias permanecem, ou seja, “como objeto de eterna disputa entre capitalistas que exigem labutar com mais empenho e trabalhadores que resistem e buscam manter seus ritmos e cargas definidas pessoal ou grupalmente[...]” (DAL ROSSO, 2008, p. 25).

Todo este movimento, que aparentemente objetiva aumentar a produção e se constituir em fonte produtora de crescimento, envolve sérias questões éticas. Trata-se de intensificar a exploração da força de trabalho e a mais valia relativa¹¹ e, assim, o sistema capitalista vai se regenerando e mantendo sua hegemonia devastadora em corpos, mentalidade e ambientes.

¹¹ A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa (MARX, Karl, 1996, p.431-432).

Diante desses cenários, a principal indagação diz respeito as condições de trabalho. Segundo Gasparini; Barreto e Assunção (2005), a questão tem sido tema de inúmeros debates e análises. Os resultados demonstram a associação entre a precariedade das relações no mundo do trabalho, com o aumento de sintomas mórbidos e afastamentos por motivo de doenças. Dejours *et al.* (1994, p. 29), acrescenta:

Quando o rearranjo da organização do trabalho não é mais possível, quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada, o sofrimento começa: a energia pulsional que não acha descarga no exercício do trabalho se acumula no aparelho psíquico, ocasionando um sentimento de desprazer e tensão.

Para Dal Rosso (2008), por sua vez, houve uma transição do trabalho material, vinculado às atividades industriais, para o imaterial, relativo aos serviços e isso produziu e continua a produzir determinados tipos de acidentes e doenças que afetam os corpos e as mentes dos trabalhadores.

É erro grosseiro supor que intensificação ocorre apenas em atividades industriais. Muito ao contrário. Em todas as atividades que concentram grandes volumes de capital e que desenvolvem uma competição sem limites e fronteiras, tais como nas atividades financeiras e bancárias, telecomunicações, grandes cadeias de abastecimento urbano, nos sistemas de transportes, nos ramos de saúde, educação, cultura, esporte e lazer e em outros serviços imateriais, o trabalho é cada vez mais cobrado por resultados e por maior envolvimento do trabalhador. Tais atividades não-materiais estão em estado avançadíssimo de reestruturação econômica e nelas o emprego de trabalho intensificado é prática rotineira. (DAL ROSSO, p.31).

O sistema capitalista utiliza, portanto, o sofrimento psíquico e a intensificação como formas de controle e de gestão para elevar a produtividade e dominar a subjetividade dos indivíduos. Existe uma gestão neoliberal do sofrimento, ou seja, ele é produzido e gerenciado enquanto instrumento de coerção comportamental, moldando desejos, identidades, valores e modos de vida para extrair mais produtividade do trabalho. Segundo Safatle; Junior e Dunker (2020, p. 10)

Por isso, cabe compreender o neoliberalismo como uma forma de vida nos campos do trabalho, da linguagem e do desejo. Como tal, ele compreende uma gramática de reconhecimento e uma política para o sofrimento. Enquanto liberais clássicos, descendentes de Jeremy Bentham e Stuart Mill, consideravam que o sofrimento, seja do trabalhador, seja do cidadão, era um problema que atrapalhava a produção e criava obstáculos para o desenvolvimento e para o cálculo da felicidade, como máximo de prazer com mínimo de desprazer, a forma de vida neoliberal descobriu que se pode

extrair mais produção e mais gozo no próprio sofrimento. Encontrar o melhor aproveitamento do sofrimento no trabalho, extraindo o máximo de cansaço com o mínimo de risco jurídico, o máximo de engajamento no projeto com o mínimo de fidelização recíproca da empresa, torna-se regra espontânea de uma vida na qual cada relação deve apresentar um balanço e uma métrica.

As transformações ocorridas com a expansão tecnológica modificaram e intensificaram as relações entre o trabalho/trabalhador/empregador. Os softwares controlam o trabalho; organizam e quantificam as tarefas; o tempo de produção; possibilitam avaliação do desempenho; exigem um esforço intelectual que se materializa através do aumento do volume de trabalho, das cobranças e das responsabilidades.

No entanto, é preciso entender que nem todo o desgaste provoca sofrimento, mal-estar e afastamentos, pois estes sintomas que ocorrem nos aspectos clínicos, também se desenvolvem numa dimensão política visando implementar novas racionalidades assimiladas consensualmente, por alienação, por vantagens ou por pressão.

Ao intensificar o processo de extração da mais-valia, o neoliberalismo promove uma sobrecarga que produz ataques a saúde do trabalhador. Estes ataques, segundo Dal Rosso (2008) “[...] Referem-se especialmente à saúde psíquica e a problemas decorrentes de um tipo de trabalho que é eminentemente intelectual e relacional”, estabelecendo um perfil dos problemas de saúde que decorrem da intensificação do trabalho docente. O autor esclarece:

De alguma maneira, esse conjunto de condições negativas da saúde do trabalhador decorre de qualidades próprias do trabalho imaterial denso: tarefas que se repetem ininterruptamente por períodos prolongados, pressão sobre os trabalhadores sob a forma de cobranças de resultados por chefes e administradores, pressão através das formas de controle sobre a quantidade e a qualidade do trabalho realizado, pressão por parte das exigências da clientela que impõem um esforço mental e um controle emocional sobre-humanos e efeitos sobre o lado psíquico e relacional do trabalhador, que deixam marcas sobre o corpo nas formas de tendinites, gastrites, hipertensões e que extrapolam o ambiente de trabalho com reflexo sobre a vida familiar e societária dos indivíduos. (DAL ROSSO, 2008, p. 145).

Assunção (2003) revela os altos índices de transtornos psíquicos, de doenças respiratórias, problemas no aparelho locomotor e osteomuscular. Esteve (1999) já alertava no final dos anos 90 para o absenteísmo trabalhista, o abandono da profissão, as repercussões negativas sobre a saúde dos profissionais e as doenças que afetam, principalmente os profissionais que atuam no Magistério.

A expansão tecnológica, segundo Freitas (2018), possibilitou a ampliação dos mecanismos de controle do Estado, a regulação da formação docente, a dependência das novas tecnologias e uma maior interatividade dos alunos com as novas bases tecnológicas. Outrossim, o empobrecimento dos serviços públicos, que ocorriam anteriormente as reformas neoliberais, instituíram uma massificação mal pensada, pouco estruturada e escassamente financiada, resultando numa escassez de recursos, falta de professores e superlotação de turmas.

Neste processo, o trabalho docente vem sendo alinhado pelas didáticas, metodologias e práticas que passam a eliminar a diversidade, padronizar e tornar homogêneo os métodos de ensino e de avaliação, além de torná-los dependentes das próprias tecnologias que, em seu sentido último, desqualificam o trabalhador docente.

Para Saviani (2019), tal movimento se expande nos mais diversos espaços, escolas, empresas, ONGs, academias, clubes esportivos, entidades religiosas, cujos objetivos são flexibilizar os comportamentos e substituir os compromissos coletivos pelos individuais, maximizar a produtividade e estimular a competitividade num ambiente marcado pelas altas taxas de desemprego e por grandes grupos populacionais excluídos do emprego, mas inseridos na adaptabilidade e empregabilidade do modelo hegemônico.

Os efeitos da intensificação do trabalho na saúde dos Trabalhadores da Educação ocorrem de diferentes formas em cada indivíduo e são influenciados por fatores externos e internos. Segundo Safatle; Junior e Dunker (2020, p. 11), “[...] nem todo sintoma nos faz sofrer, e nem toda forma de sofrimento é um sintoma”.

O processo desencadeado reduz o papel da educação a uma função utilitarista, vinculada a formação de mão de obra para o capital, instaurando, assim, uma nova ordem nas relações entre a escola e os professores, submetidos à lógica econômica do mercado. Nestas circunstâncias, as relações entre professores e comunidade escolar, são marcadas por perdas substantivas de significado e importância. Uma série de mudanças organizacionais, decorrem desse cenário e dificultam sobremaneira o desenvolvimento de uma educação mais integral, capaz de enfrentar efetivamente os reais problemas do sistema educacional.

Os problemas de saúde decorrentes da intensificação do trabalho se refletem nos atestados médicos, nos acidentes de trabalho e nas doenças de duração mais ampla ou permanente. O papel regulatório sobre os indivíduos emerge sobre o processo de requalificação permanente do trabalhador. São utilizados mecanismos

de convencimento, vantagens ou repressão que, além de representar o outro lado do crescimento econômico, também se configuram em gatilhos de mal-estar, detonados a partir da forma como o trabalhador se relaciona com estes elementos estruturantes do neoliberalismo.

Laval (2019) aborda e define essa tendência, a partir de alguns atributos. São eles: a) desinstitucionalização – que estrutura a escola como uma empresa educadora, submetida a obrigação de apresentar resultados e inovações; b) desvalorização – substituição da emancipação política e desenvolvimento pessoal para os imperativos da eficiência produtiva e da inserção profissional, ou seja, substituição de todos os valores pelo valor econômico; c) desintegração – o modelo de escola, baseado numa concepção de mercado individualista, funciona a partir das demandas, diversidades e diferenciação, o que leva a eliminação da forma escolar como conhecemos, de formação cultural, científica, pessoal, profissional e cidadã, para uma que atenda as movimentações do mercado.

O “sujeito neoliberal”, nesta nova racionalidade é, segundo Dardot e Laval (2016) formatado pelo Estado e pela empresa para ser “guiado”, “estimulado”, “empoderado” (empowered) e constituinte de prazer e sucesso. O sofrimento, a angústia, o mal-estar, o adoecimento, a negação, a alienação, etc. se constituem nos mecanismos que mediam este processo, ou seja, o sucesso é seletivo e determinado para um tipo de sujeito, assim como o fracasso.

A racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 328).

Desta forma, a hegemonia neoliberal institui uma narrativa onde o sucesso está ao alcance de todos, no entanto, a realidade determina o vencedor e o perdedor antes do jogo começar ou pela forma como o sujeito irá interagir com o sofrimento institucionalizado.

Os anos noventa do século passado viriam consolidar a crise do Estado de Bem-Estar e a necessidade de novos padrões de regulação para a estabilização da economia, fatores apontados como necessários para a expansão do capital. Nesse processo agigantam-se as teses do Estado mínimo e do livre mercado como regulador das relações sociais. Na realidade, estamos diante do desafio, ainda, de consolidar

um Estado democrático e social de direito, que busca a emancipação das subjetividades humanas e a construção do bem-estar comum.

A dignidade humana e o direito à vida com qualidade constituem, assim, referentes básicos de resgate para um projeto utópico do Estado democrático de direito, com vistas ao acesso e permanência num ideário educativo mais coletivo e solidário. Ou seja, o Estado deve ser adequado para desenvolver e potencializar formas de garantir a concretude dos direitos fundamentais a que toda pessoa humana e todos os povos fazem jus e que lhes estão constitucionalmente assegurados, em grande parte dos países, bem como pelos tratados e acordos internacionais.

O que está na base de proposição desses movimentos é a própria necessidade de superação das crises desencadeadas pelo Estado¹² e traduzidas pela quase absoluta incapacidade de fazer frente a uma série de lacunas ainda não resolvidas pela democracia brasileira e circunscritas aos ditames do empoderamento econômico sobre os fatores sociais.

Para isso, torna-se fundamental dar condições capazes de resgatar o protagonismo dos sujeitos, atreladas a criticidade de múltiplas visões sobre os processos aos quais estão submetidos, além da utilização de ferramentas conceituais mais adequadas que possibilitem uma releitura de seus níveis de enraizamento, bem como da adesão a determinadas ideologias, visando à obtenção de patamares mais elevados de participação, autonomia e inclusão.

¹² Para Arnaud e Junqueira (2006, p. 194), “O termo Estado faz parte desta categoria de conceitos: sua formulação usual indica, de fato, a instituição por excelência da Política e do Direito e, portanto, um dos lugares mais sacros e simbólicos da nossa sociedade.”

3 SENTIDOS DO TRABALHO DOCENTE E O ESTADO DE MAL-ESTAR

É inegável reconhecer que a história do capitalismo, em seus níveis, global e regionais é marcada pela frequente e periódica produção de rupturas e de bruscas desarticulações no equilíbrio entre as esferas da produção e do consumo. O Estado Democrático de Direito, por sua vez, enquanto mantenedor do sistema educacional brasileiro, é a representação institucional desta nova racionalidade.

O trabalhador contemporâneo se posiciona no mundo do trabalho, com base numa perspectiva de “sujeito-empresarial”, movido por estímulos e compromissos, de ordem absolutamente individual e competitiva. Os estados de sofrimento, vislumbrados a partir de suas mais variadas dimensões e que acometem o trabalhador no processo de adoecimento profissional, funcionam como instrumentos desse controle normativo.

Ao impor políticas públicas em Educação que não levam em consideração uma análise mais crítica sobre os fazeres pedagógicos nos contornos do mundo do trabalho do Magistério, intensificam e precarizam o próprio trabalho dos profissionais que atuam nas escolas e, estes, se tornam protagonistas dos cenários de sofrimento e adoecimento.

Nesse sentido, as mudanças introduzidas na sociedade nas últimas décadas têm produzido novas formas de subjetivação e, também, mal-estar¹³. Esses fatos, associados ao processo de democratização do ensino ao longo do século XX, trouxeram algumas implicações no campo da educação, cujos efeitos podem ser observados em aspectos relacionais e subjetivos da profissão docente.

¹³ Em seu texto clássico *Mal-estar na civilização*, Freud alertava para as fontes de sofrimento humano sobrevém a partir das relações intersubjetivas, considerando-a muito mais penosa quando comparava a decadência do corpo frente à passagem do tempo e a influência do mundo externo (FREUD, 1996). Já em 1929, Freud nos leva a pensar sobre o mal-estar na civilização que estava relacionada a repressão de alguns instintos primários, posto que viver em sociedade implica em renúncias e sacrifícios que restringem a liberdade de agir de acordo com os próprios impulsos. Para que pudessemos sobreviver de uma forma civilizada e nos desenvolver culturalmente tivemos que dispor de alguns mecanismos que garantissem a sublimação do instinto, a limitação dos instintos agressivos, mantendo suas manifestações sob controle das formações psíquicas reativas. Nesse processo, surgiram os mecanismos de compulsão, regulação, supressão ou renúncia forçada. Além do princípio de realidade que também entra no jogo da criação de uma sociedade normatizada, restringindo o princípio do prazer. O anseio de liberdade e a consciência de que a mesma é sempre relativa e circunscrita, faz com que exista uma constante tensão, um mal-estar. Os prazeres da vida em sociedade vêm junto com o sofrimento. (ARANDA, 2007, p. 13)

Ao lado dos recentes progressos, no avanço de teorias e métodos, assim como, na formação e qualificação profissional para a Área da Educação, um olhar retrospectivo revela lacunas no desenvolvimento da escola de massa no país.

3.1 VIESES DE EXCLUSÃO-INCLUDENTE NO TRABALHO ESCOLAR

Carnoy (1987) trata das reformas no mundo do trabalho, demonstrando que não mantém uma estrutura linear e são permeadas por um ambiente conflituoso e complexo, que abrange os trabalhadores, os sindicatos e os governos. Segundo o autor, existe uma classificação por categorias que as estruturam, quais sejam: microtécnicas, macrotécnicas, micropolíticas e macropolíticas.

O primeiro grupo (mudanças microtécnicas) representam as mais modestas alterações, as menos afastadas das práticas tradicionais, enquanto que o quarto grupo (macropolíticas) representa as mudanças mais substanciais e abrangentes, as que atingem o próprio governo da organização do trabalho. Entre esses dois extremos, encontram-se as reformas macrotécnicas e micropolíticas. Cada categoria tende também a ser mais abrangente do que a anterior e inclui algumas das mudanças da categoria anterior. Por exemplo, as alterações micropolíticas geralmente exigirão modificações macro e microtécnicas na organização do trabalho. Contudo, as categorias inferiores normalmente não exigem mudanças nas categorias mais elevadas. Neste sentido, pode haver alguma superposição entre as categorias, ainda que elas sejam conceitualmente distintas. (CARNOY, 1987. p.212).

Segundo Oliveira (2003, p. 20) “[...] O capitalismo convive com a noção de reforma constantemente e é através dos processos reformadores que se vai adequando as novas exigências históricas”. As intensidades e as categorias adotadas na implementação destas reformas irão depender dos modelos políticos, econômicos e sociais dominantes.

Via de regra, as reformas educacionais brasileiras para a Educação Básica sempre adotaram um tipo de lógica administrativa do tempo pedagógico e do espaço curricular, advinda de modelos estrangeiros. Sob o pretexto de melhorar o sistema educacional, tais reformas estão conectadas com as lógicas baseadas no produtivismo e no individualismo, processos que resultam na configuração de uma

nova escola cujas reformas reproduzem o discurso neoliberal¹⁴ inserido nos campos econômicos, políticos e sociais.

Em grande parte dessas mudanças, segundo Ianni (2002, p. 32), “[...] o Banco Mundial tem sido o agente principal na definição do caráter “economicista”, “privatista” e “tecnocrático” da reforma dos sistemas de ensino nos três níveis em curso na maioria dos países, desde os anos de 1950 do século XX e entrando pelo século XXI”.

O novo governo dos homens penetra até em seu pensamento, acompanha, orienta, estimula, educa esse pensamento. O poder já não é somente a vontade soberana, mas, como Bentham diz tão bem, torna-se “método oblíquo” ou legislação indireta”, destinada a conduzir os interesses. (DARDOT e LAVAL, 2016, p.325).

Foram sendo estabelecidas, paulatinamente, uma série de diretrizes e metas voltadas para do trabalho escolar, por meio do desenvolvimento de novas formas de relacionamentos entre a escola e sua comunidade, ou seja, um processo que tem promovido alterações substantivas nas formas de sociabilidade entre crianças, jovens, professores e famílias.

Reduzem-se ou mesmo abandonam-se, os valores e os ideais humanísticos de cultura universal e pensamento crítico, ao mesmo tempo em que se implementam diretrizes, práticas, valores e ideais pragmáticos, instrumentais e mercantis. Tudo o que diz respeito a educação passa a ser considerado uma esfera altamente lucrativa de aplicação do capital; o que passa a gerenciar decisivamente os fins e os meios envolvidos; de tal modo que a instituição de ensino, não só privada como também pública, passa a ser organizada e administrada segundo a lógica da empresa, corporação ou conglomerado. (IANNI, 2002, p. 32)

Existe uma lógica desumanizadora do capital estruturada no individualismo, no lucro e na competição, que promove mudanças nos processos educacionais para manter uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil. Neste sentido, o

¹⁴ O neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da Subjetividade (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 34). [...] o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. (HARVEY, 2008, p. 13). [...] a força do neoliberalismo é performática. Ela não atua meramente como coerção comportamental, ao modo de uma disciplina que regula ideais, identificações e visões de mundo. Ela molda nossos desejos, e, nesse sentido, a performatividade neoliberal tem igualmente efeitos ontológicos na determinação e produção de sofrimento. Ela recodifica identidades, valores e modos de vida por meio dos quais os sujeitos realmente modificam a si próprios, e não apenas o que eles representam de si próprios. (SAFATLE; JUNIOR e DUNKER, 2020, p.11).

acesso à educação não tem por finalidade combater as desigualdades sociais que se ampliam e também se institucionalizam dentro das escolas. Desta forma, o processo que ocorre dentro da escola promove e amplia o apartheid social já existente, impossibilitando que seja construída uma educação libertadora capaz de promover uma transformação do atual modelo. Mészáros (2008, p. 12)

Sustenta que a educação deve ser sempre continuada, permanente, ou não é educação. Defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. Para ele, uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico.

Há de se considerar que esse processo está vinculado a constituição de novos modos de vida, comportamentos, atitudes e valores que demandam um novo tipo de sujeito, capaz de se ajustar aos novos meios de produção e suprir as necessidades do capital, fragmentadas e distribuídas desigualmente. Produz-se, assim, uma divisão capitalista que contribui para aumentar a alienação dos trabalhadores, na qual, a escola se constitui em instrumento de produção de desigualdades, cujo conhecimento científico e saber prático são distribuídos a indivíduos distintos. Segundo Kuenzer (2002, p. 79)

A escola, por sua vez, constituiu-se historicamente como uma das formas de materialização desta divisão. Ela é o espaço por excelência, do acesso ao saber teórico divorciado das práxis, representação abstrata feita pelo pensamento humano, e que corresponde a uma forma peculiar de sistematização, elaborada a partir da cultura de uma classe social. E, não por coincidência, é a classe que detém o poder material, que possui também os instrumentos materiais para a elaboração do conhecimento (Marx e Engels, s.d.). Assim, a escola, fruto da prática fragmentada expressa e reproduz esta fragmentação, através de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão.

Há de se considerar que as reformas estão alinhadas com um modelo que tende a ampliar às desigualdades educacionais, institucionalizadas por meio de políticas públicas educacionais empregadas pelo Estado. Os PCNs e a nova BNCC se inserem nessa lógica de atender às demandas do capital e do mercado a partir da concepção de uma base curricular estruturada para contemplar uma formação

técnica, voltada para o mundo do trabalho em detrimento de componentes básicos. Isto acaba por ampliar as desigualdades no processo de formação dos estudantes das escolas públicas em relação às escolas privadas.

A esse respeito Saviani (2019, p. 437) argumenta: “[...] introduzir a ‘pedagogia das competências’ nas escolas e nas empresas moveu-se pelo intento de ajustar o perfil dos indivíduos, como trabalhadores e como cidadãos, ao tipo de sociedade decorrente da reorganização do processo produtivo”. Ao reconfigurar o lugar da educação pública na atualidade política, econômica e social do Brasil, a ênfase reflexiva formativa recaiu, portanto, nas estruturas de atendimento aos padrões curriculares, balizados por métricas de desempenho nos ambientes escolares.

Outras denominações definidas pelo referido autor surgem na literatura especializada a esse respeito. São elas, “pedagogia da qualidade total”¹⁵ e “pedagogia corporativa”¹⁶. Todas têm a mesma função, maximizar os resultados dos recursos aplicados na educação. A substituição do conceito de qualificação por competência, objetivou maximizar o ideário de eficiência, característico do universo empresarial e o controle escolar, passou a ser exercido pela avaliação externa dos estudantes, representando, assim, a finalidade última desse processo.

Redefine-se, portanto, o papel do Estado com o das escolas. Em lugar da uniformização e do rígido controle do processo, como preconizava o velho tecnicismo inspirado no Taylorismo-fordismo, flexibiliza-se o processo, como recomenda o toyotismo. Estamos, pois, diante do neotecnicismo: controle decisivo desloca-se do processo para o resultado. É pela avaliação dos resultados que se buscará garantir a eficiência e produtividade. E a avaliação converte-se no papel principal a ser exercido pelo Estado, seja mediatamente, pela criação das agências reguladoras, seja diretamente, como vem ocorrendo no caso da educação. Eis porque a nova LDB 9394/96 (Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996) enfeixou no âmbito da União a responsabilidade de avaliar o ensino em todos os níveis, compondo um verdadeiro sistema nacional de avaliação. E para desincumbir-se dessa tarefa o governo federal vem instituindo exames e provas de todos os tipos.

¹⁵ O conceito de “qualidade total” está ligado a reconversão produtiva promovida pelo toyotismo ao introduzir, em lugar da produção em série e em grande escala visando a atender à necessidade do consumo de massa, a produção em pequena escala dirigida ao atendimento de determinados nichos de mercado altamente exigentes. [...] expressa-se em dois vetores, um externo e outro interno. Pelo primeiro vetor, essa expressão pode ser traduzida na frase “satisfação total do cliente”. Pelo segundo vetor aplica-se uma característica inerente ao modelo toyotista que o diferencia do fordismo: capturar, para o capital, a subjetividade dos trabalhadores. Nessa dimensão, “qualidade total” significa conduzir os trabalhadores a “vestir a camisa da empresa”. A busca da qualidade implica, então, a exacerbação da competição entre os trabalhadores que se empenham pessoalmente no objetivo de atingir o grau máximo de eficiência e produtividade da empresa. (SAVIANI, 2019, p.439-440).

¹⁶ Consumando o processo de adoção do modelo empresarial na organização e no funcionamento das escolas, as próprias empresas vêm crescentemente se convertendo em agências educativas, configurando uma nova corrente pedagógica [...]. (SAVIANI, 2019, p.440).

Trata-se de avaliar os alunos, as escolas, os professores e, a partir dos resultados obtidos, condicionar a distribuição de verbas e alocação de recursos conforme os critérios da eficiência e da produtividade. (SAVIANI, 2019, p.439).

Laval (2019) aborda o cerco à escola no novo capitalismo, a introdução das lógicas de mercado no campo da educação e a força do neoliberalismo que se apresenta a escola e a sociedade como solução ideal para todas as contradições. A educação, neste contexto, segundo Mészáros (2008, p. 15)

Tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema.

O processo acaba sendo instituído de forma conflituosa e contraditória. Os jogos de interesses se contrapõem a uma dinâmica mutante. Laval (2019) afirma que a aproximação da escola à economia capitalista e a sociedade liberal ameaça a autonomia da instituição, mas não a destrói. No entanto, o autor aborda questões que explicitam a configuração de uma escola neoliberal, baseada em estruturas que abrangem as lógicas gerenciais, as pedagogias inspiradas no individualismo e conectadas com as transformações econômicas e culturais que atingem a sociedade. Estas transformações ocorrem através de uma intencionalidade capaz de sobrecarregar o trabalho docente, reduzir e manipular o seu papel pedagógico.

Nessa perspectiva, ganharam destaque no Brasil, as mudanças introduzidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação no 9.394/96 (BRASIL/MEC, 1996) e várias ações desencadeadas (algumas delas já iniciadas na década de 70) pelo Ministério da Educação (MEC) e coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

De acordo com Nogueira (2020), dentre essas iniciativas, algumas delas fazem parte da aproximação do governo federal com experiências internacionais de avaliação educacional: a) no Programa Estudos Conjuntos para a Integração Latino-Americana (Eciel) nos anos 70 e daquilo que foi conduzido pelo Escritório Regional para a América Latina e o Caribe (Unesco/Orealc), na década de 90; b) a partir de 1994, no Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação (Llece); c) desde 1997, no Programa Mundial de Indicadores Educacionais (Wei); d)

no Fórum Hemisférico de Avaliação Educacional, instalado em 2002, como resultado do Plano de Ação acordado por ocasião da II Cúpula das Américas, realizada no Chile em 1998; e) em 2000, no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), talvez um dos mais conhecidos e utilizados como referência na América Latina; f) e 2001, no Projeto Sistema de Indicadores Educacionais do Mercosul (Sem). No cenário nacional e nos contextos da Educação Básica e da Educação de Jovens e Adultos ocorreram trabalhos significativos: a) o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb); b) o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); c) e o Exame Nacional de Certificação para o Ensino de Jovens e Adultos (Encceja).

O Saeb, mais voltado para a avaliação dos sistemas estaduais, realiza a cada dois anos, desde 1995, uma avaliação do desempenho dos/as estudantes das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio. A partir de 2005 o Saeb passou a ser composto de duas avaliações. A primeira delas é a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb)¹⁷, objetivando avaliar a qualidade, equidade e a eficiência da educação brasileira, focalizando a gestão dos sistemas de ensino. A outra diz respeito a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc)¹⁸, mais ampla que a anterior, tem caráter universal e avalia a qualidade do ensino ministrado nas escolas, apresentando resultados globais. O Enem, desde 1998, tem como eixo norteador a avaliação do participante ao término da Educação Básica com ênfase para o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais à vida acadêmica, ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania. O Encceja, instituído em 2004, objetiva promover uma ampla autoavaliação de jovens e adultos, residentes no Brasil e no exterior, em nível de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A centralidade da avaliação feita pelo Encceja é a aferição de competências e habilidades adquiridas por jovens e adultos no processo escolar e nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (NOGUEIRA, 2020, p. 541).

O direcionamento dado pelas reformas educacionais e o uso de seus instrumentos avaliativos externos, nos mais diferentes níveis do ensino, acabaram por ampliar os conteúdos dos fazeres profissionais e, ao mesmo tempo, esvaziar sua atividade, reduzir os requisitos de qualificação e também intensificar o ritmo da força de trabalho no espaço escolar (SANFELICE; LOMBARDI e SAVIANI, 2002).

Nesse contexto, tipificado como sendo de “inclusão/excludente”, tóxico, por excelência, os sujeitos se tornam vítimas de um ambiente altamente comprometido e que se articula com os processos de “exclusão/includente” no mundo do trabalho. Para Kuenzer (2002, p. 92),

¹⁷ O Aneb recebe o nome de Saeb em suas divulgações.

¹⁸ A Anresc recebe o nome de Prova Brasil em suas divulgações.

A inclusão excludente: ou seja, as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente.

Mesmo que sob a égide do princípio da gestão democrática, referendada após a Constituição de 88, e algumas das exigências a ele vinculadas, quais sejam: o projeto político-pedagógico, o concurso para professores especialistas e servidores administrativos e a eleição para direção, foi-se constituindo uma coletividade (de sujeitos!) da comunidade escolar, absolutamente conformada, técnica e socialmente, com as regras impostas pela relação clássica, estabelecida entre o capital e o trabalho, de acordo com os princípios do toyotismo. Kuenzer (2002, p.85) esclarece:

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos de 1990, com a globalização da economia, com a reestruturação produtiva e com as novas formas de relação entre Estado e sociedade civil a partir do neoliberalismo, mudam radicalmente as demandas de disciplinamento, e, em decorrência, as demandas que o capitalismo faz a escola.

O esgarçamento do tecido social tem sido visível na sociedade brasileira e está provocando cisões cada vez mais frequentes e profundas nos territórios da escola pública. Faltam, basicamente, organicidade, articulação, funcionalidade e capilaridade ao espaço/tempo da estrutura organizacional da escola. Desta forma, foi-se impondo um cenário de crise¹⁹ permanente, que se transforma na causa que explica todo o resto.

Uma situação de crescente instabilidade e tensão na geopolítica escolar, que legitima contextos mais amplos de disputas por poderes e de concentração de

¹⁹ Mendonça (1987) pontua que, originária do campo de estudos das ciências médicas, a ideia de crise ocupa lugar nas análises sobre o social, a partir dos séculos XVII e XVIII. Nesse período surge pela expressão “crise econômica”. Apenas no século XIX, com o apurar do sentido histórico e com o progresso das ciências sociais, assinalado sobretudo pela ruptura epistemológica operada por Marx neste terreno, é que a noção de crise adquire adensamento de significado. Com efeito, é com o pensamento de Clement Juglar (1862) que se inicia o reconhecimento sistemático de ciclos e crises econômicas. Marx, por sua vez, é quem pela primeira vez, em especial nos livros II e III de O Capital, nas Teorias da Mais-Valia e na correspondência com Engels, que a problemática da crise surge em múltiplas observações. Elaborada, portanto, no interior da teoria econômica do capitalismo, o conceito de crise não deixou de surgir posteriormente no contexto de outras teorias regionais (falando-se assim de crise científica, de crise ideológica, de crise política) e ainda, e no âmbito global da teoria do materialismo histórico, enquanto crise histórica.

riquezas na sociedade. Em seu interior surgem novos elementos e que se configuram em agentes agravantes do quadro estabelecido. O coronavírus (SARS-CoV-2), que causou a COVID-19, é um dos mais recentes e bom exemplo dessa situação. Para Santos (2020, p. 24)

O neoliberalismo crescentemente dominado pelo capital financeiro global. Esta versão do capitalismo sujeitou todas as áreas sociais – sobretudo saúde, educação e segurança social – ao modelo de negócio do capital, ou seja, a áreas de investimento privado que devem ser geridas de modo a gerar o máximo lucro para os investidores. Este modelo põe de lado qualquer lógica de serviço público, e com isso ignora os princípios de cidadania e os direitos humanos. Deixa para o Estado apenas as áreas residuais ou para clientelas pouco solventes (muitas vezes, a maioria da população) as áreas que não geram lucro. Por opção ideológica, seguiu-se a demonização dos serviços públicos (o Estado predador, ineficiente ou corrupto); a degradação das políticas sociais ditada pelas políticas de austeridade sob o pretexto da crise financeira do Estado; a privatização dos serviços públicos e o subfinanciamento dos que restaram por não interessarem ao capital.

Nessa perspectiva, os sentidos, de tipificação do perfil da crise, nos territórios da escola, analisados nos estudos de Laval (2019), demonstram que isto ocorre, principalmente, pela gradativa perda da legitimidade dos espaços ocupados e das funções exercidas e a eles atrelados, conjuntamente com a ineficácia frente ao desemprego galopante e o aprofundamento do atraso tecnológico, ante a adoção de matrizes de maior impacto e sem aderência com o fluxo das inovações presente na contemporaneidade.

De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 327), “[...] trata-se de ver o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional”. Essa “entrega por completo” dos sujeitos, se constitui no que Dardot e Laval (2016, p. 325) definem como “gestão das mentes”. Induzidos por uma “mão invisível” a fazer as escolhas de acordo com o funcionamento da engrenagem.

A estratégia perversa, na realidade, que subjaz a esse contexto é, pois, ampliar o atendimento e melhorar as estatísticas para atingir as metas de universalização do acesso ao ensino fundamental e médio, sem, contudo, garantir o ingresso no mercado de trabalho e uma aprendizagem mais alinhada com a visão emancipatória. Dessa maneira, os futuros adultos (crianças e jovens atuais) irão permanecer à margem das vagas por emprego na disputada corrida ao mercado de trabalho e, igualmente, de uma participação mais ativa e com pertencimento na vida social.

A perspectiva emancipatória está atrelada ao ideário de democratização da escola, exercício pleno da cidadania e alicerçado no conhecimento. Refere-se à importância estratégica do protagonismo profissional do professor na sociedade e aos meandros da economia da informação, diante dos dilemas da sociedade contemporânea e das novas demandas educacionais.

O conceito de emancipação²⁰, num referencial marxista, é explicitado por Arenhart e Nogueira (2016, p. 1520-1521)

Nessa perspectiva ganha destaque o conceito de emancipação. O termo emancipação é bastante empregado na área jurídica e política e possui uma raiz filosófica bem ampla. No campo da educação a apropriação desse conceito está relacionada aos horizontes das políticas públicas e dos projetos educacionais. Cabe ressaltar, a opção feita pela explicitação das linhas mestras que definem o conceito de emancipação, a partir de um referencial baseado no pensamento de Karl Marx. A questão da emancipação foi abordada por Ele em diferentes textos, porém a Obra em que desenvolve especificamente esse conceito é no livro “*A Questão Judaica*”²¹.

Karl Marx²², ao abordar a emancipação política e a emancipação humana, enfatiza o que elas representavam em termos históricos concretos. Neste sentido, Arenhart e Nogueira (2016, p. 1521) abordam que

Quando se trata da emancipação política é, simultaneamente, a dissolução da velha sociedade em que repousa o estado alienador, conjuntamente, a dissolução do poder senhorial. A emancipação política é a da burguesia

²⁰ Tom Bottomore, no Dicionário Marxista (1988, p.123), delimita o conceito de emancipação em estreita vinculação com a concepção de liberdade. Na perspectiva liberal, trata-se da “[...] ausência de interferência ou, ainda especificamente, de coerção. Sou livre para fazer o que os outros não me impedem”. Entretanto, destaca que “[...] o marxismo é herdeiro de uma concepção mais rica e mais ampla de liberdade como autodeterminação que tem origem no pensamento de filósofos como Spinoza, Rousseau, Kant e Hegel”. Bottomore (1988, p. 124) afirma ainda que, “[...] Os marxistas tendem a ver a liberdade em termos da eliminação dos obstáculos da emancipação humana, isto é, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e a criação de uma forma de associação digna da condição humana”.

²¹ O conceito de emancipação política foi abordado por Karl Marx em um ensaio escrito em 1843 e publicado no número único de duplo dos *Deutsch-Franzöcher* (Anais Franco-Alemães), em fevereiro de 1844, sobre a “questão judaica” (*Zur Judenfrage*) na Alemanha daquela época.

²² Filósofo alemão, nascido em Trier de família judia convertida ao Protestantismo. Sua obra teve grande impacto em sua época e na formação do pensamento social e político contemporâneo. Estudou direito nas Universidades de Bonn e de Berlim, doutorando-se na Universidade de Jena (1841), com uma tese sobre a filosofia da natureza de Demócrito e de Epicuro. Ligou-se aos jovens hegelianos de esquerda, escrevendo em jornais socialistas. Depois de um intenso período de militância política, marcado pela fundação da liga dos comunistas (1847) e pela redação, com Engels, do Manifesto do Partido Comunista (1848), exilou-se na Inglaterra (1849), onde viveu até a sua morte, desenvolvendo as suas pesquisas e escrevendo grande parte de sua obra na biblioteca do Museu Britânico, em Londres. Suas principais obras são: A crítica da filosofia do direito de Hegel (1843); A sagrada família (1845); A ideologia alemã (1845 – 1846); A miséria da filosofia: a resposta à filosofia da miséria de Proudhon (1847); A luta de classes na França (1850); A crítica da economia política (1859); O capital, 3 vols. (1867 – 1895). (BOTTOMORE, 1998)

(parcial), da exploração entre as pessoas, da sociedade de classes. Ela não é um estágio para a emancipação humana, uma vez que promove a fratura entre o cidadão e o indivíduo privado. Traduz, em última análise, a completude do processo que faz da particularidade da liberdade política uma universalidade fictícia.

Espera-se que os profissionais exerçam suas atribuições com o máximo de produtividade e o mínimo de dispêndio, ou seja, produzir mais com baixos salários, trabalhar com uma carga horária elevada, dando resolutividade à problemática da gestão escolar e da vida que circunda a comunidade escolar. Em síntese, obriga servidores ao trabalho em condições precárias. Segundo Esteve (1999, p.19),

É injusto que nossa sociedade nos considere os únicos responsáveis pelos fracassos de um sistema educacional massificado, apressadamente maquiado para fazer frente à avalanche da crise social, econômica e intelectual de nossa sociedade. Sobretudo quando ninguém se atreve a redefinir funções porque pode se tornar impopular.

É preciso entender que são manifestações de formas atualizadas de violência real e simbólica. Elas ganharam maior visibilidade na sociedade brasileira com a pandemia. Houve, nesse momento, a exacerbação de um estado de mal-estar provocado pela necessidade de organização da dinâmica escolar frente a novas demandas por ensino remoto. Tal contexto, de acordo com Santos (2020, p.06) “[...] irá entrar cada vez mais frequentemente na vida dos cidadãos pela porta dos fundos das crises pandêmicas, dos desastres ambientais e dos colapsos financeiros”.

Desta forma, a escola se constitui num espaço social privilegiado para a entrada dos conflitos e das contradições que realçam as limitações de um sistema educacional refém da massificação do ensino e do severo abandono da sociedade, que terceiriza para os profissionais do Magistério, quase todas as suas responsabilidades. Laval (2019, p. 15) esclarece a esse respeito:

Os professores exercem uma profissão que perdeu muito de seus benefícios simbólicos e de suas relativas vantagens materiais. A massificação escolar não conduziu ao grande amálgama social e ao reinado da meritocracia harmoniosa, muito pelo contrário. As dificuldades enfrentadas por um grande número de estabelecimentos escolares com forte apelo popular foram agravadas por políticas liberais que acentuaram a marginalização de partes importantes da população e aprofundaram as desigualdades que afetam de múltiplas formas o funcionamento da escola. Quanto a relação educacional, grandes transformações sociais e culturais o tornaram mais difícil: com o fim progressivo da reprodução direta, dentro da família, dos ofícios e dos postos de trabalho, até a influência cada vez mais decisiva da mídia na socialização das crianças e dos adolescentes, passando pela incerteza cada vez maior

em relação à validade dos princípios normativos herdados, assistimos a um profundo questionamento das relações de transmissão intergeracional.

Brayner (2015) chama a atenção para a existência de um processo de substituição da narrativa pedagógica sobre o território escolar, com espírito humanista e ênfase política: transformação da realidade, consciência crítica, crítica ideológica e prática emancipatória; para um discurso com conteúdos tecnocráticos e unidimensionais: assentado na ideia de planejamento estratégico, empregabilidade, formação contínua, monitoramento, empreendedorismo e avaliação de resultados.

Medeiros; Barbosa e Carvalhaes (2019) destacam o fato de as políticas de expansão do ensino terem potencial para redução da pobreza e desigualdade no Brasil. Os autores abordam os benefícios de uma sociedade mais escolarizada para fins de uma maior circulação de bens e serviços. Nessa direção, Pilatti e Schmitz (2017) esclarecem que: quanto maior for a escolaridade do indivíduo, maiores serão as percepções críticas sobre o contexto em que estão inseridos, sendo mais preparados para compreender o papel da educação na formação política, cultural, econômica e social.

Já para Codo (2006) o trabalho tem a capacidade de transformar o mundo e o homem que executa. No entanto, quando o homem não se reconhece ou não se orgulha do que produz, isto pode causar efeito contrário, ou seja, sofrimento e adoecimento. Quando ocorre um esgotamento físico e psicológico no ambiente de trabalho, os profissionais podem ficar vulneráveis ao desenvolvimento de patologias nos mais diversos aspectos.

Estes fatores, portanto, poderão influenciar as relações que envolvem o mundo do trabalho, pois, segundo os autores citados no parágrafo anterior, os trabalhadores necessitam de uma melhor capacidade de compreensão das suas atribuições e que sejam capazes de trabalhar em equipe, solucionar conflitos, pensar e tomar as decisões mais eficientes através de uma leitura crítica da realidade.

3.2 MAL-ESTAR DOCENTE, FENÔMENO SOCIAL E INDIVIDUAL, ESTRUTURAL E CONJECTURAL

Considerando os indicadores desse cenário de exclusão-includente²³ no mundo do trabalho escolar, os profissionais do Magistério, em especial os professores, são vítimas de um processo de massificação, que sobrecarrega as relações de trabalho com os colegas de unidade, os estudantes e suas famílias. Um contexto agravado por políticas públicas descontínuas e fragmentadas, que aumentam as desigualdades, acentuam a marginalização e afetam o funcionamento pleno do sistema educacional, em suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal). Segundo Brayner (2015, p.91)

Nós educadores, temos a desagradável sensação de que já não podemos responder às solicitações sociais dirigidas a escola, os alunos e pais – todos tornados “clientes” ou “parceiros” – esperam da escola algo que ela talvez já não possa oferecer, uma escola que sempre se preparou para trabalhar com a cultura de uma forma muito específica – a “forma escolar”. E era isso que ela guardava toda sua unicidade, originalidade, especificidade e privilégio. Mas na medida em que todas as nossas relações se tornaram também “pedagógicas”, a perda do privilégio também acarreta a perda de importância: a escola não é mais o único lugar onde podemos aprender, talvez nem mesmo o mais adequado, talvez até o menos aconselhado (!), o que explicaria as mudanças fundamentais que vêm ocorrendo no espaço, no tempo, nas atividades, nas relações, nas finalidades escolares contemporâneas..., mas que não são acompanhadas por uma formação correspondente do professor!

A dimensão administrativa, curricular e pedagógica é influenciada pelas dinâmicas sociais, políticas culturais, que por sua vez, modificam o próprio sistema educacional mais amplo. Com base no entendimento de que a escolarização é parte de um processo educacional mais amplo, que envolve inúmeros agentes sociais, o ato de educar não pode ficar, exclusivamente, sob a responsabilização dos profissionais do Magistério. Nesse sentido, Bauman (2001) alerta para o fato de que

²³ São identificadas várias estratégias para excluir o trabalhador do mercado formal, no qual ele tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho e, ao mesmo tempo, são colocadas estratégias de inclusão no mundo do trabalho, mas sob condições precárias. Assim é que trabalhadores são desempregados e reempregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou reintegrados ao mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade, de modo que o setor reestruturado se alimenta e mantém sua competitividade através do trabalho precarizado. (Kuenzer, 2002, p.92).

a força do discurso da individualidade como capacidade realista e prática de autoafirmação está aumentando.

Se ficam doentes, supõe-se que foi porque não foram suficientemente decididos e industriosos para seguir seus tratamentos; se ficam desempregados, foi porque não aprenderam a passar por uma entrevista, ou porque não se esforçaram o suficiente para encontrar trabalho, ou por que são, pura e simplesmente, avessos ao trabalho; se não estão seguros sobre as perspectivas de carreira e se agoniam sobre o futuro, é porque não são suficientemente bons em fazer amigos e influenciar pessoas e deixaram de aprender e dominar, como deveriam, as artes da auto-expressão e da impressão que causam (BAUMAN, 2001, p.43).

A sociedade como um todo precisa assumir efetivamente o seu papel de protagonismo na redefinição dos objetivos e valores que precisam estar conectados com o tipo de sociedade e de conhecimento escolar que se almeja constituir. Este trabalho se torna mais complexo na medida em que, segundo Esteve (1999, p. 21)

Pela primeira vez na história, exige-se dos professores e do sistema de ensino que preparem seus alunos, não para a sociedade de hoje, mas para aquela em que esses alunos viverão quando forem adultos, e será, sem dúvida nenhuma, muito diferente da atual.

Tais exigências intensificam as demandas escolares e pressionam o exercício profissional no Magistério, principalmente na Educação Básica. O resultado disso é a emergência do estado de mal-estar docente. Um sintoma social vinculado aos conflitos, as contradições e incertezas que cercam o exercício da profissão e, conseqüentemente, as relações de trabalho no contexto atual do capitalismo. Segundo Laval (2019, p. 18)

A escola, que tinha como centro de gravidade não só o valor profissional, mas também o valor social e político do saber – valor, aliás, que era interpretado de forma muito diferente, conforme as correntes políticas e ideológicas -, hoje é orientada pelas reformas em curso, para os propósitos de competitividade prevaletentes na economia globalizada.

Esteve (1999) e Gasparini; Barreto e Assunção (2005) registram algumas das repercussões negativas de toda essa realidade sobre a saúde dos referidos profissionais, que vão desde as doenças declaradas, até o absenteísmo trabalhista e abandono da profissão. Dejourn; Abdoucheli e Jayet (1994, p. 29) adverte:

Quando o rearranjo da organização do trabalho não é mais possível, quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada, o sofrimento começa: a energia pulsional que não acha descarga no exercício do trabalho se acumula no aparelho psíquico, ocasionando um sentimento de desprazer e tensão.

Para Souza *et al.* (2003), até os anos 60 os professores detinham certo prestígio social e segurança de emprego. A partir dos anos 70, a expansão das demandas por proteção social refletiu diretamente no crescimento das demandas por escolarização. Essa situação alterou radicalmente o trabalho dos professores, gerando progressivamente um elevado déficit nacional de profissional na Educação Básica. Segundo Codo (2006, p.60)

Atualmente os educadores estão experimentando uma crise de identidade. De forma mais ou menos direta, o conjunto de fatores que ingressam na configuração dessa crise apontam à um questionamento do saber e saber-fazer dos educadores, da sua competência para lidar com as exigências crescentes do mundo atual em matéria educativa e com uma realidade social cada vez mais deteriorada que impõe impasses constantes à atividade dos profissionais.

Neste contexto atual, Han (2019) aponta, ainda, para a mudança da sociedade disciplinar, determinada pela negatividade da proibição, para a sociedade do desempenho, baseada na produtividade. Os sujeitos são empresários de si mesmos, num processo que Han (2019, p. 24) descreve que “[...] no lugar da proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação”.

Zimerman (2004) observa a relação entre os estados mentais e corporais, através do movimento psicossomático, que apresenta a influência dos fatores psicológicos na determinação das doenças orgânicas. O sofrimento é causado por um ambiente de contradições e disputas que ultrapassam o fazer pedagógico para uma dimensão cultural, social, econômica e política. Segundo Merlo *et. al.* (2014, p. 11)

O trabalho influencia a saúde e o adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras, em primeiro lugar, pelas condições dos ambientes onde ele é realizado. Na realidade brasileira, é muito frequente encontrarmos agressões à saúde provocadas pelo ruído, pelo contato com substâncias químicas e com agentes biológicos, como bactérias e vírus. A saúde pode ser agredida, também, devido a problemas na relação entre trabalhadores e trabalhadoras com seus instrumentos de trabalho e pelas más condições ergonômicas e ambientais, de forma geral.

O autor acrescenta:

O trabalho tem sofrido intensas modificações nas últimas décadas. Ocorreram diminuições de empregos, aumento de serviços, precarização dos contratos e flexibilização de leis trabalhistas. Ao mesmo tempo, como referência social, tem sido questionado, ressignificado, criticado e resgatado, por muitos teóricos. Alguns chegam a pôr em xeque a centralidade do trabalho, mas o que se tem visto é o aumento da exploração dos trabalhadores. Todas essas transformações influenciam, direta ou indiretamente, toda a sociedade, seja o trabalhador empregado ou sem emprego e suas famílias, e influenciam diretamente a vida do trabalhador. (MERLO *et. al.* 2014, p. 10).

O território escolar se constitui, desse modo, em um espaço geopolítico privilegiado de construção de conhecimentos fundamentais ao desenvolvimento do país, nos níveis local, regional e nacional. No entanto, o mesmo fica comprometido em suas dinâmicas organizacionais e curriculares, na medida em que os profissionais do Magistério são afastados dos ambientes escolares através dos pedidos de licenças médicas, aposentadorias, exoneração e licenças interesse.

Todo esse quadro afeta a comunidade escolar como um todo, nos mais diversos aspectos, e atenta contra as individualidades e coletividades que a constituem. A intensificação gera mais trabalho e exploração dos profissionais, a precarização das relações trabalhistas e das condições estruturais de trabalho desqualificam a função docente e/ou a reduzem, de acordo com o modelo de produção vigente.

Recorrendo, ainda, aos dados do Censo Escolar da Educação Básica (IBGE, 2018), ano base de 2018, verifica-se que o número de professores em escolas estaduais no Rio Grande do Sul teve queda: em um ano, 1.379 docentes deixaram de dar aula. Em 2017, havia 45.061 professores vinculados à rede estadual gaúcha, somando-se aqueles que dão aulas nas áreas urbana e rural. No ano passado, o total caiu para 43.682. Na rede privada do Estado, houve aumento no total de docentes: de 27.646 em 2017 para 28.106 em 2018 — acréscimo de 1,7%. Somadas todas as redes (federal, estadual, municipal e privada), porém, novamente, nota-se uma queda: de 118.189 professores há dois anos para 117.520 no ano passado. A maior queda, na rede pública, foi no número de professores concursados: o total passou de 75.583 em 2017 para 72.993 em 2018 — queda de 2.590 docentes, ou 3,42% daqueles com cargo efetivo na Educação Básica no Rio Grande do Sul. Só na rede estadual, a diminuição foi de 9,5% — 2,7 mil professores concursados a menos em um ano. Os contratos temporários caíram 1,67% (de 23.284 em 2017 para 22.893 em 2018), enquanto os terceirizados aumentaram 27,2% (de 544 para 692). Já os contratos CLT

(Consolidação das Leis do Trabalho) tiveram queda de 37,1% no Estado (de 973 para 612).

Laval (2019) denuncia que este processo de redução tem como justificativa a busca pela eficiência e a redução ou controle de gastos com educação.

[...] a ordem é “fazer mais com menos”. A massificação escolar, segundo esta abordagem, exige técnicas de gestão que já tenham sido postas à prova no setor privado. Uma análise geralmente compartilhada entre os responsáveis pelos sistemas educacionais dos países europeus afirma que, depois de garantir o aumento do número de alunos e de seu tempo médio de escolaridade, chegamos a um patamar a partir do qual é preciso buscar um melhor *desempenho qualitativo*. O aprendizado dos conhecimentos deve melhorar, o índice de fracasso escolar, fonte de exclusão e “sobregastos inadmissíveis”, deve diminuir, e a formação deve se adaptar melhor ao mundo econômico moderno. Se é impossível aumentar os recursos financeiros em consequência da redução dos gastos públicos e dos impostos, o esforço prioritário deve se concentrar na *gestão* mais racional dos sistemas escolares, graças a uma série de dispositivos complementares: definição de objetivos claros, coleta de informações, comparação internacional de dados, avaliações e controle de mudanças. (LAVAL, 2019, p.194).

Nesta lógica de “modernização” ocorre o processo de redução do sistema educacional em dois aspectos. O primeiro se estabelece a partir dos pedidos de aposentadoria, exoneração e licenças, que provocam a redução de professores concursados. O segundo, ocorre através da lógica reducionista que passa a utilizar as formas de organização da indústria, baseadas na redução de custos e “melhoria da qualidade” com a implementação de políticas que estabelecem, através do uso de mais tecnologias, ferramentas de controle e intensificação do trabalho docente.

O Estado ao criar ferramentas tecnológicas que não abrangem a totalidade do corpo docente e discente, acaba por desenvolver um processo seletivo sobre quem será incluído ou excluído, ampliando a desigualdade social, tendo o Estado como agente promotor de políticas segregacionistas. Segundo Santos (2020. p. 26)

Na presente crise humanitária, os governos de extrema-direita ou de direita neoliberal falharam mais do que os outros na luta contra a pandemia. Ocultaram informação, desprestigiaram a comunidade científica, minimizaram os efeitos potenciais da pandemia, utilizaram a crise humanitária para chicana política. Sob o pretexto de salvar a economia, correram riscos irresponsáveis pelos quais, esperamos, serão responsabilizados. Deram a entender que uma dose de darwinismo social seria benéfica: a eliminação de parte das populações que já não interessam à economia, nem como trabalhadores nem como consumidores, ou seja, populações descartáveis como se a economia pudesse prosperar sobre uma pilha de cadáveres ou de corpos desprovidos de qualquer rendimento. Os exemplos mais marcantes são a Inglaterra, os EUA, o Brasil, a Índia, as Filipinas e a Tailândia.

Na busca por encontrar novas racionalidades, os estudos do Sociólogo português Boaventura de Sousa Santos nos fornecem importantes subsídios para a compreensão das teorias participativas da democracia, incluindo os conceitos de regulação e emancipação.

Santos (2004; 2020) sustenta a tese de que estamos vivendo na contemporaneidade um momento marcado pela transição paradigmática, no qual o projeto da modernidade se encontra em profundo declínio, a partir de suas principais formas de conhecimento: a emancipação e a regulação.

Isto quer dizer que, o pilar da emancipação, constituído por três formas de racionalidade: a estético-expressiva, a cognitivo-instrumental e a prático-moral, cujos pontos extremos são o colonialismo (ignorância) e a solidariedade (conhecimento), encontra-se em vertiginoso desequilíbrio em relação ao pilar denominado de regulação, composto pelo Estado, o mercado e a comunidade e nos quais os pontos extremos são o caos (ignorância) e a ordem (conhecimento).

Esse período transicional é, pois, marcado na leitura do Autor por dois níveis básicos. São eles: de natureza epistemológica e de cunho societal. A transição epistemológica ocorre entre o paradigma dominante da ciência moderna e o paradigma emergente (conhecimento prudente para uma vida decente). A transição societal, por sua vez, acontece na direção do paradigma dominante (sociedade patriarcal, produção capitalista, democracia autoritária e desenvolvimento global e excludente) para um conjunto de paradigmas ainda sem uma estrutura bem definida. (ARENHART e NOGUEIRA, 2016, p.1522).

A crise gerada pela pandemia é um bom exemplo disso. Ela está acelerando e dando maior visibilidade a uma reforma educacional que tende a aumentar as desigualdades sociais já existentes através da impossibilidade dos alunos e professores terem acesso as demandas tecnológicas de forma eficiente e qualitativa. Desta forma, este movimento também se insere na lógica da sociedade de consumo, a qual exclui aqueles que não tem condições de consumir e adquirir as novas tecnologias, impedindo que todos tenham as mesmas condições de se inserir nos processos de ensino-aprendizagem a partir destas novas abordagens pedagógicas.

A pandemia inaugura, portanto, um período mais tecnológico e individualizado para aqueles que podem consumir estas novas ferramentas e, também pode se constituir num período segregacionista e excludente para aqueles que não tem o poder de consumo e de se inserir nesta nova sociedade. De que forma esta reforma pandêmica irá influenciar as relações e os comportamentos humanos no pós-pandemia será fundamental para compreender os movimentos do neoliberalismo,

como ele irá se reconfigurar e quais as consequências deste processo no sistema educacional.

4 INDICADORES DO DESVALOR SOCIAL DO TRABALHO DOCENTE

Os trabalhadores em Educação, sob a égide da cultura institucional do desempenho, se movem, ora pelo excesso de produtividade, ora pelo movimento de auto exploração constante. Estão inseridos em ambientes, muitas vezes, de grande disfuncionalidade. Isto provoca, direta ou indiretamente, na atuação profissional, desde posturas de submissão, até a própria exaustão de si mesmos.

A partir dessas relações instituídas nos territórios da escola, constata-se a emergência de fortes indicadores da presença do desvalor social dos papéis historicamente desempenhados. Criam-se ambientes escolares propensos para situações de desproteção e desamparo. O que se pode observar, na realidade, são os sintomas sociais, que traduzem as novas formas de produção subjetiva de mal-estar na contemporaneidade.

Nesse novo espaço/tempo recriado na escola, constatam-se perdas reais e simbólicas do lugar social ocupado pela escola (pela família, igreja, etc) e de fragilização das relações profissionais em seu interior. Desta forma, a escola, percebida enquanto figura de mediação e normatização, acaba por reforçar práticas de individualização das relações e gerenciamento de si mesmo, em detrimento dos valores coletivos de bem estar comum, na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

É, pois, neste contexto transitório e simbiótico, entre a negatividade do dever e a positividade do poder, que os professores e as instituições escolares se encontram, uma relação que eleva o nível de produtividade, sem a necessidade de um chefe externo, sem cancelar o dever, sem conseguir dar conta de si mesmo e, resultando num esgotamento físico e psicológico dos professores, desenvolvendo, a partir daí os sintomas psicopatológicos que propiciam o desenvolvimento do mal-estar docente.

4.1 APONTAMENTOS SOBRE O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

Recorrendo aos dados do Censo Escolar da Educação Básica (IBGE, 2018), ano base de 2018, verifica-se que o número de professores em escolas estaduais no Rio Grande do Sul teve queda: em um ano, 1.379 docentes deixaram de dar aulas.

Em 2017, havia 45.061 professores vinculados à rede estadual gaúcha, somando-se aqueles que dão aulas nas áreas urbana e rural. Em 2018, o total caiu para 43.682. Na rede privada do Estado, houve aumento no total de docentes: de 27.646 em 2017 para 28.106 em 2018 — acréscimo de 1,7%. Somadas todas as redes (federal, estadual, municipal e privada), porém, novamente, nota-se uma queda: de 118.189 e professores há dois anos para 117.520 (cento e dezessete mil, quinhentos e vinte) no ano passado.

A maior queda, na rede pública, foi no número de professores concursados: o total passou de 75.583 em 2017 para 72.993 em 2018 — queda de 2.590 docentes, ou 3,42% daqueles com cargo efetivo na Educação Básica no Rio Grande do Sul. Só na rede estadual, a diminuição foi de 9,5% — 2,7 mil professores concursados a menos em um ano.

Os contratos temporários caíram 1,67% (de 23.284 em 2017 para 22.893 em 2018), enquanto os terceirizados aumentaram 27,2% (de 544 para 692). Já os contratos CLT tiveram queda de 37,1% no Estado (de 973 para 612).

Percebe-se que o fenômeno do mal-estar docente ocorre em todo o país. No estado do Rio Grande do Sul, em uma pesquisa realizada pelo Centro dos Professores (as) do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS, 2013), 3.166 profissionais da educação, em 2011, responderam ao “SelfHoorting Questionnaire”, questionário aprovado pela Organização Mundial da Saúde, que possibilita identificar se o sujeito desenvolveu algum transtorno psíquico, o qual obteve como resultado que 49,87% dos professores(as) apresentam algum transtorno psíquico. Os principais sintomas apresentados são nervosismo, tensão, sensações desagradáveis no estômago, insônia, dores de cabeça, perda de interesse, entre outros.

Todo esse declínio se reflete, sendo, pois, corroborado nos afastamentos superiores a 15 dias, traduzidos por pedidos de licença saúde, exoneração, licença interesse e aposentadoria de professores. Par fins do trabalho investigativo tomou-se por referência dos dados e informações da 17ª Coordenadoria Regional de Educação

(CRE)²⁴, em relação ao Município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, nos últimos 5 (cinco) anos.

O Município de Santa Rosa localiza-se na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, segundo dados da Fundação Estadual de Economia e Estatística (FEE) tem uma população total de 77.227 habitantes (2019), abrange uma área de 489,4 Km² (2020), com uma densidade demográfica de 157,8 hab/km² (2019), com taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de 3,76% (2010), com expectativa de vida ao nascer de 77,25 anos (2010), com coeficiente de mortalidade infantil de 12,54 por mil nascidos vivos (2018), com o PIB (2018) de R\$ 2.997.013,27 (mil), PIB per capita (2018), R\$ 41.100,58, com exportações totais (2014), U\$ FOB 96.701.437, data de criação do Município, 01/07/1931.

Atualmente Santa Rosa possui 17 escolas na Rede Estadual de Ensino, que abrangem o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação Profissional, o Técnico e a EJA (Educação de Jovens e Adultos); 32 escolas da Rede Municipal de Ensino, abrangendo a Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental; 16 Escolas da Rede Particular de Ensino, abrangendo Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio; 1 Instituto Federal, contemplando Ensino Médio, cursos de graduação e pós-graduação.

Em levantamento realizado pelo setor de Recursos Humanos da 17^a CRE, entre os anos de 2015 e 2019, ocorreram 3.211 (três mil, duzentos e onze) afastamentos dos ambientes escolares das escolas da Rede Pública Estadual no Município de Santa Rosa, sendo 2.127 por pedidos de licença saúde, 1.017, em função de aposentadoria, 38 por exoneração e 29 por licença interesse. Neste período, constatam-se, ainda, 10 nomeações de professores, sendo que, no ano de 2019 o quadro era composto de 1408 concursados. Na Tabela 1, os dados revelam um número muito elevado de afastamentos.

Tabela 1 - Relação de afastamentos docentes

	2015	2016	2017	2018	2019	Subtotal
Pedidos de licença saúde	430	484	360	473	380	2.127

²⁴ Abrange 22 municípios, a saber: Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Giruá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, São Paulo das Missões, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi. (Fonte: 17^a CRE, 2021).

Pedidos de aposentadoria	233	152	203	197	232	1.017
Pedidos de exoneração	06	10	10	05	07	38
Pedidos de licença interesse	08	06	04	06	05	29
Nomeação de docentes	03	01	04	02	0	10
Total						3.221

Fonte: 17ª Coordenadoria Regional de Educação.

O indicador utilizado levou em conta o total de atestados médicos, incluindo as repetições, e excluindo as especificações que constam na Classificação Internacional das Doenças (CID). Desta forma, a Pesquisa se baseou nas narrativas coletadas em entrevistas semiestruturadas no período compreendido entre outubro e dezembro de 2020²⁵. Destacam-se os relatos de história oral que apresentaram menção sobre psicopatologias²⁶ desenvolvidas e tendo o ambiente de trabalho como causa principal, ou seja, gatilho de estruturas individuais e coletivas. Segundo Dejours (1992, p. 121)

Quando o limiar coletivo de tolerância não é ultrapassado, pode acontecer que um trabalhador, isoladamente, não consiga manter os ritmos de trabalho ou manter seu equilíbrio mental. Forçosamente, a saída será individual. Duas soluções lhe são possíveis: largar o trabalho, trocar de posto ou mudar de empresa. São as fórmulas encobertas pela rotatividade. A segunda solução é representada pelo absenteísmo. Mesmo sabendo que não está propriamente doente, o operário esgotado e a beira da descompensação psiconeurótica não pode abandonar a fábrica sem maiores explicações. O sofrimento mental e a fadiga são proibidos de se manifestarem numa fábrica. Só a doença é admissível. Por isso, o trabalhador deverá apresentar um atestado médico, geralmente acompanhado de uma receita de psicoestimulantes ou analgésicos. A consulta médica termina por disfarçar o sofrimento mental: é o processo de medicalização, que se distingue bastante do processo de psiquiatria, na medida em que se procura não-somente o deslocamento do conflito homem-trabalho para um terreno mais neutro, mas a medicalização visa, além disso, a desqualificação do sofrimento, no que este pode ter de mental.

Neste contexto social surgem as doenças neuronais conectadas com as exigentes pressões que subjazem às relações do mundo do trabalho contemporâneo.

²⁵ Para o registro foi utilizada gravação de áudio em MP4, por meio do aplicativo de voz gratuito: gravador de voz fácil.

²⁶ Para Sonenreich; Estevão e Silva Filho (1999, p 124-125), “O termo Psicopatologia é usado em vários sentidos: equivalente da psiquiatria, da parte da psiquiatria que trata dos distúrbios leves em oposição aos graves, da sintomatologia em oposição à nosologia, teorias do psiquismo e dinâmica emocional [...] Os distúrbios leves podem ser o território da psicopatologia, enquanto os graves pertenceriam à psiquiatria. Outros atribuem à psicopatologia as alterações quantitativas, deixando para a psiquiatria os distúrbios qualitativos [...] escolhemos usar o termo para designar o desenvolvimento, funcionamento e alterações das atividades mentais, a interpretação dos sintomas e sinais em função de fatores biológicos e psicológicos, o significado dos distúrbios de relacionamento e conduta, as bases principais dos sintomas de classificação nosológica.”

A depressão²⁷, a Síndrome de Burnout²⁸, o transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH)²⁹ e o transtorno de Borderline/personalidade limítrofe (TPL)³⁰ são algumas enfermidades que expressam os conflitos e as contradições do excesso de positividade de um sujeito cansado e fragilizado pelo modo de vida atual.

4.2 HISTÓRIA ORAL NOS ESTUDOS SOBRE AMBIENTES PROFISSIONAIS

A segunda metade do século passado é a época da institucionalização do tema do adoecimento no trabalho, especialmente abordando aspectos relativos ao sofrimento de natureza mental, uma modalidade de mal-estar, “causado, principalmente, pela amputação do poder de agir do sujeito, e não pela incapacidade deste último de fazer face às exigências da organização do trabalho [...]”. (BENDASSOLLI, 2011, p.71).

Segundo Braz (2021), a partir dos anos 1970, a crise da representação do indivíduo livre e autônomo se agrava. Além de se configurar como sendo uma categoria psicológica e psiquiátrica, propriamente dita, o ato de adoecer se transformou em uma nova chave analítica para se discutir o trabalho, seu significado, seu valor e sua função na compreensão da subjetividade. Aliás, no sofrimento mental relacionado ao trabalho e em suas expressões mórbidas é a subjetividade do indivíduo que é atingida. Como consequência, surgem as novas patologias narcísicas, tais como depressões, estados-limites e diversas paralisias da capacidade de agir e empreender. O sujeito que sofre é aquele que se tornou incapaz de agir!

²⁷ De acordo com Chemama (1995, p. 42), “Modificação profunda do humor, no sentido da tristeza e do sofrimento moral, correlativa de um desinvestimento de qualquer atividade”.

²⁸ É uma síndrome conceituada como resultante do estresse crônico no local de trabalho que não foi administrado com sucesso. É caracterizada por três dimensões: 1) sensação de esgotamento ou exaustão de energia; 2) aumento da distância mental do trabalho ou sentimentos de negativismo ou cinismo relacionados ao trabalho; e 3) uma sensação de ineficácia e falta de realização. Burnout refere-se especificamente a fenômenos no contexto ocupacional e não deve ser aplicado para descrever experiências em outras áreas da vida. (OMS, 2019).

²⁹ Segundo Klapan (2003, p. 989), “É caracterizado por um alcance inapropriadamente fraco da atenção, em termos evolutivos ou aspectos de hiperatividade e impulsividade ou ambos, inapropriados a idade”.

³⁰ “É um padrão global de instabilidade dos relacionamentos interpessoais, da autoimagem e dos afetos, e acentuada impulsividade que começa no início da idade adulta e está presente em uma variedade de contextos”. (DSM-IV-TR, p. 660)

As pesquisas qualitativas sobre o mundo do trabalho (elemento semiótico e formas distintas de valorização) e, que utilizam a história oral, estimulam escutas abertas e polifônicas³¹, alicerçadas na ideia de ressignificação da própria experiência³². É preciso criar um repertório conceitual e metodológico para lidar com as desordens nos ambientes de trabalho das escolas brasileiras³³.

Há de se pesquisar sobre o desgaste no trabalho, vinculado aquilo que o trabalhador não pôde fazer, e que gostaria, e àquilo que ele é “obrigado” a fazer, muitas vezes de forma automática. Além de valores e verdades impostos, as pressões sociopsicológicas também engendram sentimentos, nos processos de subjetivação que vão criar novas condutas e novas culturas. Isso quer dizer que a tarefa cumprida não possui o monopólio do real!

Este conceito se caracteriza no esforço contínuo de resgatar os conhecimentos construídos pelos sujeitos, a partir do exercício de rememorar o seu contexto de origem e desenvolvimento, considerando, portanto, a centralidade das narrativas autobiográficas nos elos de ligação entre linguagem, reflexividade e consciência histórica, numa relação dialética existente entre a reinvenção de si e a ressignificação da experiência. Nesse sentido, os desgastes exercidos a partir da dominação, fruto do desequilíbrio de forças nas relações profissionais, podem afetar o complexo biopsicossocial de cada pessoa, levando a danos de diferentes tipos.

Ao fazer narrativas das cenas de sua própria história, que se configuram como algo sempre particular, contingente, aberto e quiçá inesgotável, a pessoa procura dar sentido às suas experiências e, nesse percurso, constrói outras representações sobre si mesma.

Os significados e representações de reunir fatos, descrever situações e acontecimentos e partilhar experiências através da escrita ou da oralidade, residem

³¹ Os pioneiros nesse tipo de estudo mais conhecidos entre nos estudos brasileiros sobre o tema são: Gaston Pineau (França e Canadá), Pierre Dominicé, Matthias Finger, Marie Christine Josso (Suíça), Guy de Villers (Bélgica), António Nóvoa (Portugal).

³² O termo experiência deriva do latim *experientia/ae* e remete à “prova, ensaio, tentativa”, o que implica da parte do sujeito a capacidade de entendimento, julgamento, avaliação do que acontece e do que lhe circunda. Os termos *Erlebnis* e *Erfahrung*, equivalentes de experiência em alemão, nos chama a atenção para a ressignificação da experiência. *Erlebnis* traduz-se, geralmente, por ‘experiência vivida’ ou ‘vivência’, entendida como uma situação mais imediata, pré-reflexiva e pessoal; *Erfahrung* associa-se a impressões sensoriais e ao entendimento cognitivo, que integra o vivido num todo narrativo e num processo de aprendizagem. A palavra *Erfahrung* compõe-se de *Farht* (viagem) e pode ser associada a *Gefahr* (perigo). Nesse sentido, ela remete a uma temporalidade longa e sugere a ideia de aventura. (NOGUEIRA e VERONESE, 2019)

³³ A história laboral enfatiza os sentidos dos eventos vividos para o sujeito narrador, como ele os interpreta e que valores lhes atribui.

na centralidade do papel de autores nas escritas de si, a partir da temporalidade construída nos territórios, na individualização da existência e dos sentidos da vida. Este é o movimento de poder se reinventar, visto que possibilita a identificação, dos processos desencadeados pelos estados de ser/estar no mundo e que emergem do vivido no mundo do trabalho intelectual, a partir das dimensões histórica, social, cultural, educativa e religiosa, dentre outras³⁴.

O referente epistemológico, parte do pressuposto de que todo conhecimento é contingente, situado e temporal e que a produção de conhecimento se constitui a partir de determinadas relações de poder. Fala-se, assim, das condições necessárias e dos mecanismos psíquicos, mentais e culturais a partir dos quais se efetiva este ato que chamamos de conhecimento (BRAZ, 2021).

No caso dos ambientes escolares, a dominação da organização pública sobre os indivíduos se consolida de tal forma que, cada vez mais, o espaço de liberdade das pessoas se estreita. Segundo Pagès *et al.* (1993), ocorrem, portanto, dois processos significativos para o crescente quadro de adoecimento. Um deles, de **desterritorialização**, que leva o indivíduo a separar suas origens sociais e culturais, a esquecer sua história e passar a reescrevê-la a partir dos padrões da admissão. E, o outro, de **individualização**, que induz à competição entre as pessoas da organização, gerando, automaticamente, aumento da produtividade, mas principalmente, levando as pessoas à luta por seu próprio espaço, por seu próprio reconhecimento em detrimento à harmonização ou à saudável convivência com seus colegas de trabalho.

Com base nesse entendimento se constituem os elos de sentido entre o que nos acontece e a significação que é atribuída ao que nos afetou, visto que é inegável o reconhecimento de que o trabalho organizava o cotidiano, o uso do espaço, do tempo e das relações dos indivíduos. A esse respeito, Enriques (2003), esclarece: ao longo da narrativa, o indivíduo se reapropria e remaneja três elementos fundamentais de sua vida: a crônica, a epopeia e o mito. A crônica é composta pelos eventos importantes da vida; a epopeia, mais ou menos imaginária, é produzida quando se debruça sobre o desenvolvimento da vida, visto que cada ser humano é para si mesmo

³⁴ Wilhelm Dilthey (1833-1911) usou a *autobiografia como* modelo hermenêutico o qual exigiu que a experiência fosse entendida a partir de si própria e não de critérios que lhes são estranhos. Nessa perspectiva Ele reconceitualiza a noção de vivência – *Erlebnis* – para desenvolver sua proposta de consciência histórica, pois segundo Ele, a reflexividade é imanente à vida; ela está lá, antes de qualquer objetivação científica, racional.

um herói, no sentido freudiano, alguém que em momentos precisos escapa da mentalidade coletiva; e, por fim, o mito que cada um constrói, buscando coerência e congruência, no enfrentamento das tormentas da vida.

Ao narrar nossa própria história, portanto, o que se busca é dar significado às experiências e, nesse percurso, outra representação de nós mesmos acaba sendo construída e, portanto, reinventa-se³⁵. Isso se faz mediante o ato de dizer, de narrar, (re) interpretar! Decorre daí a constatação da relação dialética entre a reinvenção de si e a ressignificação da experiência daquilo que nos acontece e de sua importância política estratégica nas pesquisas com foco investigativo interdisciplinar.

4.3 NARRATIVAS SOBRE O MAL-ESTAR PARA OS ENTREVISTADOS

As formas de narrar, interpretar, compreender fatos, intercalar ou esquecer eventos são fruto do atravessamento de muitas variáveis. A narrativa, assim, é tributária de duas temporalidades: a do tempo presente e a do tempo experiencial. Desse modo, a Pesquisa desenvolvida realizou entrevistas, tomando por referência um conjunto de 29 questões abertas, organizadas em 5 blocos. São eles: 1º bloco - “Perfil profissional e as condições de trabalho dos professores”; 2º bloco - “Natureza e especificidade do trabalho docente”; 3º bloco - “Mudanças ocorridas no processo de gestão escolar”; 4º bloco - “Saúde dos docentes”. – 5º Bloco – “O que pensa e sente a equipe gestora?”. Além disso, foram contemplados dois segmentos, professores e diretores.

1º bloco - Perfil profissional e as condições de trabalho dos professores

No 1ª bloco, denominado “Perfil profissional e as condições de trabalho dos professores”, interessam as seguintes questões:

1. Fale um pouco de você, idade, tempo de serviço, titulação, área de atuação?
2. Qual a tua carga horária nesta escola? São suficientes para dar conta de todo o trabalho ou você precisa levar atividades escolares para casa?

³⁵ O preceito de Delfos recomenda, *conhece-te a ti mesmo e conhecerás os deuses e o universo*.

3. Você trabalha como professor em quantos turnos? Onde? Exerce alguma atividade remunerada além da docência? Qual? Onde recebe o maior salário? Que opinião você tem sobre o salário que recebe? Recebe algum adicional? Incentivo?
4. Com relação as condições de trabalho, quem lhe passa instruções e orientações sobre suas atividades como professor? Há formas de controle do seu trabalho nesta escola? Quem as exerce? Como esse controle é feito? Seu trabalho na escola é avaliado? Quais aspectos são avaliados? Como é feita essa avaliação?
5. O que você pensa sobre mecanismos de avaliação? Já recebeu alguma cobrança com relação ao desempenho dos alunos? Há algum tipo de preparação dos alunos em função da realização das provas? Isto acarreta alteração da rotina escolar e do planejamento estabelecido por você? Há alguma alteração nos cursos de formação continuada em função das avaliações?
6. Como se sente em relação a profissão? Fazendo uma autoavaliação do seu trabalho: O que mais toma tempo, cansa, esgota, no seu trabalho? Como é a infraestrutura dessa escola? Você tem os equipamentos, recursos, pessoal, materiais para você realizar seu trabalho? Você participa de conselhos, comissões, reuniões?
7. Quais as tuas perspectivas docentes?
8. Você tem problemas de saúde relacionados ao seu trabalho? Com que frequência? Já precisou se afastar do trabalho devido a problemas de saúde? Você faz tratamento ou toma alguma medicação por causa disso?

Nesse Bloco foram localizadas narrativas que explicitam as mudanças que estão ocorrendo nas escolas e no sistema educacional como um todo, incluindo o percentual de contratados sem concurso público e o nível de qualificação³⁶ dos servidores que estão na ativa.

A esse respeito, o Entrevistado-10 (2020, Informação verbal) pondera:

Hoje nós temos 50% professores contratados e 50% professores nomeados, e tendo uma tendência de piorar ainda mais essa situação em função de

³⁶ Diz respeito aos níveis da carreira docente relativos aos cursos concluídos: graduação e pós-graduação.

aposentadorias que tem previsto até o final desse ano e para o ano que vem. Quanto à questão da formação, nós temos hoje no nosso quadro, todos eles com no mínimo graduação, mas além da graduação nós temos muitos, olha, eu acho que 80% dos professores tem no mínimo pós-graduação e não uma, muitas vezes, duas, três pós-graduações, temos no quadro também oito professores com mestrado, duas professoras com doutorado e mais uma professora doutoranda.

Em relação ao perfil de configuração do quadro de contratação dos servidores, o Entrevistado-11 relata algumas de suas percepções.

Como a maioria das escolas da rede estadual, temos um grande número de contratos, isso vem já há alguns anos, mas não tem muita troca desse pessoal, tem alguns que estão há muitos anos contratados aqui na escola. Todos com formação, inclusive, os professores do curso técnico em mecânica são Engenheiros, temos professores com mestrado. (ENTREVISTADO-11, 2020, Informação verbal).

Diante dos cenários emergentes nos territórios da educação escolarizada, o planejamento vai sendo concebido, direcionando objetivos e metas para a identificação e eliminação de instituições consideradas ineficientes, a realização de processos avaliativos baseados em modelos padronizados e de caráter mais meritocráticos, o estabelecimento de múltiplas tarefas aos professores e às equipes diretivas. São, na realidade, sinalizações que evidenciam novas formas de estruturar e organizar a gestão, das dinâmicas presentes na vivência escolar.

Sob a égide da eficiência administrativa e redução de custos, os imperativos de uma nova lógica baseada na eficácia, mais imediata, acabam por modificar e/ou substituir professores concursados, quando estes se aposentam ou abandonam as funções exercidas, por pessoal contratado temporariamente. Paulatinamente foi se institucionalizando um outro perfil de servidores nas escolas e, conseqüentemente, outros padrões nas relações profissionais.

Neste sentido, as narrativas apontam para sucessivas propostas de reformas, justificadas, em sua maioria, por fundamentos curriculares e, que se ampliam e se consolidam nos momentos de crise do próprio modelo de unidade escolar e seu gerenciamento, em termos de resultados. Consta-se, também, que os contornos existentes acabam sendo legitimados pela exacerbação de um sentido deveras idealista do exercício da docência. Segundo Codo (2006), reside nesse aspecto, o delineamento de um tipo de perfil profissional, identificado com os potenciais poderes que a instituição escolar poderia ter para modificar o mundo e superar quaisquer desafios. O espírito idealista impulsiona grande parte das mentalidades docentes e

são expressas em variadas ações, como por exemplo, na doação de tempo e dinheiro para solucionar problemas de toda ordem.

Nos relatos da história laboral são identificadas menções aos processos de ampliação dos fazeres burocráticos, traduzidos nas exigências de avaliações externas por melhores resultados, no preenchimento de extensas planilhas demonstrando efetividade das ações e nas multitarefas, com a imposição de exaustivas rotinas de trabalho. Levar tarefas “extraclasse” para fazer em casa são deveres constantes. Com a pandemia de coronavírus, desde março de 2020, as aproximações entre vida privada e ambiente profissional se intensificaram, instituindo e/ou acelerando tais realidades. Afora isso, tem demandado o domínio de novas ferramentas e metodologias de ensino híbrido.

A gente está fazendo muitas coisas em casa. Normalmente a gente sempre trouxe, principalmente final de semana, fazendo planejamento, porque tu tens mais tempo, durante a semana é mais corrido, muito trabalho, nesta época intensificou o trabalho. (ENTREVISTADO-18, 2020, Informação verbal).

No campo das avaliações externas, os professores revelam que esses procedimentos são, exclusivamente, meritocráticos e levam em consideração a “nota”, ou seja, o resultado final e não os fatores intervenientes no processo de aprendizagem. Segundo o Entrevistado-10 (2020, Informação verbal)

A questão de o aluno conseguir ter um bom resultado nessas avaliações exigem outros fatores, estrutura familiar. A família tem um local para esse aluno estudar? Consegue dar condições para o aluno estudar? A família pergunta para o aluno se ele está aprendendo ou não está aprendendo, ou seja, dá valor ao estudo?

Sobre tal contexto, a percepção do Entrevistado-11 (2020, Informação verbal) suscita a seguinte pergunta: quem, de fato, está sendo avaliado nesse processo? “[...] É complicado porque a gente sente que é a gente que está sendo avaliado, no fundo, assim, não é o aluno em si, sou eu que estou, é o meu trabalho que está sendo avaliado”.

O discurso hegemônico pela adoção de novas padronizações se organiza em torno da noção de reinvenção dos processos escolares, como forma de atualização dos rituais e rotinas estabelecidas.

A visão crítica de Sennett (2010) desvela ser esse movimento, reflexos, na realidade, das iniciativas de descontinuidade institucional. Os formatos, aparentemente mais flexíveis e com maior aderência, atendendo as demandas do

presente, estão, muitas vezes, desconectadas com a historicidade das comunidades escolares.

Apesar disto, os avanços democráticos, atrelados a uma concepção de educação em bases mais republicanas³⁷ podem ser sentidos com maior expressão e estão presentes nas reformas educacionais posteriores à Constituição de 88.

A própria LDB ela trouxe uma sacudida importante no sentido de que a gente começou a pensar a inclusão. Se a gente analisar de 1996 para cá, o quanto nós avançamos na escola em termos de humanização. A educação de jovens e adultos, a educação especial que trouxe toda a discussão sobre a diversidade, a questão da tecnologia que está muito mais presente em nossas vidas. Se avaliarmos o que nós somos hoje em termos de escola e em termos de organização, nossos alunos são mais protagonistas, acho que a gente ainda não sabe muito bem como lidar com tudo isso mas prefiro hoje do que há 20 anos atrás ou há 10 anos atrás. (ENTREVISTADO-02, 2020. Informação verbal).

O Entrevistado-8 reforça a prevalência da humanização ocorrida nas relações profissionais nos ambientes escolares, com a Constituição de 88 e a Lei de Diretrizes e bases da Educação vigente. No entanto, apesar de preferir a educação nos moldes atuais, sinaliza para as dificuldades decorrentes de sua implementação, nos aspectos pedagógicos e instrumentais.

Percebe-se este sentimento também na fala do Entrevistado-15 (2020, informação verbal) “[...] hoje nós não sabemos para onde é que estamos indo”, o qual aborda que as mudanças ocorridas no cotidiano escolar provocam um sentimento de desorientação, mas que também podem ser vislumbrados através do mal-estar e da sobrecarga que acompanham este contexto. Sobre o assunto, Oliveira (2003, p. 24), esclarece:

A expansão da educação básica realizada em um quadro de tamanha parcimônia sobrecarregará em grande medida os professores. Mas não será somente o aumento da responsabilidade desses pelo sucesso ou fracasso da reforma que lhes pesará os ombros. Na realidade essas reformas acabarão por determinar uma reestruturação do trabalho docente, resultante da combinação de diferentes fatores que se farão presentes na gestão e organização do trabalho escolar a partir de então.

Em face das incertezas que o espaço/tempo escolar apresenta, os professores sentem-se cada vez mais inseguros e sobrecarregados, física e emocionalmente. Tais fatores provocam sentimentos progressivos de sofrimento e angústia.

³⁷ “Ela se destinava, acima de tudo, à formação do cidadão – mais que a satisfação do usuário, do cliente ou do consumidor”. (LAVAL, 2019, p. 19).

Não sei se estamos tendo sobrecarga, eu penso que o professor sempre trabalha bastante. Antes da pandemia não sei se trabalhava menos, mas o que é o grande complicador hoje e pode estar afetando psíquico dos professores, é a mudança da forma de trabalhar, mas acho que não estamos trabalhando mais e nem menos, porque se olhar para antes da pandemia, não sei se trabalhava menos. Mas o que impactou muito foi essa mudança no digital, no remoto. O professor que teve dificuldade ou ainda está tendo dificuldade ou resistiu, sofreu muito, então acho que este sofrimento atrelado a angústia da pandemia, acho que sobrecarregou emocionalmente o professor, e se sentiu hoje, mais cansado, mais exigido, mais sobrecarregado. (ENTREVISTADO-08, 2020, Informação verbal).

Os padrões que vão se consolidando na reestruturação das escolas levam a fragmentação identitária e estruturam visões funcionalistas sobre o papel da escola e suas dinâmicas processuais. Atingem, desde as condições materiais da docência, refletidas na intensificação de tarefas e atividades, polivalência e gestão de resultados, até a precarização nas relações coletivas de trabalho, com o conseqüente adoecimento pessoal e sensação de abandono.

Me trato há 23 anos, se não me tratava, não tomava remédios, sinceramente, eu não estava onde eu estou. Faço consulta periódica com psicólogo, já me afastei por um tempo da sala de aula também, daí percebi que o meu problema não é a sala de aula, o meu problema é mesmo o contexto assim como um todo, das pessoas achar que professor não trabalha, não faz nada, que professor não sabe, só recebe o salário no fim do mês. (ENTREVISTADO-03, 2020, Informação verbal).

Por sua vez, o Entrevistado-07 atribui como causa do adoecimento a crescente falta de investimentos em infraestrutura material de recursos humanos, a sobrecarga de tarefas, a desvalorização do professor e também as condições precárias que envolvem um tipo de ambiente profissional, via de regra, tóxico.

A escola é um ambiente de adoecimento porque a sobrecarga, a desvalorização, a falta de investimento sobrecarregam, e aquele espaço, muitas vezes, é precário e não apresenta as mínimas condições, ali você encontra sujeitos que também vivem essa precariedade. (ENTREVISTADO-07, 2020, Informação verbal).

Para o Entrevistado-04 (2020, Informação verbal), “[...] A ansiedade trabalha contigo, não te deixa parar”. Já o Entrevistado-03 (2020, Informação verbal), “[...] Eu tomo medicamento sim, eu me trato com psicóloga e médico. Então, vou te dizer assim, depois de tomar a azulzinha, a amarelinha, a rosinha, a branquinha, tú fica zen, mas zen vontade, zen atitude”.

Neste sentido, as vozes que narram a História Laboral docente reiteram os inúmeros processos de adoecimentos, assim como declara o Entrevistado-01 (2020, Informação verbal) “[...] Já tive crises de pânico, crise de ansiedade, tomo antidepressivo”.

São muitos os relatos que denunciam ser o território escolar um ambiente altamente perverso no tratamento das relações trabalhistas e, igualmente, potencializador de riscos à saúde do trabalhador, sob a ótica da racionalidade neoliberal.

A questão emocional e psicológica interfere muito, comecei a tomar ansiolítico por ordens médicas. A questão emocional é muito pior, o estresse, a depressão, a ansiedade, as sequelas ficam e tem muitos colegas na mesma situação que eu ou até piores, que não conseguem sair de casa, que não estão conseguindo enfrentar a situação. (ENTREVISTADO-16, 2020, Informação verbal).

Um processo, segundo Han (2019), que produz, infelizmente, um paradoxo, o excesso de positividade que ocasiona na vida dos profissionais a sensação permanente de esgotamento e fracasso. Entram em cena, portanto, a importância da compreensão sobre as dimensões de subjetivação da História laboral, imbricados nos processos de massificação e na tríade adaptabilidade, flexibilidade e empregabilidade.

2º bloco - Natureza e especificidade do trabalho docente

No 2ª bloco, denominado “Natureza e especificidade do trabalho docente”, interessam as seguintes questões:

1. Que mudanças ocorreram no cotidiano escolar desde que entrou no magistério estadual, salário, ambiente de trabalho, formação, houve aumento de alunos nas turmas, como percebe o apoio social e familiar?
2. Como estas mudanças afetaram a tua rotina escolar?
3. A formação acadêmica lhe preparou adequadamente para o mercado de trabalho, houve diferença entre o que esperava encontrar com o que encontrou?
4. Você tem alunos com necessidades especiais? Têm auxiliares em sala?
5. Houve aumento de demandas burocráticas, quais foram e como elas afetam o cotidiano escolar?

6. Você se sente cobrado pelos pais, coordenação/direção, colegas, coordenação de educação ou por você mesmo no seu trabalho docente?
7. Como você analisa os conflitos e agressividades sofridas no ambiente escolar, já passou por alguma situação de agressividade?
8. Como é a sua relação com alunos e colegas?
9. Como analisa as críticas direcionadas as escolas e aos professores, como lida internamente com estas questões?
10. Que aspectos seriam importantes para melhorar a qualidade do trabalho?
11. Qual o tempo utilizado para o planejamento das aulas, é um tempo adequado?
12. De que forma o COVID afetou o cotidiano escolar?

No 2º Bloco se questionou sobre a natureza e especificidade do trabalho docente, dialogando sobre quais mudanças ocorreram, desde o momento de ingresso no magistério, até as maneiras pelas quais as transformações se fizeram presentes nos rituais e na rotina escolar.

As reflexões foram pautadas por uma relação de tópicos destacando as seguintes dimensões da práxis docente: a) adequação da formação acadêmica ao atual mercado de trabalho; b) atendimento especializado de estudantes com necessidades especiais nas turmas regulares; c) formas de partilha das tarefas, visando o aumento das demandas burocráticas das instâncias superiores; d) encaminhamentos das críticas feitas pelas famílias e a sociedade, tendo em vista a melhoria na qualidade do trabalho; e) principais impactos da pandemia (COVID-19) no cotidiano escolar e sua reorganização no pós-pandemia.

As narrativas demonstram que as mudanças estruturais não têm acontecido de maneira linear. Elas vão se constituindo de acordo com as intencionalidades circunstanciais e promovendo mutações, que culminam na instrumentalização de um novo modelo para a dinâmica escolar.

Segundo Oliveira (2003), as reformas educacionais, nas últimas décadas, abrangem diferentes cenas no interior do espaço/tempo escolar. A principal delas trata da própria concepção sobre gestão escolar, ampliando seu raio de atuação, antes direcionado para questões administrativas e atualmente, com ênfase em conteúdos de natureza política e social. Surgem, assim, na História laboral docente os relatos que envolvem a apropriação de aspectos jurídicos, ideológicos e curriculares dos fazeres pedagógicos. A preocupação com a construção de bases

mais sólidas para carreira, aliado às queixas sobre baixa remuneração são frequentes.

Para Laval (2019), esse são indicadores de uma crise de legitimidade que vai se instalando no território escolar e fragilizando sua imagem. Vincula-se com as perdas simbólicas e materiais do ser professor e dos processos de massificação aos quais a categoria é submetida, como ente social, parte integrante da lógica neoliberal. Estas perdas fazem parte de um contexto que se materializa de muitas formas, tendo a sala de aula seu locus privilegiado no território escolar. O relato do Entrevistado-16 (2020, Informação Verbal), demonstra isso, ao afirmar que:

A formação acadêmica de hoje não prepara ninguém da maneira como precisa, a gente percebe nos alunos que vem fazer estágio, a formação deixa a desejar nestas questões práticas. As pessoas deviam saber como lidar com inclusão, como lidar com aluno superdotado, como lidar com rebeldia, não tive nada disso, a faculdade e pronto, agora vai lá e te vira. (ENTREVISTADO-16, 2020, Informação verbal).

As reformas educacionais implementadas, desde a década de 90, e que tiveram foco na expansão do acesso à escolarização, em todos os níveis, necessitam de avanços mais significativos para reduzir as desigualdades. Segundo análises de Cruz e Monteiro (2019), a falta de um projeto estratégico e o pouco espaço entre as prioridades nacionais se constituem em empecilhos para o desenvolvimento educacional.

Apesar de uma forte mobilização da sociedade civil, a Educação brasileira teve pouco espaço entre as prioridades nacionais desde a aprovação do PNE, que entre outras conquistas, reconheceu e deu contornos legais à enorme urgência dos desafios brasileiros em suas 20 metas, da Primeira Infância à universidade, da gestão ao financiamento. Um dos grandes entraves ao seu cumprimento foi a falta de um projeto estratégico para que ele se concretizasse. Embora seja uma das políticas que mais possa contribuir para um desenvolvimento sustentável do País, a Educação como um todo (e ainda menos o PNE, em particular). (CRUZ e MONTEIRO, 2019, p. 08).

Por outro lado, Cruz e Monteiro (2019) destacam que os dados compilados no Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019³⁸, apresentam avanços, reconhecem

³⁸ O atingimento da meta de atendimento da Pré-Escola tornou-se mais próximo, e os maiores desafios concentram-se na oferta de creches; No Ensino Fundamental, a quase alcançada universalização do atendimento é uma conquista importante, mas a conclusão na idade esperada está distante da ideal. Quase um quarto dos alunos termina a etapa com mais de 16 anos; No Ensino Médio, o sistema educacional brasileiro segue incluindo mais jovens, mas ainda está longe da meta. Apesar de 91,5% dos jovens de 15 a 17 anos de idade estarem na escola, apenas 68,7% estão no Ensino Médio. A

as dificuldades e destacam o senso de urgência e de prioridade para a constituição de um pacto nacional para que se possa desenvolver de forma plena o direito à educação.

Num certo sentido as condições de vulnerabilidade social progrediram e não houve o adequado preparo docente para atender as novas demandas. Constata-se, desse modo, que os baixos índices de crescimento econômico acarretaram um grave entrave ao desenvolvimento. Em se tratando da educação inclusiva, o Entrevistado-05 (2020, Informação verbal) relata que:

A educação inclusiva está ainda muito distante da escola regular, porque precisa mudar toda essa questão da metodologia, a avaliação, esses modelos pedagógicos aonde todo mundo tem que fazer uma prova, todo mundo tem que chegar ao mesmo tempo da mesma forma.

Sobre esse assunto o Entrevistado-01 (2020, Informação verbal) faz seu relato e sua análise:

Não tive preparação para atender um aluno com todas essas dificuldades, um surdo mudo, os autistas. Não estou preparada para isso, preciso aprender, é complicado, por mais que nós temos o AE (atendimento especial) ela verifica essas dificuldades, nos dá uma direção. Mas tu não estás preparada para trabalhar como uma fonoaudióloga, como uma profissional da área.

desigualdade social é marcante. A diferença na taxa líquida de matrículas entre brancos e pretos chega a 12 pontos percentuais; Embora seja um dos pontos principais das mudanças na legislação, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio patina. Quase metade das matrículas acontece de forma subsequente ao Ensino Médio, revelando as dificuldades de se impulsionar a integração curricular entre o ensino propedêutico e o profissionalizante; O Ensino Integral distancia-se do cumprimento da meta, invertendo as tendências verificadas em anos anteriores. Os dados de 2018 mostram queda de 35,4% das matrículas nos Anos Iniciais e de 30,8% nos Anos Finais do Ensino Fundamental, em relação a 2017; A inserção na Educação Superior continua em elevação. Em 2018, a proporção de matrículas na etapa era de 44,2%, acréscimo de 3,9 pontos percentuais sobre 2017. No que se refere à taxa líquida de matrículas, houve crescimento de 1,9 ponto percentual: 19,9%, em 2017, para 21,8%, em 2018; O direito à Educação de qualidade ainda está longe de ser assegurado e se configura no desafio mais urgente. Menos da metade dos alunos atingiram níveis de proficiência considerados adequados ao fim do 3º ano do Ensino Fundamental em Leitura e Matemática. Na Escrita, os níveis de proficiência também estão distantes do razoável: 33,8% dos alunos encontram-se em níveis insuficientes; Quando os dados são discriminados por renda, o tamanho do desafio aumenta. Apenas 14,1% das crianças do grupo de Nível Socioeconômico (NSE) muito baixo possuem nível suficiente de alfabetização em Leitura. Esse patamar é alcançado por 83,5% das crianças do grupo de NSE muito alto. Assim, também, 29,8% das crianças da zona rural possuem nível suficiente de alfabetização em Leitura, enquanto isso ocorre com 47,7% das crianças que estudam na zona urbana; O Anuário também mostra que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) segue avançando nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com ritmo mais lento nos Anos Finais. No Ensino Médio, o cenário é de estagnação (CRUZ E MONTEIRO, 2019, p. 11-12).

Na verdade, os posicionamentos dos entrevistados sobre as reformas implementadas transitam entre a aprovação e a crítica, explicitam um contexto contraditório e ao mesmo tempo marcado por posições ambíguas. Desta forma, retratam uma situação de desconforto e, em alguns casos, de esperança. Segundo o Entrevistado-02 (2020, Informação verbal)

Acho que essa abertura da escola para a diversidade, reinventou muito a escola, olhar para as complexidades que existem ao nosso redor, nos damos conta de que outras coisas são possíveis, acho que tudo isso faz com que a gente realmente não abra mão da esperança, no sentido de construir algo novo, porque um professor esperançoso, ele vai apostar, agora um professor que não tem mais nenhuma esperança, ele não vai apostar em mais nada.

Para Oliveira (2003), o pano de fundo da problemática remete a processos mais complexos e que ultrapassam as tensões entre a sua identidade como espaço de política pública e as exigências de produção do capitalismo. Estão vinculadas, segundo o autor, a uma noção de que o mundo material e o social possuem capacidades evolutivas distintas e que a educação deve fomentar e atender este processo, como fonte principal. Contudo, há de se considerar que os elos relacionais entre educação e sociedade são balizados por mecanismos existentes de maneira imbricada e se movimentam, por dentro dos modelos neoliberais, visando, em última análise, não apenas reformas no campo da educação escolarizadas, mas também sociais e, de maior envergadura.

Nesse sentido, o embate entre trabalho docente e estruturas produtivas é marcado por iniciativas gerenciais que institucionalizam a padronização e massificação das dinâmicas escolares, com o intuito de reduzir custos e exercer o controle processual. Todavia, o cotidiano escolar é repleto de fatos e situações permeados por grandes contradições e, ao mesmo tempo, produtor de movimentos que buscam fortalecer os vínculos sociais e afetivos.

O grupo de professores é realmente uma família, não que eu concorde com todos e assino embaixo, mas a maioria. Acho uma escola maravilhosa de se trabalhar porque nós temos voz, lá dentro podemos sugerir, conversar, trocar ideia, então, o ambiente criado pelo grupo de professores e direção da escola existe o diálogo, a seriedade e responsabilidade, mas existe outro lado também, a diversão, a amizade, o companheirismo. (ENTREVISTADO-14, 2020, Informação verbal).

O Entrevistado-01 (2020, Informação verbal) reforça isso, ao relatar que “[...] entre os colegas também existe a troca, nós trabalhamos, construímos junto o plano de trabalho, tínhamos reuniões semanais onde era apresentado o que cada um está trabalhando, dificuldade que está tendo com aluno”. Em contrapartida, descreve que passou com estudantes, “[...] situações complicadas, ameaça de morte, perseguições” e com colegas, “[...] momentos que a gente não precisaria passar, tem aqueles colegas que olham, que te destroem, que te humilham”. (ENTREVISTADO-01, 2020, Informação verbal).

O dia a dia com a turma é muito complicado, tu tem que estar todo o dia ali, naquele período e dar conta das crianças, mesmo tu sentindo aquela ansiedade, aquela preocupação, como que tu vai atingir aquele aluno que tem dificuldades, tenho alguns alunos que não se alfabetizaram, tu não consegue chegar um por um, caderno por caderno, aluno por aluno, tu tenta, te esforça, mas na realidade tu não vai conseguir chegar como seria o ideal, e daí, aquele com maior dificuldade, porque normalmente tem algum aluno que precisaria de mais atenção do professor, atividades diferenciadas, nem sempre tu consegue, tu não dá conta (ENTREVISTADO-16, 2020, Informação verbal).

Identifica-se, assim, a ampliação de ambientes que reproduzem relacionamentos de alta tensão emocional, nos quais o mal-estar e o sofrimento são comuns, nas relações estabelecidas com colegas e estudantes. Isto implica, entender, de acordo com Laval (2019), que a aproximação da escola à economia capitalista e a sociedade liberal são fatores de ameaça a autonomia da instituição, mas não fortes o suficiente para a sua destruição! Nesse ambiente, os professores buscam obter resolutividade com recursos limitados e encontrar espaços compartilhados para aprendizagens. Esta nova realidade educacional estabeleceu outras formas de comunicação e um novo tipo de sociabilidade envolvendo a comunidade escolar.

A escola invadiu a tua casa, teus alunos invadiram a tua casa, então você não tem mais privacidade, obviamente isso vai influenciar na vida. É uma situação diferente para cada um de nós, para mim não foi muito impactante, não tenho ninguém para atender, não tenho filho, marido. Então para mim não foi muito impactante, agora eu penso nas minhas colegas que tem marido e que tem filhos pequenos, a situação que é. (ENTREVISTADO-12, 2020, Informação verbal).

Falta de tempo para o preenchimento de planilhas, planejamentos, comprovações das aulas, atendimento aos estudantes e o preenchimento dos múltiplos planos de aula que são expostos em plataformas digitais. Segundo o Entrevistado-19 (2020, Informação verbal)

Trabalho para casa é o que mais tem, esse ano foi bem pior, não teve horário, se estendia até a meia-noite, atender o trabalho dos alunos e os pais, porque teve envolvimento diferenciado, a gente precisava atender eles para verificações, para entendimento dos conteúdos. Não teve final de semana, não teve domingo, não teve nada, enquanto nos anos anteriores, e tradicionalmente, a gente trabalhava até sexta, no máximo que você respondia era o sábado de manhã, e tu tinha ainda correção de trabalho, de prova, enfim, normal, só que agora a coisa dobrou, excesso de trabalho para casa é muito maior, bom, a gente transformou a casa da gente numa sala de aula.

Outro professor também discorre a esse respeito.

É bem complicado porque além da gente envolver outras pessoas da família, tiramos a privacidade. O fato de você estar em casa, você é mãe, você é esposa, você tem outros afazeres e está tudo muito interligado, e aí não separa nenhuma coisa nem outra. A casa foi totalmente invadida e perdemos a privacidade, tanto da casa quanto dos nossos meios eletrônicos, do WhatsApp, do celular. (ENTREVISTADO-19, 2020, Informação verbal)

Os entrevistados destacam os efeitos das pressões e críticas na saúde física e mental dos professores, ou seja, “a cobrança é enorme, a pressão externa é enorme, a gente sente as críticas direto, dá reflexo direto na saúde, isso te magoa, te faz mal e te deixa com medo, aí tu não sabes se realmente tá seguro [...]” (ENTREVISTADO-01, 2020, Informação verbal).

O sentimento de tristeza gerado, devido à falta de reconhecimento pelo trabalho realizado aparece bem definido nas narrativas.

A gente se sente mal porque sei que me esforço bastante naquilo que faço, que me dedico, que procuro levar para as crianças algo melhor, que vai ser produtivo para elas nesse tempo. Entristece ver essas críticas, sabendo que não é verdade, que a gente está batalhando, que demanda um esforço bem maior. (ENTREVISTADO-19, 2020, informação verbal).

A crise provocada pela pandemia do COVID-19 acentua, por um lado as lacunas já existentes e, por outro, possibilita maior visibilidade sobre os problemas. A tendência é o aumento das desigualdades sociais já existentes, pelas dificuldades e, impossibilidades dos estudantes e professores terem acesso às ferramentas digitais adequadas para atender as demandas que emergem, de forma justa e qualitativa.

A falta de condições pessoais para a aquisição de tecnologias mais avançadas, acaba por impedir que todos tenham as mesmas condições de ensino e aprendizagem e utilizem novas abordagens pedagógicas mais aderentes aos processos híbridos. O

Estado, por sua vez, ao demandar o uso de ferramentas tecnológicas (internet, telefonia móvel, computadores, tabletes, câmeras de vídeo, etc), que não abrangem a totalidade dos professores e estudantes, acaba criando um tipo de seletividade, atuando como agente promotor de políticas segregacionistas.

Deve-se levar em conta, que a pandemia do COVID-19 inaugura um período ainda mais dependente do aparato das novas tecnológicas e deveras individualizado. Pode-se questionar, então: de que forma a vivência do COVID-19 irá influenciar as relações e os comportamentos humanos nas escolas?

O Entrevistado-08 (2020, Informação verbal) faz alguns apontamentos, bastante esclarecedores.

O professor é um sujeito que precisa estar em permanente estudo. Não se forma um professor e pronto, está acabado, o estado deveria dar este assessoramento de formação permanentemente. As medidas, os programas, estão muito voltados a questões paliativas, a resolver problemas imediatos, a questão estrutural funcional, e se esquece do pedagógico, do conhecimento, do intelecto. Se esquece porque você vai proporcionar um ensino diferente se estiver preparado para isso, ninguém está preparado.

E, ainda, conclui.

Temos que enxergar o professor como um permanente aprendiz, que ele precisa estar permanentemente em estudo, embasados em princípios teóricos que refletem a realidade que a gente vive. Se você não mudar realmente o trabalho efetivo, seja aquele que iniciou na docência neste ano, seja quem estava há 24 anos ou quem está há 30 anos, quem está há 40 anos, eu preciso me perceber como um permanente aprendiz. Se o estudo não for uma constância na vida do professor, infelizmente a gente vai continuar com várias situações muito impróprias na educação. (ENTREVISTADO-08, 2020, Informação verbal)

Neste sentido, entende-se que há uma urgência histórica nas escolas: encontrar alternativas para compreender e enfrentar o ambiente tóxico instaurado, estrutural e sistêmico. Isto implica em repensar um ponto nodal: os processos de formação e qualificação profissionais, garantindo que as escutas das demandas reais da comunidade sejam feitas e que as práticas possam ensejar mais experiências emancipatórias.

3º bloco - Mudanças ocorridas no processo de gestão escolar

No 3ª bloco, denominado “Mudanças ocorridas no processo de gestão escolar”, interessam as seguintes questões:

1. Que mudanças ocorreram em termos de gestão nos últimos 5 anos?
2. Como é exercida a liderança da direção/coordenação sobre o coletivo?
3. De que forma se constituem os trabalhos coletivos nesta instituição?
4. Existe uma participação formal e informal da comunidade escolar no cotidiano da escola?

No 3º Bloco se questionou sobre as mudanças ocorridas no processo de gestão escolar nos últimos 5 anos. Como é exercida a liderança da equipe diretiva, incluindo as coordenações pedagógica e educacional sobre o coletivo, como se constituem os trabalhos coletivos na instituição, existe participação formal e informal da comunidade no cotidiano da escola.

De acordo com Oliveira (2003), os professores assumem papéis que estão além da formação e de suas responsabilidades. O exercício das funções pastorais, de assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outros, são comuns. Em decorrência desse tipo de processo transferencial, recai sobre os professores o protagonismo sobre o êxito ou o fracasso das ações e dos projetos. Isto faz com que assumam responsabilidades se desviando das atribuições básicas. Entra em cena um modelo de escola mais utilitarista, em detrimento de uma formação humanista.

Outro fator importante que emerge nos relatos é a desqualificação, motivada pela retirada de direitos fundamentais e de autonomia decisória. O resultado disso é o surgimento de um sentimento de desprofissionalização e a quase inexistência de trabalhos autorais, como textos de referências, por exemplo, para uso em sala de aula. Segundo Oliveira (2003, p. 33)

O trabalho docente não é mais definido apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação. O trabalho docente amplia o seu âmbito de compreensão e, conseqüentemente, as análises a seu respeito tendem a se tornar complexas.

De acordo com o Entrevistado-04 (2020, informação verbal) “[...] No final de semana vendi cartão de galeto para a escola comprar uma máquina nova de xerox,

então, se a gente quer alguma coisa nós temos que buscar porque não tem na escola”. Isto expõe o idealismo docente, já mencionado anteriormente, traduzido em comissões de trabalho e/ou ações altruístas de voluntariado para a comunidade. O Entrevistado-01 (2020, Informação verbal) trata exatamente disso em seu relato.

Temos comissões, agora, na época de pandemia, foi feito uma comissão para avaliar, vamos ver como está a higiene, tem condições de voltar, não tem condições de voltar, é dialogado com essas pessoas do CPM junto com a direção, vão até a Coordenadoria conversar, trazem o retorno para nós enquanto professores. Temos um CPM bastante ativo, quando tem as festas, atividades na escola, a gente faz o dia da família, é o CPM que se envolve auxiliando a direção, auxiliando os professores.

A pandemia escancarou ainda mais as fragilidades decorrentes da limitação de recursos, estrutura e de investimentos para atender as novas demandas. Com estas limitações, os professores e as famílias assumem outras responsabilidades, tais como: o investimento na ampliação de planos de internet, compra de computadores, celulares, câmeras de vídeo e organização de escritórios nas residências para realizar aulas remotas. Isto se agrega ao restante das tarefas existentes e nas quais já existe um maior envolvimento dos professores nas representações e nos trabalhos coletivos da escola: comissões, conselhos e festividades.

O relato do Entrevistado-04 (2020, Informação verbal) vai de encontro a esse processo “[...] Sou do conselho escolar, aí eu participo das reuniões e destes planejamentos, o conselho escolar é mais fiscalizador, ele ajuda a construir mais a parte pedagógica”. Outro entrevistado relata a participação em reuniões nas mais diversas áreas, “Tem a reunião da equipe diretiva, tem a reunião com as áreas específicas, tem a reunião geral, tem as reuniões com os pais de alunos e tem as comissões dentro da escola [...]” (ENTREVISTADO-01, 2020, Informação verbal).

É, pois, neste contexto que os professores se encontram, inseridos num ambiente marcado pelo sentimento de desvalorização profissional, pela perda do ser e fazer docente e por uma vontade de contribuir, mesmo com tanto sacrifício, para melhorar a educação. No entanto, este compartilhamento de tarefas e funções em contextos de sobrecarga, produz sentimentos de não pertencimento e desvalorização.

Aumentou bastante, é uma forma de os professores colaborar mais com a direção da escola, de não receber tudo pronto. Nessa questão de preenchimento de planilhas, eu acho que é uma forma de avaliar o trabalho e começar a ouvir mais os profissionais, então se percebe que muitas mudanças aconteceram a partir de sugestões do grupo, é a maneira de dividir

tarefas, porque enquanto a direção da escola sentava, planejava e fazia, nós recebíamos pronto e era só executar, no momento que nós começamos a preencher planilhas, o que foi sugerido pelo grupo acabou beneficiando a todos. Nós somos ouvidos, me sinto valorizada, eu acho que essa mudança com relação à organização do todo da escola melhorou bastante a partir dessas planilhas, desses questionários enfim, dessas avaliações periódicas e que os professores, que o grande grupo faz. (ENTREVISTADO-14, 2020, Informação verbal).

Existe, portanto, uma estrutura organizacional que cria e recria um tipo de perfil profissional, que transita entre o sacerdócio, a profissionalização e a formação. Oliveira (2003) adensa o debate em torno da natureza do trabalho docente, destacando a polarização entre profissionalização e sacerdócio. O reconhecimento profissional dos professores enquanto categoria não retira o estado de um certo “messianismo” e voluntarismo que acompanha e constitui o trabalho docente. Este movimento, segundo o autor, ocorre nas formas de tratamento direcionadas as professoras, principalmente as de educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, as quais ainda são chamadas de “tias”, num processo que as transforma em extensão familiar, negando ou limitando o próprio reconhecimento social e profissional.

A falta de reconhecimento é capaz de provocar grande dor e sofrimento, no entanto, os professores sublimam isso, sentem-se realizados quando obtêm resultados com sacrifício. Satisfação e sofrimento, caminham juntos! Codo (2006, p. 370) analisa.

Por pior que sejam as condições de trabalho e salariais, estes profissionais estão lá, atuando, propondo atividades que venham superar suas dificuldades mais primárias dentro da escola, como falta de giz e apagador, problemas com alunos ou pais, dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, questões com a administração central (secretarias e fundações educacionais) ou com a administração interna da própria escola e problemas com relação a violência. Continuam atuando, dedicando-se, sentindo-se motivados, comprometidos, satisfeitos.

O debate sobre profissionalização e sacerdócio traz à tona novamente a subordinação dos professores aos processos capitalistas e as perdas de autonomia e controle sobre seu trabalho. Segundo Oliveira (2003), além de implementar novas formas de organização e controle do ensino através da inclusão de livros didáticos, propostas curriculares centralizadas, avaliações externas, ocorre uma distopia em termos identitários. Isto ocorre num contexto social que tende a limitar a sua função dentro de um utilitarismo no qual o sacerdócio se impõe como justificativa para a

ampliação e permanência dos processos de proletarização, negação e desprezo do saber profissional dos professores. Desta forma, as reformas educacionais se sujeitam a lógica do setor financeiro e por um permanente estado de crise que ampara as políticas de cortes e ajustes fiscais.

4º bloco – Saúde dos docentes.

No 4ª bloco, denominado “Saúde dos docentes”, interessam as seguintes questões:

1. O que define uma pessoa saudável?
2. O que seria o “normal” ou um estado patológico?
3. Estaria o ambiente escolar adoecendo os professores? De que forma?
4. Existem políticas públicas de prevenção e tratamento ao adoecimento docente?
5. Em termos de saúde, de que forma o governo pode melhorar as condições de trabalho e saúde dos professores?

O 4º bloco abordou especificamente a saúde dos professores, questionando se tivera algum tipo de adoecimento, se precisou se afastar, usar medicamentos, se existem políticas públicas de prevenção e tratamento aos professores e de que forma o Estado pode melhorar as condições de trabalho e saúde desses profissionais.

As relações entre trabalho e adoecimento se tornam mais frequentes, à medida que ocorre a intensificação e precarização dos processos de intervenção pedagógica. Os entrevistados relatam que o processo de adoecimento acompanha a sobrecarga. “Já tive atestado médico, tirei laudo com depressão, esgotamento. Uma carga horária muito grande de trabalho, já tive 60 horas, várias vezes [...]” (ENTREVISTADO-07, 2020, Informação verbal).

Aliado a sobrecarga, a pressão por modificar a forma de trabalhar acaba provocando situações de adoecimentos físicos e psicológicos.

Afetou muito o psicológico, uma pessoa que tem 50 anos, que acha que já sabe dar aula e mudar 100% a forma do teu trabalho, de correr atrás, de buscar. Sento muito na frente do computador e isso me deu problemas de coluna, a cadeira que eu tinha já não consigo utilizar mais, afetou a coluna, afetou a ansiedade, insônia. (ENTREVISTADO-01, 2020, Informação verbal).

O mesmo entrevistado relata que já foi internado após uma crise “No hospital, ocorreu uma crise de ansiedade muito forte, houve desmaio e o corpo se retorceu. O professor não se lembrava o que era exatamente, “aí quando o médico foi colocar o sedativo eu disse, não me faz dormir que de tarde eu tenho aula [...]” (ENTREVISTADO-01, 2020, Informação verbal).

A subjetividade sofrente aparece nos relatos que verbalizam o afastamento das salas de aula, o uso de medicação, o desenvolvimento de síndromes e os transtornos que resultam nas mais variadas patologias.

Fiquei um ano fora da sala de aula trabalhando em outro setor, mas não é esse o problema, o problema é o contexto com um todo, e nos dias de hoje, de pandemia, eu tenho muito mais depressão. Além dos medicamentos faço atividade física, intensifiquei as minhas atividades físicas e fiz algumas coisas prazerosas, cuidar do jardim, rosas. (ENTREVISTADO-03, 2020, Informação verbal).

Os relatos se sucedem.

Entrei em depressão, teve um período que fiquei 50 dias sem tomar banho, foi horrível. Tive um surto, fui medicada, tomei remédio muito tempo, mas agora estou limpa, fiz terapia, me ajudou muito, minha terapeuta maravilhosa, melhorei. (ENTREVISTADO-12, 2020, Informação verbal).

O sofrimento presente nas narrativas dos professores é o resultado de um sintoma social que se estrutura através da organização do trabalho. Nesta condição humana, de acordo com Birman (2019), existe um corpo-sujeito, no qual a dor se enraíza, por meio de uma subjetividade sofrente. É, pois, neste corpo, que o mal-estar se instaura, ocorre a somatização e provoca doenças crônico-degenerativas, além de um amplo espectro de síndromes e transtornos que geram violência, agressividade, criminalidade, uso de drogas, descontrole alimentar, consumo desenfreado, depressão, distímia, etc.

Estas são algumas das estruturas que compreendem as novas formas de mal-estar contemporâneo, interligadas com o desejo e o desamparo, forjadas, segundo Birman (2019), numa nova subjetivação, a partir da qual, o autocentramento do eu, assume formas diferentes daquelas existentes na tradição ocidental do individualismo, iniciado no século XVII.

Estão colocando padrões para educação em todas as nações do mundo e usando os mais diversos mecanismos, seja pacotes que vão embutido em financiamentos internacionais ou coisa parecida. Esse horizonte

informativo cheio de elementos pedagógicos estabelece limites, controle. (ENTREVISTADO-06, 2020. Informação verbal).

O entrevistado revela que estão sendo estabelecidos padrões educacionais que introduzem limites, controle, o que pode ou não ser ensinado. Segundo Laval (2019) este processo demanda uma grande contradição entre as aspirações igualitárias e a divisão social em classes, cujas reformas se intensificam ao promover uma exclusão, tanto interna, quanto externa à escola. Além de fragilizar, sobremaneira, a escola pública.

Então, eu sempre fui de levar, se eu acho que é necessário, se eu acho que é importante, é o que eu amo, é o que eu gosto de fazer, então, de repente, uma folha de ofício para mim não vai fazer tanta falta quanto para o aluno, para ele pegar melhor aquela explicação, aquele conteúdo, de repente, um pouquinho da minha doação também não vai fazer toda a diferença? (ENTREVISTADO-01, 2020. Informação verbal)

Segundo Carnoy (1987), as mudanças ocorridas no ambiente de trabalho através das reformas macropolíticas representam alterações na gestão e no controle do ensino. Outro aspecto importante diz respeito às formas assumidas pela sobrecarga/intensificação e apontada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2003), como sendo decorrente do tempo dedicado a trabalhos extras, noutras frentes, para aumentar a renda.

Ao direcionar a escola para uma integração entre os mundos da educação e do trabalho, tem-se como objetivos reduzir as divergências entre escola e local de trabalho, ofertar oportunidades para que os jovens tenham uma familiarização mais precoce com o mundo profissional e estabelecer uma ética a partir da qual, existiria, em tese, dignidade em qualquer tipo de trabalho.

O Estado patrocina a desonra do corpo docente, tornou o professor um ser insignificante. O futuro da educação são tutores, as coisas vêm prontas, a ideia de exacerbar os estudos individualizados, principalmente do médio para cima e sistemas de controle. (ENTREVISTADO-08, 2020. Informação verbal).

Dardot e Laval (2016) analisam como esta “estratégia neoliberal”, instaura novas condições políticas, altera regras de funcionamento econômico e, conseqüentemente, de relações sociais. Possui quatro pontos de sustentação e instrumentalização. São eles: a) relação de apoio recíproco; b) luta ideológica; c) a disciplina; d) e a racionalidade. Tais pontos, segundo os autores mencionados,

abordam a intencionalidade de um processo que não teve início na crise do capitalismo, mas que foi desencadeado em determinadas circunstâncias, quais sejam: a) no apoio mútuo das políticas neoliberais com as transformações do capitalismo; b) nas críticas sistemáticas contra o estado de bem-estar; c) nos sistemas de coação, tanto econômicos, quanto sociais, que obrigam os indivíduos a governar a si mesmos; por último, d) na instauração de um quadro único de conduta humana, o que institui um novo tipo de racionalidade.

Em relação aos dados levantados nas entrevistas propriamente ditas, os mesmos indicaram um número significativo de professores que utilizam algum tipo de medicação, tratamento (psicológico e/ou psiquiátrico), que já se afastaram da sala de aula e alguns já estiveram internados.

Dentre os 19 entrevistados, 12 apresentaram algum tipo de adoecimento físico ou mental, que os levou a utilizar medicamentos, de forma temporária ou permanente. Em alguns casos, geraram afastamentos e a necessidade de acompanhamento médico. Segundo dados fornecidos de 17ª Coordenadoria Regional de Educação/Santa Rosa, os números de pedidos de licença, aposentadoria, exoneração, licença interesse e de nomeação, nos últimos 5 anos, representam uma diminuição significativa do quadro docente efetivo.

Os profissionais da educação poderiam ganhar muito melhor para poder se qualificar mais, para poder ter uma vida mais tranquila no sentido de não precisar trabalhar tanto, hoje um professor que quiser ter um pouquinho a mais tem que trabalhar 60h, mas a qualidade da aula dele não vai ser a mesma, não adianta a gente dizer que o professor vai conseguir dar uma excelente aula, preparar ótimas aulas, se ele está trabalhando 60 horas. Quando ele vai viver, quando vai ter o contato com a família. (ENTREVISTADO-10, 2020. Informação verbal).

Isto escancara a necessidade de estudos sobre o trabalho/trabalhador docente e a saúde em tempos neoliberais, porque, segundo o Entrevistado-15 (2020, informação verbal), “[...] hoje nós não sabemos para onde é que estamos indo”. As subjetividades, na atualidade, capturam novas formas de mal-estar, constituem impasses e perpassam as estruturas e o campo reflexivo-analítico da psicanálise e de outras áreas que se ocupam dessa problemática. Segundo Birman (2019), ocorrem

no registro do imaginário³⁹ e, em detrimento do simbólico.⁴⁰ São marcas de desamparo⁴¹ e de novas patologias numa sociedade alicerçada sob a égide do capitalismo neoliberal.

Para Han (2019), o poder ilimitado da sociedade do desempenho não gera loucos e delinquentes, como na sociedade da negatividade, mas depressivos e fracassados, iludidos e simbolizados pelo *yes, we can* (sim, nós podemos) através do excesso de positividade. O mal-estar, assim sendo, se configura num sintoma social, que necessita ser investigado sob a ótica da hegemonia neoliberal e das intencionalidades que visam construir uma racionalidade capaz de exercer controle sobre o trabalho, o desemprego e a saúde, reduzir o tamanho da escola, o papel dos professores, homogeneizando comportamentos para atender as demandas flexíveis, individualistas e competitivas do neoliberalismo.

Tudo isso está posto porque se você está preocupado em preencher uma planilha, você não está lendo, você não está preparando melhor a sua aula. O trabalho do professor é muito poderoso, estas artimanhas são manipulações para que você não estude, para que você não pense, para que você esteja sempre articulado com aquilo que você precisa fazer sem pensar muito, que é dar uma resposta aqui, dar uma resposta lá. (ENTREVISTADO-02, 2020. Informação verbal).

É nesta condição trágica que o sujeito se encontra. Birman (2019) pontua a existência de novas formas de subjetivação, que se manifestam no corpo, na ação e nos sentimentos. Dejours (1992), por sua vez, afirma que a organização do trabalho não pode ser considerada como fonte de doença mental, mas destaca que pode se tratar da “*síndrome subjetiva pós-traumática*” que surge, em geral, após a cicatrização de algum trauma, físico ou mental. Segundo o autor, constitui-se em sintomas subjetivos, que provocam afastamentos e retorno ao trabalho.

[...] a realidade, mesmo sem nenhuma ocorrência específica, pode favorecer o surgimento de uma descompensação. Deve-se levar em consideração três

³⁹ O termo é empregado na Psicanálise para designar aquilo que pode ser representado em pensamento, independentemente da realidade. LACAN utiliza um conjunto de termos e conceitos, no qual ele destaca três planos: o simbólico, o imaginário e o real. Zimmerman (2008, p. 209).

⁴⁰ Designa a ordem dos fenômenos de que trata a psicanálise, na medida em que são estruturados como uma linguagem. [...] para LACAN, o simbólico tem dois registros: um é como organização, uma designação de lugares e funções; o outro é como uma lei, daquilo que deve ser. Zimmerman (2008, p. 387).

⁴¹ Esta situação que está intimamente ligada ao conceito de trauma e acompanha o ser humano desde o nascimento devido à condição de neotenia (também denominada prematuração). Essa condição decorre do fato de o bebê nascer “prematuramente” em relação a qualquer espécie do reino animal, apresentando uma prolongada deficiência de maturação neurológica e motora que o deixa em estado de absoluta dependência e desamparo. Zimmerman (2008, p. 102).

componentes da relação homem-organização do trabalho: a fadiga, que faz com que o aparelho mental perca sua versatilidade; o sistema frustração-agressividade reativo, que deixa sem saída uma parte importante da energia pulsional; a organização do trabalho, como correia de transmissão de uma vontade externa, que se opõe aos investimentos das pulsões e sublimações. O defeito crônico de uma vida mental sem saída mantido pela organização do trabalho, tem provavelmente um efeito que favorece as descompensações psiconeuróticas. (DEJOURS, 1992, p. 122).

Nesta tríade, a fadiga, a frustração-agressividade e a organização do trabalho convergem nos elementos que criam um ambiente para o desenvolvimento de psicopatologias.

Hoje a gente tem mais liberdade, é um campo mais aberto, do que era lá no passado. É bom? Eu não sei, é ruim? Eu também não sei. Falta um maior comprometimento do aluno em termos de ter mais aprendizagem, do professor poder cobrar mais para ter um conhecimento maior. (ENTREVISTADO-03, 2020. Informação verbal).

As narrativas dos professores trazem à tona, portanto, a necessidade de maiores investigações para aprofundar os estudos neste campo de pesquisa, instrumentalizando mecanismos capazes de prevenir, identificar e combater as psicopatologias desencadeadas na organização do trabalho.

5º bloco – O que pensam e sentem as equipes diretivas

1. Fale um pouco da história dessa escola, como são os alunos? De onde provem? Houve mudança na quantidade e no perfil do alunado?
2. Como é o corpo docente dessa escola? Perfil, formação acadêmica?
3. Vocês fazem reuniões com os professores? Com que periodicidade? Quais as principais queixas e reivindicações dos professores dessa escola?
4. De que forma o COVID interferiu na rotina escolar? Houve sobrecarga de trabalho e como isso afetou a escola?
5. Vocês estão com o quadro completo de docentes e funcionários ou falta pessoal?
6. Há muitos afastamentos? A que você atribui estes afastamentos?
7. Há muitas faltas nessa escola? Como vocês lidam com substituição de colegas faltosos? Há problemas quanto a isso? Quais? Há controle de substituições? Como é realizado este controle?

8. Como essa escola é avaliada pela Secretaria de educação? Existe algum tipo de pressão para apresentar resultados com relação as avaliações e provas aplicadas pelo governo? De que forma isso afeta os professores e alunos?
9. Vocês têm acesso aos recursos/equipamentos/pessoal que necessitam ou há demandas que não foram atendidas? 10. Há comissões, conselhos, grupos de trabalho? Os professores participam?
10. Quais as prioridades, metas, projetos da escola para este ano?

A pandemia do COVID-19 tem provocado mudanças significativas na gestão escolar. Surgem demandas que se alteram rapidamente e exigem das equipes diretivas tomadas de decisões, por vezes difíceis.

A nossa escola sempre foi muito marcada por essa interação com os alunos pela questão das oportunidades diferenciadas, desde a visita as universidades, viagens de estudo, palestras, seminários. Os nossos alunos sempre tiveram isso muito presente, a gente tem uma filosofia de trabalho que, o conteúdo é importante, mas hoje, o conteúdo está facilmente acessível em qualquer lugar, então, a função da escola é a formação humana visando a construção de conhecimentos, elas não podem estar dissociadas, e nesse sentido, a gente proporcionava todas as oportunidades, desde apresentações de teatro, participação dos alunos, elaboração, shows artísticos, palestras, seminários, tudo o que chegava até nós como proposta e mais aquilo que a gente buscava, era oferecido aos alunos e nós nunca pensávamos assim, ah, mas hoje tem aula de química e ele precisa ver esse conteúdo, não, a prioridade era aquele extra, o conteúdo ele pode dar conta depois, mas o extra ele não vai ter sozinho em casa, então se buscava isso, porém, a pandemia nos tirou muito isso. (ENTREVISTADO-10, 2020, Informação verbal).

Estas novas formas de interação atingiram e afetaram toda a estrutura de trabalho dentro das escolas. Houve a necessidade de reorganização de todos os processos laborais de atendimento aos estudantes, servidores e as famílias.

Tivemos muitos momentos e queixas dos professores porque mudou toda a forma de trabalho. Então, desde a secretaria, as meninas da limpeza, a merenda, tudo teve que ser redimensionado. A gente teve que acompanhar e fazer momentos de formação até as pessoas pegarem o novo ritmo, porque a gente estava esperando que logo terminasse e que voltasse ao que era antes. Então, foi mais demorado e eu posso te dizer que um dos momentos de fala mais fortes que a nossa equipe diretiva sentiu dos professores, foi no momento em que muitos professores desabafaram de forma até comovente, no sentido de: “Não sei se eu vou vencer, estou ficando doente”; “Estou com o celular atendendo alunos até de madrugada, não tenho mais sábado, não tenho mais domingo”. (ENTREVISTADO-11, 2020, Informação verbal).

Os entrevistados relatam as dificuldades enfrentadas na pandemia que constituíram um ambiente complexo e repleto de contradições que ampliaram os problemas já existentes na rotina escolar. “Para os professores, para a equipe diretiva, para todos foi uma sobrecarga muito grande, principalmente ali, antes do recesso de maio [...]” (ENTREVISTADO-10, 2020, Informação verbal).

Um ano de pandemia, é um ano dos nervos muito aflorados. Tem a situação familiar, então, as questões têm que ser direcionadas muito rapidamente e com eficácia. Para isso tu tem de ter muito *feeling*, ouvir as partes, conseguir fazer o contraponto de uma forma que a pessoa também entenda o outro lado. (ENTREVISTADO-10, 2020, Informação verbal).

Desta forma, Mészáros (2008) alerta para a necessidade do acesso à educação à toda população, mas que este movimento não é o suficiente para combater as desigualdades sociais que se ampliam e também se institucionalizam dentro das escolas. Este processo, segundo o autor, ocorre dentro da escola, no sentido de promover e ampliar o apartheid social já existente, através de um processo que impede que seja construída uma educação libertadora e capaz de promover uma transformação do atual modelo. Na voz do entrevistado, trilhar de como encontrar soluções para as “novas realidades”.

A gente sempre procurou fazer reuniões para ouvir as partes, tanto com os professores quanto com os alunos, então a gente adotou essa prática este ano principalmente pandêmico, fazer a cada 40 dias, no máximo 60 dias, reuniões específicas por turma, mesmo que de forma online que era a possibilidade que a gente tinha para ouvir eles, para tentar ajustar aqueles pontos que a gente percebia que talvez não estivesse muito firme. (ENTREVISTADO-10, 2020, Informação verbal).

Nessa mesma direção, outro entrevistado relata:

Nós temos feito através de conferência com os professores sempre que a gente sente necessidade, que era a nossa prática enquanto presencial também, então, o momento que a gente antecede a avaliação, o momento que a gente antecede algum tipo de atividade que a escola precisa organizar o todo e deixar bem claro para todos os professores. (ENTREVISTADO-11, 2020, Informação verbal).

Os espaços escolares (virtuais ou não) se configuraram em territórios destinados ao repasse de informações da/para SEDUC e Coordenadoria Regional, formação para lidar com as novas tecnologias e escuta dos professores. A perda de

privacidade nos ambientes das residências foi tratada nas entrevistas. Há o sentimento de “invasão” provocando até conflitos familiares.

Intensificaram as atividades, foram muitos desafios, o estresse muito grande de ter que dar conta. A gente estava acostumada a fazer planejamento, ir para escola e dar aula, aí tivemos que se reorganizar de forma diferente, e a gente apavorada, com medo, tendo que dar conta, tendo que aprender a fazer na marra. (ENTREVISTADO-16, 2020, Informação verbal)

Este processo também se mostrou excludente, no sentido de que muitos servidores foram excluídos ou tiveram a sua participação em atividades limitadas, devido à crise financeira e aos baixos salários que os impossibilitaram de ter uma estrutura adequada para a realização/participação nas aulas remotas.

As narrativas abordam algumas das transformações negativas que a pandemia está provocando/acelerando. A insegurança frente a este novo contexto tecnológico que irá ressignificar o papel do Estado, da escola e das famílias é uma delas. A terceirização para as famílias de tarefas e responsabilidades de acesso e permanência de estudantes é a outra.

O Estado tem limite de gastos, a gente entende isso, mas a questão não é que falta dinheiro para educação, a questão é quem está recebendo o dinheiro da educação e, muitas vezes, o Estado prioriza passar esse recurso para o capital independente de utilizar isso ou não, ter melhoria ou não para educação. (ENTREVISTADO-10, 2020, Informação verbal).

Neste sentido, o entrevistado relata que a equipe diretiva faz busca ativa de alternativas para tornar a escola ainda mais sustentável e promove investimentos voltados para implantar propostas metodológicas. São tipologias de atividades que carecem da maior presença estatal.

A gente vem buscando, cada vez mais, tornar a escola sustentável, então, muitas coisas a gente vem fazendo para atrair recursos para escola, não esperando só aquilo que vem do estado, que é pouco e não é suficiente. A gente vem conseguindo muitos avanços na estrutura da escola. Para o ano que vem queremos o CPM atuante não só na estrutura, queremos um CPM atuante no setor pedagógico, se nós tivermos possibilidade de aulas presenciais normais, a ideia é de que parte da contribuição do CPM seja utilizada para projetos dentro da questão pedagógica que o Estado não oferece, aula de balé, aula de karatê, ter professor de inglês específico. Vamos desenvolver vários projetos, desde a questão de cursinho popular preparatório para os alunos do 3º ano, vamos utilizar boa parte do recurso do CPM também para essa área pedagógica que vem em benefício direto para o aluno. (ENTREVISTADO-10, 2020, Informação verbal).

Esta narrativa confirma que a herança vocacional e sacerdotal presente nos discursos e nas ações que terceirizam para os ambientes escolares as responsabilidades do próprio Estado, enquanto entidade mantenedora, cuja destinação de recursos não atende a todas as demandas.

Existe uma pressão muito grande em termos de resultados nas avaliações externas, mas também temos uma visão muito clara a nível de instituição de qual a real importância das avaliações externas e do que está envolvido no resultado. (ENTREVISTADO-10, 2020, Informação verbal).

Temos as avaliações externas que vem prontas e que a gente precisa estar participando. Há uma cobrança sim, no início deste ano, em janeiro/fevereiro, a gente foi chamada, assim como outras escolas, na Coordenadoria para dar conta dos índices da escola em função dessas avaliações externas. “Aqui vocês não foram bem, aqui o que vocês vão fazer” e aí a gente acaba incluindo durante o ano nos componentes para intensificar esse estudo. (ENTREVISTADO-11, 2020, Informação verbal).

Ao sujeitar a educação ao modelo do capital e ignorar princípios do serviço público com plena cidadania, o Estado expõe os professores e os obriga a trabalhar em condições precárias. É preciso compreender que toda essa narrativa demonstra uma forma contemporânea de violência e que ganha maior visibilidade com a pandemia, devido ao mal-estar provocado pela necessidade de organização individual dos professores, frente as novas demandas tecnológicas e pedagógicas. Segundo Oliveira (2003, p. 20) “[...] O capitalismo convive com a noção de reforma constantemente e é através dos processos reformadores que se vai adequando as novas exigências históricas”.

As políticas educacionais estão conectadas com abordagens que defendem pressupostos de um estado neoliberal, no qual, o ser professor perde significado, sentido e função. Seu papel substituído por atividades instrumentais, como preenchimento de planilhas, relatórios e planos de aula direcionados para uma aprendizagem instrumentalizada/robotizada, sendo sobrecarregado com mais trabalho, mais relatório, mais cobrança e mais funções que se acumulam nas comissões, associações, etc.

Infelizmente, grande parte dos ambientes escolares possuem métricas de toxicidade. Isto reverbera o sentimento de “despertencimento” contra o qual, o professor luta, e quando não pode mais lutar, adoece, mas adoece por querer continuar pertencendo e lutando.

Portanto, a narração de cenas da História laboral vai nos dando a dimensão das novas formas de intensificação do trabalho docente decorrentes da aceleração das mudanças em curso, mas também pela busca por alternativas frente aos problemas que tendem a se ampliar com a hegemonia do neoliberalismo e das suas contradições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente da escola pública é um território social complexo, repleto de significação política, religiosa e cultural, por excelência. Nele se evidenciam fatos e situações recorrentes, que carregam marcas de grandes conflitos e contradições. A partir dessa permissa, buscou-se, por meio de narrativas sobre a História oral laboral dos profissionais atuantes na Educação Básica pública, contextualizar o estado de mal-estar e, o conseqüente adoecimento, afastamento e abandono da profissão.

Neste sentido, a Pesquisa desenvolvida procedeu uma releitura multireferencial do mundo do trabalho e dos contextos de individualização do sofrimento. A teorização foi construída em uma perspectiva interdisciplinar e com base na literatura especializada do campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

O trabalho investigativo abordou a reestruturação do processo produtivo e dos modos de gestão da força de trabalho na Área da Educação Básica. Realizou um mapeamento conceitual para uma maior compreensão sobre as implicações das novas subjetividades e, também, formas de viver, se relacionar e trabalhar. Um contexto histórico e social no qual emerge um tipo de racionalidade profissional neoliberal que estimula a produção no menor tempo possível, exacerba o perfil competitivo e torna o indivíduo, literalmente, um auto gestor de si mesmo e, como tal, o principal responsável por sua performance no mundo do trabalho.

O Fenômeno do mal-estar que subjaz a esses modelos de racionalidade surge, quando o indivíduo não consegue dar conta de si mesmo e das coisas que rodeiam seu cotidiano. Um processo repleto de subjetividade, de cobrança, de desconfianças, de adoecimento, de crise de identidade. A desvalorização social da profissão está presente nesse processo e corrobora para gerar os sentimentos de insegurança, frustração e fracasso.

As formas de impedimento de realização das atividades levam ao imobilismo. Assim, o sujeito se esvazia, se retrai, perde a experiência do significado. É, pois, neste espaço/tempo que aparecem os sintomas sociais que produtores do adoecimento e das novas psicopatologias.

As narrativas dos profissionais da Educação e que foram colaboradores atuantes nesta Pesquisa, confirmam a hipótese mobilizadora do projeto. Existe, sim, na escola pública um potencial ambiente tóxico que contribui sobremaneira para o

agravamento do mal-estar docente. A subjetividade sofrente presente nos relatos da História oral laboral desnuda um quadro crescente de disfuncionalidades e distopias. Desta forma, a nova racionalidade educacional se estabelece através de uma “mão invisível”, que regula e cria padrões, deveras destrutivos.

O status social do sofrimento no trabalho tem uma forte representação de violência real e simbólica. Ele se constitui em poderoso instrumento de gestão e controle, provocado, inicialmente, pelo sentimento de incompetência e, a seguir ruptura do laço social e transferência de responsabilidades.

Pode ser compreendido a partir das várias dimensões sobre as quais ele incide ou é pensado. De acordo com Bendassolli (2011, p. 76)

[...] o sofrimento no trabalho pode ser compreendido a partir das várias dimensões sobre as quais ele incide ou é pensado: (i) do corpo (lesões, fadiga, carga excessiva de trabalho, riscos ou ameaças à saúde, etc.); (ii) do psiquismo ou da subjetividade (stress, burnout, transtornos mentais, enfraquecimento ou aniquilação do poder de agir do sujeito etc.); (iii) do relacionamento entre os sujeitos (falta de reconhecimento, enfraquecimento dos coletivos de trabalho, empobrecimento das relações afetivas, competição exacerbada, etc.); (iv) da perspectiva do sujeito moral (assédio, dominação de classes, exclusão social, invisibilidade social, etc.); e (v) do ponto de vista do próprio trabalho (atividade impedida, esvaziada ou suspensa; perda do significado ou da função psicológica do trabalho; ausência de atividade).

Seja qual for sua dimensão de análise ou de incidência, a retórica do sofrimento no trabalho assume, em linhas gerais, um tom de denúncia social. Nesse sentido os entrevistados argumentam sobre a urgência histórica de se repensar os processos de formação de professores para que possam melhor entender os sentidos ocultos nas dinâmicas que organizam a vida laboral, retirando o tom compassional, de um sujeito moral frágil e passivo.

Abordar a problemática do mal-estar docente, na atualidade, exige um esforço de análise a partir de múltiplos olhares, na tentativa de compreender a complexidade envolvida no padecimento psíquico dos professores. O essencial é refletir para além dos padrões de exigência, atrelado à perspectiva de um novo regime de autonomia e emancipação, em que a ação passa a depender cada vez mais do indivíduo e seus próprios recursos, e que a grande discussão política e social diz respeito às desigualdades na distribuição de capacidades (recursos) individuais para fazer face às novas prerrogativas de uma sociedade de mercado.

É preciso identificar os mecanismos que submetem o professor a diagnósticos que, em alguma medida, ratificam o sentimento de impotência quando são afastados

de suas atividades laborais por motivos clínicos. Faz-se necessário, portanto, humanizar a escola para que as pessoas tenham saúde! Perceber o território escolar como uma organização de reprodução, muitas vezes de relações perversas e à serviço do capital, em sua matriz predatória. Explicitar as intrincadas relações entre a retórica do sofrimento e as representações que os profissionais da Educação possuem sobre o que significa viver em sociedade e trabalhar nas escolas, e também por questionar a relação linear que às vezes se estabelece entre sofrimento e injustiça social.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, Giovanni A.P. **Trabalho e subjetividade - O metabolismo social da reestruturação produtiva do capital**. Livre-docência. Universidade Estadual Paulista, UNESP, Marília, 2007. Disponível em: <https://incubadorasocialpuhrs.files.wordpress.com/2013/12/trabalho-e-subjetividade.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. – 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. *E-book*.
- ARANDA, Silvana Maria. **Um olhar implicado sobre o mal-estar docente**. Tese (Doutorado em Educação) setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 147. 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17311/000687320.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 01 de jun. 2020.
- ARENHART, Livio Osvaldo; NOGUEIRA, Sandra Vidal. **Uma urgência pedagógica nos modelos de gestão: a revisão do conceito de emancipação, segundo Marx**. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE BIOPOLÍTICA, 5; COLÓQUIO INTERNACIONAL DE BIOPOLÍTICA E EDUCAÇÃO, 3; SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU, 17. 2015. Organização: Inácio Neutzling, Maura Corcini Lopes, Alfredo José da Veiga-Neto. Instituto Humanitas Unisinos, Programa de Pós-Graduação em Educação Unisinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia Unisinos, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Unisinos; Programa de Pós-Graduação em Educação UFRGS. **Anais**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2016. P. 1519-1527.
- ARNAUD Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho (org.). **Dicionário da globalização: Direito e Ciencia Política**. RJ., Lúmen Júris, 2006.
- ASSUNÇÃO, Ávila Ada. **Saúde e condições de trabalho nas escolas públicas**. OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). Reformas educacionais na América latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENDASSOLLI, Pedro F. **Mal-estar do trabalho: do sofrimento ao poder agir**. Revista Mal-estar e Subjetividade - Fortaleza – Vol. XI – No 1 – p.65 - 99 - mar/2011.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C, Varriale *et al.*; coord. Trad. João Ferreira; rev. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. 1. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. Ed. 1998.

BONETI, Lindomar W. Ser ou estar pobre: a construção social da noção da desigualdade. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí: Ed. Unijuí, p. 115-134, n. 62, abr./jun./2001.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

BRAYNER, Flávio. **Fundamentos da educação: crise e reconstrução**. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

BRAZ, Matheus Viana Braz **Trabalho, Sociologia Clínica e Ação: alternativas à individualização do sofrimento**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

CASSIOLATO, José Eduardo. **A economia do conhecimento e as novas políticas indústrias e tecnológicas**. LASTRES, Helena M., M.; ALBAGLI, Sarita (Orgs). Informação globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CARNOY, Martin; LEVIN, Henry M. **Escola e trabalho no Estado capitalista**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1987. 350 p. ISBN 85-249-0091-1.

CHEMAMA, Roland. **Dicionário de Psicanálise**. Trad. Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CLEMENT Juglar, **Des crises commerciales et de leur retour périodique en France**, en Angleterre et aux États-Unis, Paris, 1862.

CODO, Wanderley (org.). **Educação: carinho e trabalho – Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes / Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho, 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). **Retrato da Escola 3. A realidade sem retoques da educação no Brasil**. Brasília: CNTE, 2003.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (Org.). **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Moderna, 2019. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf. Acesso em: 08 de jul. 2021.

CUÉLLAR, Javier Perez (org.). **Nossa diversidade criadora: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento**. Campinas SP: Papirus, Brasília DF: Unesco, 1997.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Mariana Echalar. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do Trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho**. Trad. Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5ª ed. Ampliada. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. Coordenação/tradução: Maria Irene Stocco Betiol. São Paulo: Atlas, 1994.

DSM-IV-TR. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Trad. Cláudia Dornelles. 4. ed. Ver. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ENRIQUEZ E. **El relato de vida: interfaz entre intimidad y vida coletiva**. Perfiles Latinoamericanos, Distrito Federal del Mexico, 10(21), 35-47, 2003.

ESTEVE, José M. **O mal-estar docente: A sala de aula e a saúde dos professores**. Tradução: Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru: Edusc. 1999.

FORQUIN, J. C. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Trad. G. L. Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução: Eduardo Brandão; revisão da tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (coleção tópicos).

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **O Perfil socioeconômico RS - Municípios**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil->

[socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Santa+Rosa](#). Acesso em 01 de Jun. de 2021.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2018.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (v. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930). 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Estado e sindicalismo docente: 20 anos de conflitos**. Revista **ADUSP**, São Paulo, p. 14-20, dez. 1996.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. Tradução: Sérgio Faraco. Com gravuras de José Guadalupe Posada. Porto Alegre: L&PM Editores, 2020.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O prof., as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. SP: **Educação e Pesquisa**. v.31 n.2, maio/ago. 2005. Disp. em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 abr. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução: Enio Paulo Giachini. 2ª edição ampliada - Petrópolis: Vozes, 2017. 4. reimpressão, 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IANNI, Octavio. **O cidadão do mundo**. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 2002. P. 27-34.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente para os municípios de para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100923.pdf> Acesso em: 23 jan. 2018.

KAPLAN, Harold I (org.); SADOCK, Benjamin, J.; GREB, Jack A. **Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica**. Trad. Dayse Batista. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 1997.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 2002. P. 77-95.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, UFRGS, v. 3, n. 3, p. 89-141, 1991.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, v. I. São Paulo: Editora Nova Cultural ("Os Economistas"), 1996.

MARX, Karl. **A questão judaica**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2002.

MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, J; CARVALHAES, Flávio. **Desigualdade e redução da pobreza no Brasil**. R.J.: IPEA. Texto para discussão 2447.2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2447.pdf. Acesso em 29 jun. 2019.

MENDONÇA, António. **A Crise Económica Capitalista e a Sua Forma Contemporânea**, Lisboa, 1987.

MERLO, Roberto Crespo Álvaro (Org.), BOTTEGA, Garcia Carla, PEREZ, Vanessa Karine, BIER, Franke Augusto il. **Atenção ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do trabalhador e da trabalhadora: cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS** - Porto Alegre: Evangraf, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares - 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijui, 2007.

NOGUEIRA, Sandra Vidal. **Os sentidos da avaliação das redes de ensino na democracia brasileira**. In: Daniel Giotti de Paula; Diego Machado Monnerat; Lucas Manoel Silva Cabral; Rosangela Tremel. (Org.). Direitos sociais e políticas pública. 01ed.Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2020, v. 01, p. 558-571.

NOGUEIRA, Sandra Vidal. VERONESE, Osmar. **Formação docente e modelos biográficos: uma questão de método**. In: Éderson Luís Silveira; Wilder Kleber Fernandes de Santana. (Org.). Educação: ressonâncias teóricas e práticas. 01ed.São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2019, v. 02, p. 220-232.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente.** Dalila Andrade Oliveira (Org.) Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. - Belo Horizonte: Autentica, 2003. P.13-38.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. CID-11. **Classificação internacional de doenças para estatísticas de mortalidade e morbidade.** 11. ed. OMS, 2018. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>. Acesso em: 27 mar. 2021.

PAGÈS, Max; BONETTI, Michel; GAULEJAC, Vincent de; DESCENDRE, Daniel. **O poder das organizações.** Tradução: Maria Cecília Pereira Tavares, Sonia Simas Favatti. Revisão técnica: Pedro Anibal Drago. São Paulo: Atlas, 1993.

PILATTI, Inês Marmitt; SCHMITZ, Lenir Luft Schmitz. **Educação, economia e desenvolvimento regional sustentável: um diálogo possível.** Santa Catarina: UNIEDU – Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina. 2017. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/In+%C2%ACs-Marmitt-Pilatti.pdf>. Acesso em 20 jun. 2019.

PIOVESAN, Flávia (org.). **Direitos humanos, globalização econômica e integração regional: desafios do direito constitucional internacional.** SP.: Max Limonad, 2002.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Relatos orais: do indizível ao dizível.** *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 39, n.3, p. 272-286, mar., 1987.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.705/15. **Plano Estadual de Educação – PEE.** Disp. em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.705.pdf>. Acesso em 14 abr. 2020.

SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian, (orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Fernandez Carlos; LUCIO, Maria Del Pilar Batista. **Metodologia de pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado.** SP: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra, Portugal: Almedina, 2020. *E-book*.

SANTOS, Márcia Luzia dos. **Intensificação do trabalho docente: contradições da política de economizar professores.** Dissertação (Centro de Ciências da Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, p. 239. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122707>. Acesso em: 04 de mar. 2021.

- SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2019. (Coleção memória da educação).
- SAVIANI, Demerval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 2002. P. 13-24.
- SEN. Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta; revisão técnica: Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução: Marcos Santarrita. – 15. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SONENREICH, Carol; ESTEVÃO, Giordano; SILVA FILHO, Luis de Morais Altenfelder. Notas sobre Psicopatologia. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, II, 3, p. 124-145, set, 1999.
- SOUZA, Kátia Reis de, SANTOS, Maria Blandina Marques dos, PINA, José Augusto Pina MARIA, Amabel Bianca Vial, CARMO, Maria Auxiliadora T, JENSEN, Mirdney. **A trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) na luta pela saúde no trabalho**. São Paulo, SP: Ciência e saúde coletiva v.8 n.4. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n4/a27v8n4.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.
- TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- UNIEDU – **Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina**. 2017. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/In+%C2%ACs-Marmitt-Pilatti.pdf>. Acesso em 20 jun. 2019.
- UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. Traduzido por Leonardo Castro. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- ZIMERMAN, Davi E. **Manual de técnica psicanalítica: uma revisão**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- ZIMERMAN, David. **Vocabulário contemporâneo de psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

PERFIL PROFISSIONAL E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES

6. Fale um pouco de você, idade, tempo de serviço, titulação, área de atuação?
7. Qual a tua carga horária nesta escola? São suficientes para dar conta de todo o trabalho ou você precisa levar atividades escolares para casa?
8. Você trabalha como professor em quantos turnos? Onde? Exerce alguma atividade remunerada além da docência? Qual? Onde recebe o maior salário? Que opinião você tem sobre o salário que recebe? Recebe algum adicional? Incentivo?
9. Com relação as condições de trabalho, quem lhe passa instruções e orientações sobre suas atividades como professor? Há formas de controle do seu trabalho nesta escola? Quem as exerce? Como esse controle é feito? Seu trabalho na escola é avaliado? Quais aspectos são avaliados? Como é feita essa avaliação?
10. O que você pensa sobre mecanismos de avaliação? Já recebeu alguma cobrança com relação ao desempenho dos alunos? Há algum tipo de preparação dos alunos em função da realização das provas? Isto acarreta alteração da rotina escolar e do planejamento estabelecido por você? Há alguma alteração nos cursos de formação continuada em função das avaliações?
11. Como se sente em relação a profissão? Fazendo uma autoavaliação do seu trabalho: O que mais toma tempo, cansa, esgota, no seu trabalho? Como é a infraestrutura dessa escola? Você tem os equipamentos, recursos, pessoal, materiais para você realizar seu trabalho? Você participa de conselhos, comissões, reuniões?
12. Quais as tuas perspectivas docentes?
13. Você tem problemas de saúde relacionados ao seu trabalho? Com que frequência? Já precisou se afastar do trabalho devido a problemas de saúde? Você faz tratamento ou toma alguma medicação por causa disso?

NATUREZA E ESPECIFICIDADE DO TRABALHO DOCENTE

14. Que mudanças ocorreram no cotidiano escolar desde que entrou no magistério estadual, salário, ambiente de trabalho, formação, houve aumento de alunos nas turmas, como percebe o apoio social e familiar?
15. Como estas mudanças afetaram a tua rotina escolar?

16. A formação acadêmica lhe preparou adequadamente para o mercado de trabalho, houve diferença entre o que esperava encontrar com o que encontrou?
17. Você tem alunos com necessidades especiais? Têm auxiliares em sala?
18. Houve aumento de demandas burocráticas, quais foram e como elas afetam o cotidiano escolar?
19. Você se sente cobrado pelos pais, coordenação/direção, colegas, coordenadoria de educação ou por você mesmo no seu trabalho docente?
20. Como você analisa os conflitos e agressividades sofridas no ambiente escolar, já passou por alguma situação de agressividade?
21. Como é a sua relação com alunos e colegas?
22. Como analisa as críticas direcionadas as escolas e aos professores, como lida internamente com estas questões?
23. Que aspectos seriam importantes para melhorar a qualidade do trabalho?
24. Qual o tempo utilizado para o planejamento das aulas, é um tempo adequado?
25. De que forma o COVID afetou o cotidiano escolar?

MUDANÇAS OCORRIDAS NO PROCESSO DE GESTÃO ESCOLAR

26. Que mudanças ocorreram em termos de gestão nos últimos 5 anos?
27. Como é exercida a liderança da direção/coordenação sobre o coletivo?
28. De que forma se constituem os trabalhos coletivos nesta instituição?
29. Existe uma participação formal e informal da comunidade escolar no cotidiano da escola?

SAÚDE DOS DOCENTES

30. O que define uma pessoa saudável?
31. O que seria o “normal” ou um estado patológico?
32. Estaria o ambiente escolar adoecendo os professores? De que forma?

33. Existem políticas públicas de prevenção e tratamento ao adoecimento docente?
34. Em termos de saúde, de que forma o governo pode melhorar as condições de trabalho e saúde dos professores?

DIREÇÃO E EQUIPE PEDAGÓGICA

35. Fale um pouco da história dessa escola, como são os alunos? De onde provem? Houve mudança na quantidade e no perfil do alunado?
36. Como é o corpo docente dessa escola? Perfil, formação acadêmica?
37. Vocês fazem reuniões com os professores? Com que periodicidade? Quais as principais queixas e reivindicações dos professores dessa escola?
38. De que forma o COVID interferiu na rotina escolar? Houve sobrecarga de trabalho e como isso afetou a escola?
39. Vocês estão com o quadro completo de docentes e funcionários ou falta pessoal?
40. Há muitos afastamentos? A que você atribui estes afastamentos?
41. Há muitas faltas nessa escola? Como vocês lidam com substituição de colegas faltosos? Há problemas quanto a isso? Quais? Há controle de substituições? Como é realizado este controle?
42. Como essa escola é avaliada pela Secretaria de educação? Existe algum tipo de pressão para apresentar resultados com relação as avaliações e provas aplicadas pelo governo? De que forma isso afeta os professores e alunos?
43. Vocês têm acesso aos recursos/equipamentos/pessoal que necessitam ou há demandas que não foram atendidas? 10. Há comissões, conselhos, grupos de trabalho? Os professores participam?
44. Quais as prioridades, metas, projetos da escola para este ano?

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO

Eu, **MARCELO ORDESTO RODRIGUES**, discente do Programa de Mestrado em desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS – Campus Cerro Largo, Matrícula: 4.04.901.24.19.1, sob orientação do Prof. Dr. Lívio Osvaldo Arenhart, realizo a pesquisa “**MAL ESTAR DOCENTE – AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E ADOECIMENTO DE PROFESSORES**”.

A escola se constitui num espaço de formação e construção de conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento local, regional e/ou mundial, capaz de refletir sobre a realidade da sociedade e as complexidades que nela existem. Este processo fica comprometido na medida em que os professores são afastados dos ambientes escolares através dos pedidos de licenças médicas, exoneração e licenças interesse, provocando consequências nos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e de saúde da comunidade escolar, por afetar aqueles que não conseguem dar conta das demandas que se intensificam e provocam adoecimento, afastamento e abandono da docência.

O tema aborda a necessidade de pesquisar e compreender as relações que ocorrem e provocam o mal-estar de professores que atuam nas escolas estaduais situadas no município de Santa Rosa/RS. Assim, pretende-se investigar as relações entre trabalho e adoecimento, criando subsídios a partir da intensificação do trabalho docente, que sejam capazes de ampliar o debate e promover políticas públicas que identifiquem, previnam e combatam o mal-estar docente.

Nesse processo, professores da educação básica farão parte da investigação através de entrevistas que darão suporte aos objetivos estipulados na pesquisa, propiciando levantamentos necessários e significativos para um debate que colabore na criação de melhores condições de trabalho e saúde dos professores.

Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3. a

O objetivo central do estudo é analisar as relações entre o trabalho docente e o adoecimento dos professores das escolas estaduais situadas no Município de Santa Rosa/RS.

Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3.a

Serão entrevistados três (3) professores, concursados/efetivos, de ambos os sexos e maiores de 18 anos, por etapa de ensino, totalizando 12 (doze) por escola.

Ensino Fundamental: (Anos Iniciais e Finais);

Ensino Médio;

Curso Técnico.

Sendo estabelecido como critério de seleção os professores que trabalham na área de linguagem e ciências humanas (devido ao maior número de componentes curriculares envolvidos nestas áreas).

A participação dos professores será através de uma entrevista, organizada em quatro etapas:

1ª Etapa: Serão coletados os dados referentes ao perfil profissional e as condições de trabalho;

2ª Etapa: A natureza e a especificidade do trabalho docente;

3ª Etapa: As mudanças ocorridas no processo de gestão escolar;

4ª Etapa: A saúde dos docentes.

Tempo de duração da entrevista: O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente quarenta e cinco minutos (45 min.)

Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3 b

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de contribuir direta e indiretamente com atuais ou potenciais da pesquisa para os professores que atuam nas escolas estaduais situadas no Município de Santa Rosa/RS, para a comunidade na qual estão inseridos e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item XI.2 .h

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais. Incluindo o envio de uma cópia física ou eletrônica da dissertação e realizar uma palestra ao corpo docente.

Att,
Marcelo Ordesto Rodrigues

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Prezado participante, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**MAL ESTAR DOCENTE – AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E ADOECIMENTO DE PROFESSORES**”. Desenvolvida por **Marcelo Ordesto Rodrigues**, discente de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Cerro Largo, sob orientação do Professor Dr. Lívio Osvaldo Arenhart.

Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3. a

O objetivo central do estudo é analisar as relações entre o trabalho docente e o adoecimento dos professores das escolas estaduais situadas no Município de Santa Rosa/RS.

Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 itens IV.3.a, d

O convite a sua participação se deve por fazer parte do quadro de professores concursados da rede estadual de ensino, no Município de Santa Rosa/RS. Sendo de suma importância a sua participação para a realização da pesquisa e para a compreensão dos fatores que provocam mal estar e adoecimento dos professores no ambiente de trabalho.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3. c.e

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3.a

A sua participação ocorrerá através de uma entrevista, organizada em quatro etapas: na primeira, serão coletados os dados referentes ao perfil profissional e as condições de trabalho, na segunda, a natureza e a especificidade do trabalho docente, na terceira, as mudanças ocorridas no processo de gestão escolar, e na quarta, a saúde dos docentes. Estas informações serão organizadas numa planilha de software livre, para depois fragmentá-la em tabelas e/ou gráficos.

Tempo de duração da entrevista: O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente quarenta e cinco minutos (45 min.)

Gravação da entrevista: A entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e somente com a sua autorização. Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo gravação Não autorizo gravação

Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item XI.2.f

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador e seu orientador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos.

Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3 b

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de contribuir direta e indiretamente com atuais ou potenciais da pesquisa para os professores que atuam nas escolas estaduais situadas no Município de Santa Rosa/RS, para a comunidade na qual estão inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3 b

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Declaro ciência de que é possível surgir algo assim, como um mal-estar ou desconforto e que, se isso ocorrer, a entrevista será suspensa e providenciada a ajuda profissional necessária para o participante voltar a se sentir bem.

Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item XI.2 .h

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais. Incluindo o envio de uma cópia física ou eletrônica da dissertação e ministrar uma palestra ao corpo docente.

Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3.f

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

Santa rosa, ____/____/ 2020

Marcelo Ordesto Rodrigues

Celular: (055) 9 8467-3587

e-mail: marceloordestorodrigues@gmail.com

Endereço: Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo. Rua Jacob Hauptenthal, 1580, São Pedro, Cerro Largo/RS, CEP 97900-000, Telefone: (55) 3359-3950.

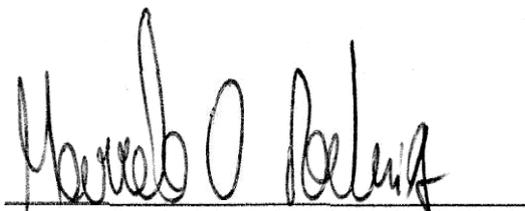
Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante:

Assinatura

APÊNDICE D – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Com o objetivo de atender às exigências éticas pertinentes à pesquisa envolvendo seres humanos, nos termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, Beatriz Santina Cancian Mílbradt, a representante legal da 17ª Coordenadoria Regional de Educação envolvida no projeto de pesquisa intitulado “MAL ESTAR DOCENTE — AS **RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E O ADOECIMENTO DE PROFESSORES**”, o qual consistirá em entrevistas com professores nas escolas selecionadas, declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes. O projeto será desenvolvido pelo pesquisador Marcelo Ordesto Rodrigues, CPF: 633.217.930-91, matriculado sob nº 4.04.901.24.19.1 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas—Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo/RS, sob Orientação do Prof. Dr. Livio Osvaldo Arenhart.



Assinatura do Pesquisador Responsável



Assinatura da Coordenadora Regional de Educação

Coordenadora Regional Educação 2353119/01
Id. Func:

17•- CRE - Santa Rosa -RS

Santa Rosa, 20 de maio de 2020.